



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**ARCO-ÍRIS EM PRETO E BRANCO: VIVÊNCIAS DE PROFESSORES GAYS NO  
EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA EM ESCOLAS DO CARIRI PARAIBANO**

ALUNO: ADÍLIO CARVALHO GONÇALVES  
Orientador: Prof. Dr. José Maria de Jesus Izquierdo Villota

CAMPINA GRANDE, PB.

2024

ADILIO CARVALHO GONÇALVES

**ARCO-ÍRIS EM PRETO E BRANCO: VIVÊNCIAS DE PROFESSORES GAYS NO  
EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA EM ESCOLAS DO CARIRI PARAIBANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), da Universidade Federal de Campina Grande- PB. O estudo é vinculado à linha de pesquisa Cultura e Identidade. O presente trabalho é pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. José Maria de Jesus Izquierdo Villota

CAMPINA GRANDE, PB.

2024

G643a      Gonçalves, Adílio Carvalho.  
              Arco-íris em preto e branco: vivências de professores gays no  
              exercício da docência em escolas do cariri paraibano / Adílio Carvalho  
              Gonçalves. – Campina Grande, 2024.  
              128 f.

              Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de  
Campina Grande, Centro de Humanidades, 2024.  
              "Orientação: Prof. Dr. José Maria de Jesus Izquierdo Villota".  
              Referências.

              1. Identidade Homossexual. 2. Instituições Educacionais. 3. Violência  
Simbólica. 4. Currículo Escolar. 5. Prática Docente. I. Villota, José Maria  
de Jesus Izquierdo. II. Título.

CDU 37.013(043)

**ADILIO CARVALHO GONÇALVES**

**ARCO-ÍRIS EM PRETO E BRANCO: VIVÊNCIAS DE PROFESSORES GAYS NO  
EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA EM ESCOLAS DO CARIRI PARAIBANO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCG/UFCG) como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. José Maria de Jesus Izquierdo Villota (Orientador)

---

Prof. Dr. Mário Henrique Guedes Ladosky (UFCG)

---

Prof. Dra. Jussara Carneiro Costa (UEPB)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
POS-GRADUACAO EM CIENCIAS SOCIAIS  
Rua Aprigio Veloso, 882, - Bairro Universitario, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

## REGISTRO DE PRESENÇA E ASSINATURAS

ATA DA DEFESA PARA CONCESSÃO DO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIAS SOCIAIS, REALIZADA EM  
16 DE SETEMBRO DE 2024

(Nº 464)

CANDIDATO: **Adílio Carvalho Gonçalves**. COMISSÃO EXAMINADORA: José Maria de Jesus Izquierdo Villota, Doutor, PPGCS/UFCG, Presidente da Comissão e Orientador; Mário Henrique Guedes Ladosky, Doutor, PPGCS/UFCG, Examinador Interno; Jussara Carneiro Costa, Doutora, UEPB, Examinadora Externa. TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: *"ARCO-ÍRIS PRETO E BRANCO: desafios dos professores(as) LGBTQIA+ dentro das escolas do Cariri da Paraíba"*. ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Sociologia. HORA DE INÍCIO: 16:00h – LOCAL: pela Internet através da plataforma Google Meet. Em sessão pública, após exposição de cerca de 45 minutos, o candidato foi arguido oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo demonstrado suficiência de conhecimento e capacidade de sistematização no tema de sua dissertação, obtendo conceito APROVADO. Face à aprovação, declara o presidente da Comissão achar-se o examinado legalmente habilitado a receber o Grau de Mestre em Ciências Sociais, cabendo a Universidade Federal de Campina Grande, como de direito, providenciar a expedição do Diploma, a que o mesmo faz jus. Na forma regulamentar, foi lavrada a presente ata, que é assinada por mim, RINALDO RODRIGUES DA SILVA, e os membros da Comissão Examinadora. Campina Grande, 16 de setembro de 2024.

### Recomendações:

JOSÉ MARIA DE JESUS IZQUIERDO VILLOTA, Doutor, PPGCS/UFCG  
Presidente da Comissão e Orientador

MÁRIO HENRIQUE GUEDES LADOSKY, Doutor, PPGCS/UFCG  
Examinador Interno

JUSSARA CARNEIRO COSTA, Doutora, UEPB  
Examinadora Externa

ADÍLIO CARVALHO GONÇALVES  
Candidato

### 2 - APROVAÇÃO

2.1. Segue a presente Ata de Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato **ADÍLIO CARVALHO GONÇALVES**, assinada eletronicamente pela Comissão Examinadora acima identificada.

2.2. No caso de examinadores externos que não possuam credenciamento de usuário externo ativo no SEI, para igual assinatura eletrônica, os examinadores internos signatários certificam que os examinadores externos acima identificados participaram da defesa da dissertação e tomaram conhecimento do teor deste documento.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE MARIA DE JESUS IZQUIERDO VILLOTA, PROFESSOR**, em 16/09/2024, às 18:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIO HENRIQUE GUEDES LADOSKY, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 16/09/2024, às 18:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **adilio carvalho goncalves, Usuário Externo**, em 16/09/2024, às 19:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).

## AGRADECIMENTO

Chegou o tão esperado momento de agradecer a jornada que foi construída até aqui. Então antes de qualquer coisa, quero agradecer a força suprema do universo, 'Deus' que esteve e sempre estará comigo em toda e qualquer batalha que venha a travar nessa jornada que chamamos de vida.

Confesso que ainda não creio que esse sonho se realizou, que uma das promessas que me fiz ao colocar os pés no primeiro dia de aula no CDSA/UFCG seria cumprida com tanto êxito e determinação. Por isso, nada mais justo de que iniciar agradecendo a todos os professores do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, professores esses que despertaram significativa parte do amor que nutro pelas Ciências Sociais, em especial a professora e amiga Lena Carvalho, pessoa importante em minha formação, exemplo de profissional a qual me espelho.

Ao meu companheiro Orlando Herculano, pela compreensão, e por ter entendido os momentos de isolamento necessário, mesmo estando os dois no mesmo ambiente, também por ter compreendido alguns rompantes de stress, muitas vezes causados pelo mergulho incansável nas leituras e na pesquisa. Aos meus amigos, que muitas vezes foram deixados de lado em razão dos compromissos com a pós-graduação e pelo campo de pesquisa, em especial a minha amiga Ceíça Andrade, por ter compreendido os vários encontros e barzinhos desmarcados, alguns em cima da hora, a você amiga, gratidão.

À minha mãe, professora aposentada, e ao meu pai, homem simples do campo, agradeço pelos incentivos diversos, pelo amor a educação e por ter cultivado em mim a humildade de perceber as mudanças cognitivas, sociais e de posicionamento que o conhecimento vem me proporcionando, sem deixar de lado minha essência, e me fazendo valorizar ainda mais o lugar de onde eu vim.

Não posso deixar de agradecer a minha amiga Jaqueline, pessoa iluminada que conheci na turma de mestrado, amiga com quem dividi frustrações, sonhos e muitas risadas, muitas vezes de nós mesmos, a você Jaqueline minha gratidão. Ao meu orientador o professor Doutor Jesus Villota, ficam minhas sinceras homenagens, por todos os ensinamentos, orientações e desprendimento com seu conhecimento, que nessa jornada não se negou a dividi-lo comigo, o senhor sempre estará presente no meu processo acadêmico e profissional, como exemplo de

professor e ser humano. Gratidão por tanto. Seria injusto não agradecer também a Rinaldo, secretário do PPGCS, pessoa que nunca negou ajuda, diante dos processos burocráticos que a pós graduação muitas vezes exige.

Agradeço a banca examinadora pelas contribuições em todas as fases do processo de escrita e pesquisa, sempre buscando a construção de um trabalho de qualidade acadêmica e empírica, respeitando minhas dificuldades, sem deixar que elas me limitassem.

Por último quero agradecer a cada professor gay que participou desse trabalho, e permitiu que entrasse em suas vidas de maneira indiscreta em certos momentos, revirando lembranças muitas vezes dolorosas para serem revisitadas. Gratidão a cada um, dedico esse trabalho a vocês, e mesmo de uma forma tímida, espero que ele seja instrumento de resistência, e porta-voz dos sujeitos LGBTQIA+ que permanecem ocupando os espaços escolares e buscando seu lugar de protagonistas em um ambiente que teima em deixá-los como coadjuvantes. Então, a todos que contribuíram para que eu chegasse até aqui, meu muito obrigado!

Uma foto, uma foto.  
Estampada numa grande avenida.  
Uma foto, uma foto.  
Publicada no jornal pela manhã.  
Uma foto, uma foto.  
Na denúncia de perigo na televisão.

A placa de censura no meu rosto diz:  
Não recomendado à sociedade.  
A tarja de conforto no meu corpo diz:  
Não recomendado à sociedade.

Perverso, mal amado, menino malvado, muito cuidado!  
Má influência, péssima aparência, menino indecente, viado!

A placa de censura no meu rosto diz:  
Não recomendado à sociedade.  
A tarja de conforto no meu corpo diz:  
Não recomendado à sociedade.

Não olhe nos seus olhos.  
Não creia no seu coração.  
Não beba do seu copo.  
Não tenha compaixão.  
Diga não à aberração.

A placa de censura no meu rosto diz:  
Não recomendado à sociedade.  
A tarja de conforto no meu corpo diz:  
Não recomendado à sociedade.

Não Recomendado  
Caio Prado

## RESUMO

Esse trabalho procura entender o processo de construção e vivência da identidade sexual de professores gays em instituições escolares em um município do interior do estado da Paraíba. Tendo como *locus* da pesquisa a região do cariri paraibano, esta pesquisa procurou observar os processos de socialização que ocorrem nas instituições escolares da referida região, levando em consideração que os processos de socialização que se costumam na região são orientados por modos de pensamento patriarcal, machista, sexista e ancorados na heteronormatividade e balizados pelo fundamentalismo das religiões cristãs. Procurou-se observar a vivência da prática docente de professores gays no contexto escolar fazendo uso das contribuições teóricas da sociologia e mediante a instrumentalização do método qualitativo, buscou-se identificar as formas de expressão e de resistência de professores gays às diversas formas de disciplinamento social dentro das instituições escolares onde atuam. Complementa o instrumental metodológico a análise de documentos e diretrizes educacionais, no sentido de perceber como o sistema educacional aborda questões relativas à identidade de gênero e orientação sexual nos espaços escolares, destacando a identidade de gênero e orientação sexual dos professores. Após analisar as observações registradas no diário de campo, ficou evidente a urgente necessidade de se discutir a homofobia manifestada de maneira sutil e a subjetividade das violências inclusive para os próprios sujeitos aos quais recai a discriminação e silenciamento. Para além desse entendimento do que acomete sujeitos gays, é preciso comunicar a pluralidade dentro dos ambientes educacionais tendo em vista a construção cidadã de uma sociedade mais inclusiva que aprenda a conviver com o diverso e suas peculiaridades.

**Palavras-chaves:** identidade homossexual; instituições educacionais; violência simbólica; currículo escolar.

## ABSTRACT

This work seeks to understand the construction and experience process of sexual identity of gay teachers in school institutions in municipalities in the interior of Paraíba. Having the Cariri region of Paraíba as the research locus, our research has sought to observe the socialization processes that occur in school institutions in that region. Considering that the socialization processes taking place in the region are guided by patriarchal, chauvinistic, sexist ways of thinking and anchored in heteronormativity and evaluated by the religion's fundamentalism Christian, we have sought to observe the teaching experience practice by gay teachers in the school context. Making use of the theoretical contributions of sociology and through the instrumentalization of the qualitative method, we will seek to identify the expression's forms and resistance of gay teachers to the several ways of social disciplining within school institutions where they work. It complements the methodological instrument to the analysis of educational documents and guidelines, in the sense to realize how the educational system addresses issues related to gender identity and sexual orientation in school spaces, highlighting the gender identity and sexual orientation of teachers. After analyzing observations recorded in the field diary, it became clear that need to discuss homophobia manifested in subtle ways and the subjectivity of violence, including for the very subjects who suffer discrimination and silencing. In addition to this understanding what affects gays subjects, it is necessary to communicate plurality within educational environments with a view to the citizen construction of a more inclusive society that learns to live diversity and its peculiarities.

**Keywords:** homosexual identity; educational institutions; symbolic violence; school curriculum.

## **LISTA DE SIGLAS**

ESP – Escola Sem Partido

CP – Campo de Pesquisa

SEE-PB – Secretaria Estadual de Educação da Paraíba

EJA – Educação de Jovens e Adultos

IBND – Instituto Brasileiro de Neurodesenvolvimento

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Apropriação indevida de material elaborado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos - SEDH.....	61
Figura 2 - Índice de violência letal contra população LGBTQIA+ no Brasil em 2023 .....	78

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Cronograma de pesquisa de campo .....	25
--	----

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
1.1. Conhecendo o campo de pesquisa .....	20
1.2 Perfil dos docentes em questão .....	23
1.3. Vivenciando experiências, observações e entrevistas.....	25
<b>2. CORPOS (IN)VISÍVEIS: DOCÊNCIA E IDENTIDADE SEXUAL .....</b>	<b>39</b>
2.1 Pluralidade na Docência: Aceitando Identidades e Desconstruindo Rótulos .....	48
2.2 Diversos Olhares Sobre um Fato Antigo: A Homossexualidade.....	50
<b>3. DEMARCADORES SOCIAIS E AS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS.....</b>	<b>58</b>
3.1 Programa Brasil sem Homofobia .....	59
3.2 Movimento Escola Sem Partido.....	69
<b>4. ARCO-IRIS PRETO E BRANCO: A ESCOLA COMO ESPAÇO DE REPRODUÇÃO DA HOMOFOBIA .....</b>	<b>74</b>
4.1. Comportamento Performativo como Prevenção da Homofobia nos Espaços Educacionais .....	81
4.2. Documentos da Educação, Instrumentos de Resistência e Inclusão dentro das Escolas	85
<b>4.3. Pedagogia da resistência: ambiente escolar e os desafios para os professores gays..</b>	<b>92</b>
4.4. Experiências de si, preconceito, discriminação e enfrentamentos dentro das escolas pelos professores gays.....	94
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>101</b>
<b>6. BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>111</b>
<b>7. APÊNDICE A-MODELO SEGUIDO PELO PESQUISADOR PARA CONDUZIR AS ENTREVISTAS.....</b>	<b>115</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A inserção de debates sobre diversidade sexual, identidade de gênero e as múltiplas vivências da sexualidade vêm tomando maior proporção em todos os segmentos sociais nas últimas décadas. Estando presente nos mais diversos discursos – filosófico, religioso, biológico/científico, psicológico, antropológico e social – afortunadamente esses debates vêm sendo levantados por duas frentes polarizadas e importantes.

De um lado, as coletividades envolvidas com a preservação dos direitos das minorias sexuais<sup>1</sup>, pesquisadores, movimentos sociais e pessoas ligadas à defesa das pautas e demandas que envolvem a população LGBTQIA+<sup>2</sup>, em contrapartida uma camada conservadora da sociedade, que norteia seu discurso em dogmas e opiniões moralistas de senso comum, que desconsidera qualquer evidência que relacione a importância deste recorte empírico (CNJ, 2022).

No entanto, apesar da resistência da sociedade em reconhecer como sujeitos de direitos, em diversas esferas da vida social pessoas LGBTQIA+ ocupam espaços atuando no campo cultural, político e educacional buscando, desta forma, alcançar visibilidade de seus corpos, seus valores, suas potencialidades e suas subjetividades.

Dado sua relevância na sociedade, o campo educacional ocupa um papel de destaque no estudo da visibilidade de pessoas LGBTQIA+. Sendo, portanto, as instituições educacionais, consideradas espaços para promover uma formação cidadã, bem como ambientes onde são reproduzidos os contextos culturais e sociais. Isso torna a escola um local propício para a observação do exercício profissional de pessoas LGBTQIA+, e desta forma, esta pesquisa pretende observar a maneira como se desdobra o debate em torno das relações de gênero e orientação sexual, mais especificamente de professores gays.

Levando em consideração o pensamento de Foucault (2004), acredita-se que do conjunto de instituições modernas, a escola pode ser considerada como o *locus* em que se

---

<sup>1</sup> Minorias sexuais e de gênero é usado para designar populações cuja orientação sexual ou identidade de gênero e o desenvolvimento reprodutivo são considerados fora das normas culturais, sociais ou fisiológicas (Freitas, 2020).

<sup>2</sup> LGBTQIA+ é o movimento político e social que defende a diversidade sexual e busca mais representatividade e direitos para essa população, e cada letra representa um grupo de pessoas.

dá forma mais coesa, mais profunda e mais duradoura a conexão entre poder e saber. Pelas conotações da estrutura construída, a partir de princípios racionais e instrumentais, a escola funciona como uma máquina de governamentalização cuja engrenagem parece ser mais poderosa e ampla do que a prisão, o manicômio, o quartel ou o hospital.

Deve-se também ter em mente que a função social atribuída à escola é baseada em sistematizar e expandir os conhecimentos historicamente elaborados, no entanto no contexto histórico-cultural, a escola tem atuado como instrumento de reforço e manutenção de costumes, crenças e valores de modelos hegemônicos de pensamento como, por exemplo, a homofobia. Dentro da escola traços culturais se reforçam, seja através de uma imposição de comportamento dos corpos, seja pela valorização da cultura patriarcal, heteronormativa cis machista ou por sua construção curricular.

A própria trajetória de vida aliada à experiência docente de professores gays consolidam a percepção que, embora algumas instituições de ensino apresentem um discurso de inclusão e diversidade dentro dos seus domínios, a prática diária se distancia desse discurso manifestando-se, por vezes, hostil aos indivíduos que desviam de suas normas e padrões morais. Lamentavelmente não são raras as experiências em que gestores de escola defendam a ideia heteronormativa como cultura a ser seguida. A defesa deste posicionamento promove atitudes homofóbicas e consequente exclusão social de pessoas LGBTQIA+, sejam profissionais da educação ou estudantes da escola.

Se forem consideradas as orientações e diretrizes regimentais, a escola é descrita como uma instituição aberta para discutir diversos assuntos e problemáticas que afetam à vida coletiva. Em razão dessa percepção, esperava-se que a escola estivesse sempre preparada para receber sujeitos que pensassem e agissem de modos diferentes dos padrões de comportamento predominantes na vida coletiva.

Para o autor desta pesquisa, o interesse no estudo das relações de gênero no contexto escolar é longo e, por isso, o trabalho em tela dá continuidade à pesquisa iniciada na graduação de Licenciatura em Ciências Sociais, no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, da Universidade Federal de Campina Grande (CDSA/UFCG), onde foram analisadas experiências de alunos do ensino médio das escolas públicas pertencentes à população LGBTQIA+.

No desenrolar da pesquisa surgiu a necessidade de estender o olhar para os profissionais LGBTQIA+ das instituições escolares, uma vez que ao se identificar como um profissional gay, negro de origem pobre, o autor se deparou com a falta de protagonismo dos professores gays no combate às diversas faces da violência voltadas para pessoas LGBTQIA+ dentro das instituições de ensino.

Para este autor, as suas vivências pessoais e como profissional da educação o conduziram ao entendimento de que, na maioria das vezes, a cadeia de profissionais responsáveis por mediar situações nas instituições escolares se omite no apoio aos alunos vitimados, negando a ocorrência do preconceito dentro das escolas, assumindo uma postura inerte diante dos ataques homofóbicos sofridos pelos alunos. Essa postura parece pertencer a um conjunto subjetivo de normas e orientações do sistema escolar que, de alguma maneira, reproduzem práticas culturais que aparentam fazer parte de uma engrenagem maior.

Inserida dentro de uma cultura patriarcal, a instituição escolar não é imune a práticas de intolerância e a tentativas de enquadramento violento das pessoas LGBTQIA+. Por estar em sintonia com uma estrutura social carregada de conservadorismo e tendências de homogeneização comportamental, essas práticas recaem sobre os professores gays, distintamente à maneira como alcança e impacta os alunos. Dentro desta ótica, mesmo ocupando o lugar de homem gay, a orientação sexual deste autor foi por vezes colocada alheia à problemática existente entre os estudantes, como se os desdobramentos surgidos a partir de práticas preconceituosas vivenciadas pelos estudantes não alcançasse e o atingisse como ator social.

Essa provável apatia levou o autor a entender que a indiferença ou silenciamento da maior parte dos docentes poderia estar associada a uma forma de preservar sua orientação sexual e identidade de gênero. Para os indivíduos que compunham o corpo docente, as implicações da reprodução de um comportamento que se pronunciasse diante desse tipo de violação, faria com que automaticamente sua orientação sexual ou identidade de gênero fosse revelada. Tendo em conta a postura da maior parte das instituições escolares, tal revelação desconstruiria todo o imaginário que orbita em torno da figura do professor, e ainda faria com que suas características de gênero e sexualidade se tornassem um mecanismo indesejado na ocupação do espaço educacional.

À época do trabalho para a conclusão de curso, aconteceu um crime de homofobia praticado contra um professor gay que atuava na rede pública de ensino do cariri paraibano. Esse crime ganhou repercussão estadual, e foi determinante para a decisão de estudar e analisar as dificuldades e violências vivenciadas por docentes gays dentro das instituições escolares que atuam, tornando-se objeto de pesquisa deste mestrado.

A partir destas considerações, esta pesquisa pretende trazer uma análise do lugar ocupado pelos professores gays nas instituições escolares em que atuam, os tipos de violências e discriminações experimentados por estes profissionais destacando as principais dificuldades dentro das escolas. Além disso, esta pesquisa pretende destacar quais estratégias são comumente adotadas pelos professores gays na vivência de sua identidade sexual e no combate às diversas formas de assédio moral sobre docentes que não se adequam à cisgeneridade<sup>3</sup>.

Estabelecidos os objetivos desta pesquisa, a pergunta norteadora deste estudo é: sendo a escola uma instituição disciplinar, que mecanismos sociais são acionados pela instituição, pelos estudantes e pelos professores perante as manifestações da identidade homossexual? Para tanto, a ênfase da análise nesta pesquisa será dada aos professores, uma vez que é sobre eles que recai a competência de operacionalizar discursos, saberes e ações voltadas ao disciplinamento dos agentes que transitam pelas instalações escolares.

A orientação sexual e a identidade de gênero são características subjetivas, individuais, natas dos sujeitos, não apreendidas em seus percursos sociais, no entanto, a expansão da identidade sexual é causa de constantes conflitos. Quando se decide estudar a identidade de gênero e orientação sexual nas escolas, após uma breve consulta na literatura são encontrados trabalhos com os alunos como objetos de estudo, análises do currículo escolar, bem como as ferramentas utilizadas pelos discentes para ter acesso a assuntos e debates ligados à esta temática, mas poucos olhares se voltam para o docente.

---

<sup>3</sup> Nos estudos sobre as relações de gênero a categoria cisgeneridade é utilizada quando se refere à pessoa que se identifica com o gênero atribuído no nascimento, isto é, categoria que determina qualidade de ser cisgênero Cf. (Hining e Toneli, 2023).

Para embasar esta pesquisa, foram estudados os documentos que norteiam as instituições como, por exemplo, o Plano Político Pedagógico (PPP) e outros que influenciam na condução do senso crítico dos alunos(as). Ademais, buscou-se pontuar as ocorrências de violências vivenciadas por esses sujeitos e levantar dados que nos ajudassem a compreender a maneira através da qual acontecem as violências simbólicas e tentativas de enquadramento das pessoas LGBTQIA+ nas instituições escolares.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica reservam logo em seu início, um parágrafo inteiro sobre a necessidade das escolas buscarem soluções para que os sujeitos que não se enquadram nos padrões sociais impostos, sintam-se pertencentes e protagonistas no processo educacional no qual estão inseridos e, principalmente, sintam-se a vontade dentro de suas dependências para viverem sua sexualidade, identidade de gênero e qualquer forma de cultura, singularidade e subjetividades carregadas pelos sujeitos em seus corpos ou em seu íntimo (BRASIL, 2013).

Exige-se, pois, problematizar o desenho organizacional da instituição escolar, que não tem conseguido responder às singularidades dos sujeitos que a compõem. Torna-se inadiável trazer para o debate, os princípios e as práticas de um processo de inclusão social, que garanta o acesso e considere a diversidade humana, social, cultural, econômica dos grupos historicamente excluídos. Trata-se das questões de classe, gênero, raça, etnia, geração, constituídas por categorias que se entrelaçam na vida social – pobres, mulheres, afrodescendentes, indígenas, pessoas com deficiência, as populações do campo, os de diferentes orientações sexuais, os sujeitos albergados, aqueles em situação de rua, em privação de liberdade – todos que compõem a diversidade que é a sociedade brasileira e que começam a ser contemplados pelas políticas públicas (BRASIL, 2013, p. 20).

Entende-se, portanto, que o não cumprimento deste pressuposto, seja uma forma silenciosa de fugir de cenários vistos como problemas ou “saídas justas” no processo educacional, o que pode causar um déficit no senso crítico, analítico e interpretativo dos alunos(as). Aqui vale ressaltar que esse silenciamento tem impactos a longo prazo, uma vez que o déficit de análise é internalizado por toda comunidade escolar retroalimentando e fazendo repetir atitudes e ações preconceituosas com as minorias sexuais, incluindo os professores gays.

Apesar das orientações delineadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, o que é percebido na prática é que a orientação sexual e/ou a identidade de gênero dos professores, que diferem do padrão heteronormativo cis, devem ser construídas e vividas em suas individualidades longe dos olhos e fora dos muros

escolares. O caminho seguido pelas escolas desde sua institucionalização trata professores gays, muitas vezes, como uma patologia social com poder e intenção de influenciar os alunos desviando-os do caminho da heteronormatividade cis. Para a comunidade escolar comumente os docentes são vistos como homens vulgares, que não deveriam desfrutar da prerrogativa de serem professores (Louro, 1997).

A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o "lugar" dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. Através de seus quadros, crucifixos, santas ou esculturas, aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite, também, que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos. O prédio escolar informa a todos/as suas razões de existir. Suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos "fazem sentido", instituem múltiplos sentidos, constituem distintos sujeitos (Louro, 1997, p. 58).

Essa problemática de ter que esconder ou dissimular sua sexualidade dentro das escolas, leva os professores e professoras, em muitos casos, a viverem sua sexualidade e identidade de gênero de forma extremamente confidencial, como se fosse algo ilegítimo. A omissão de sua subjetividade se dá por receio de que, chegando ao conhecimento dos responsáveis pelos alunos, surjam barreiras ou dificuldades para o exercício de sua profissão, ou em casos extremos levando a sanções institucionais ou afastamento de suas funções.

Embora os docentes gays não se desliguem dos signos de sua sexualidade ou gênero, as escolas revelam seu controle social através de tentativas de padronização de comportamentos sobre os indivíduos e seus corpos, padronização e controle que foram tão bem colocados e definidos, nas obras de Foucault (2014) e Goffman (2015).

Aliado ao estudo da resistência das instituições de ensino em oportunizar espaços para a expressão da orientação sexual e/ou identidade de gênero de professores gays, esta pesquisa se propõe a entender como estes profissionais enfrentam a estigmatização nas escolas. Sobretudo a maneira como lidam com chacotas homofóbicas disfarçadas de piadas, olhares de reprovação, comentários velados e a omissão da comunidade escolar no debate de temas ligados a identidades de gênero e orientação sexual.

É necessário tecer os prováveis motivos pelos quais as instituições educacionais se eximem de promover debates sobre orientação sexual e identidade de gênero em seus espaços, e tentam invisibilizar os sujeitos que diferem da heteronormatividade cis. Tal

omissão dos gestores da educação parece confirmar a percepção de Louro (2018) quando afirma:

Consentida e ensinada na escola, a homofobia expressa-se pelo desprezo, pelo afastamento, pela imposição do ridículo. Como se a homossexualidade fosse “contagiosa”, cria-se uma grande resistência em demonstrar simpatia para com os sujeitos homossexuais: a aproximação pode ser interpretada como uma adesão a tal prática ou identidade (Louro, 2018, p.30)

A escola deveria ser visualizada pelos sujeitos como um local onde todas as diferentes formas de existir encontradas no meio social fossem valorizadas e incentivadas, e essa diversidade vista como elemento principal na socialização dos sujeitos. É incômodo perceber que a escola reproduz os padrões de comportamentos sociais de uma forma tão cruel e mesquinha, fortalecendo e reproduzindo posturas e atitudes discriminatórias de orientação sexual e gênero, obrigando esses professores a condicionarem seus corpos a um comportamento colocado pelas instituições como “normal”.

Para melhor entender a situação enfrentada pelos professores gays dentro das escolas em que atuam, seja na rede pública ou privada de ensino, é preciso compreender algumas nuances que povoam o imaginário social, e que norteiam e balizam os processos educacionais do Brasil, influenciando na estruturação das instituições escolares e seu funcionamento. Quando somos levados a refletir sobre a imagem social dos professores, somos automaticamente imersos por signos, valores, atitudes e comportamentos éticos que em nosso imaginário são virtudes condizentes e pertencentes a persona dos sujeitos que atuam à frente das salas de aula, anulando quase totalmente as características e subjetividades que esses profissionais carregam consigo, sejam elas de classe social, credo, religiosidade, orientação sexual, identidade de gênero e tantas outras pertencentes a todos os sujeitos.

A professora Guacira Louro (1997) comenta que a figura do professor, que surge no início do século, é pautada em uma conduta exemplar onde o professor não deve ser apenas detentor do conhecimento e das técnicas de ensino, mas deve ser exemplo dentro e fora da escola, incentivando os alunos a desenvolverem e praticarem virtudes aperfeiçoadas ou aprendidas na escola, logicamente, essas virtudes e exemplos devem ter como subsídio o comportamento e a conduta heteronormativa cis cristã, valores estes, mantidos como aceitáveis, pelas instituições educacionais.

Essa validação das virtudes e exemplos baseados na heteronormatividade aparece dentro das escolas como um instrumento de descredibilização dos corpos e da atuação dos professores gays, colocando-os como padrões não aceitáveis para exercer a profissão, forçando-os em alguns ou em muitos casos a educarem seus corpos a expressarem um comportamento padronizado, delimitando seus gestos, modo de andar, de falar e até mesmo suas opiniões sobre determinados temas e assuntos. Dessa maneira, é sensato concordar com a professora Guacira Louro (1997) quando salienta que:

Portanto, as representações de professoras e professores dizem algo sobre esses sujeitos, delinham seus modos e traços, definem seus contornos, caracterizam suas práticas, permitem-nos, enfim, afirmar se um indivíduo pode ou não ser identificado como pertencente ao grupo (Louro, 1997, p. 98).

A figura criada e idealizada do professor, lapidado dentro dos padrões heteronormativos, tanto pelo imaginário social, quanto pelo sistema educacional, e adotado por ele, se mantém como uma tentativa de exclusão e manutenção da dominação sobre os profissionais gays dentro dessas instituições. Apesar da ideia do modo de agir, de ser, e se comportar dos professores ser considerada um tanto ultrapassada e arcaica, ela permanece como um dos principais paradigmas a ser quebrado na atuação dos profissionais gays dentro das escolas, embora seja sabido que as orientações sexuais assumidas pelos docentes, não interferem em seu desempenho profissional, e tão pouco no desenvolvimento das habilidades pedagógicas dos alunos.

Os sujeitos gays em atuação nas salas de aula, em sua maioria, são submetidos pelo sistema educacional e instituições de ensino a se desligarem de seus corpos, como se houvesse a possibilidade de carregar apenas a mente para o trabalho, em uma tentativa falha de demover, pelo menos momentaneamente, as marcas e signos de sua identidade de gênero ou orientação sexual, forçando um comportamento e até mesmo encaixando de forma caricata esses profissionais em uma heteronormatividade padrão como defende Hooks (2013).

Crendo nisso, as pessoas entram na sala para ensinar como se apenas a mente estivesse presente, e não o corpo. Chamar atenção para o corpo é traír o legado da repressão e negação que foi nos transmitido pelos professores que nos acenderam, em geral, brancos e do sexo masculino (Hooks, 2013, p. 253).

As performances corporais dos professores gays criam, a seu desfavor, uma cadeia de ações preconceituosas baseadas nas formas de expressão dos corpos desses profissionais. Para aqueles que conseguem dissimular sua orientação sexual e identidade

de gênero divergente do padrão aceito dentro das escolas, estes têm sua pena amenizada endossada pela frase:” nem parece que é gay!”. Já os professores que não conseguem camuflar as expressões dos seus corpos que revelam ou sinalizam sua orientação sexual divergente do padrão, enfrentam a estrutura discriminatória existente no sistema educacional, podendo sofrer duras sanções morais e sociais, apenas por carregarem em seus corpos os estigmas de não padronização.

Dessa forma, os sujeitos gays tornam-se indivíduos bastantes monitorados nas instituições educacionais, com o intuito de mantê-los dentro de um regime que aparece na forma de delimitação de espaços, expressões e atuações, suprimindo sua identidade de gênero, orientação sexual e subjetividades.

Para delimitação desta pesquisa foram escolhidas escolas da rede pública e privada de ensino médio de um município localizado na região do Cariri da Paraíba, com uma população em torno de 13.000 habitantes. O intuito de investigar as duas redes de ensino nesse trabalho é analisar como essas instituições lidam com seus profissionais docentes gays, traçando um paralelo entre as dificuldades enfrentadas nas duas redes de ensino por esses professores. A escolha do município se deu pela ocorrência de um caso de homofobia contra um professor gay da rede pública de ensino no ano de 2020, que repercutiu em todo estado deixando a população, especialmente os professores gays desse município, em estado de choque em razão da violência sofrida pelo docente.

Ainda que esse infortúnio tenha trazido, para dentro das escolas do município, o discurso acerca das orientações sexuais e identidades de gênero, o debate sobre a homofobia foi realizado de forma repentina e bastante despreparada visto que, no cerne do debate, passou-se a questionar o comportamento dos profissionais gays em suas interações profissionais e sociais.

A rede geral de ensino, do município escolhido para este estudo, é composta por um total de doze escolas, das quais apenas três escolas oferecem ensino médio e concordaram em participar, sendo duas da rede pública e uma da rede privada.

Tanto as escolas quanto os professores terão suas identidades preservadas de forma a preservar o sigilo ético e informacional. Concordaram em contribuir com este

trabalho seis professores homens autodeclarados gays com formações acadêmicas em áreas de distintas atuações disciplinares.

Tendo em conta o escopo deste trabalho, a abordagem que melhor se enquadra é qualitativa, por gerar subsídios que possibilitem uma interpretação e entendimento mais amplos das subjetividades dos sujeitos colaboradores

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, inspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um assunto mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis (Minayo, 2001, p. 21).

Para Godoy (1995), a pesquisa qualitativa pode conduzir o pesquisador por diversos caminhos de estudo e análise podendo consolidar, dessa forma, a veracidade dos fatos e ampliando a compreensão das subjetividades encontradas no decurso do trabalho. Esses caminhos que a autora aponta se dão através da pesquisa documental, estudo de caso e etnografia, e mostram a flexibilidade dessa abordagem, porém em uma dimensão integrada.

Considerando, no entanto que a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques (Godoy, 1995).

O estudo de campo foi o método escolhido para coleta de dados, uma vez que permite uma maior interação entre o pesquisador e o objeto em estudo, proporcionando de forma empírica, ampla e confiável uma imersão no universo sociocultural que os sujeitos estão inseridos. Uma das vantagens do estudo de campo é sua flexibilidade, de forma que a análise e coleta de dados pode continuar ainda que os objetivos sejam redirecionados ou reformulados ao longo do processo da pesquisa (Gil, 2019).

Outra distinção é a de que no estudo de campo estuda-se um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a interação de seus componentes. Assim, o estudo de campo tende a utilizar muito mais técnicas de observação do que de interrogação (Gil, 2019).

Outros recursos metodológicos foram utilizados para endossar a premissa deste trabalho somados aos relatos das vivências, como entrevistas, consulta a documentos e mídias sociais. No registro dos dados coletados, o uso do diário de campo se constituiu

uma ferramenta eficaz na sistematização e condensação dos dados observados, propiciando uma melhor compreensão os sujeitos estudados.

A experiência de realização das entrevistas consolidou-se como uma oportunidade extraordinária para observar a dinâmica social no contexto escolar pelo olhar dos professores gays. As falas contribuíram para esta pesquisa com diversos elementos para análise e compreensão das características e dos processos sociais de subjetivação.

No campo da pesquisa científica, a técnica da entrevista pode ser entendida como uma conversa entre o pesquisador e o sujeito pesquisado, ou como uma conversa em grupo. A estruturação da entrevista é elaborada a partir de estratégias teóricas com foco nos assuntos, comunidades e situações que se deseja conversar. Desta forma, tanto o pesquisador quanto o(s) sujeito(s) pesquisado(s) ficam livres para o esclarecimento de dúvidas e para a explanação de vivências e experiências.

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreocupada e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta de fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto de pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Suas formas de realização podem ser de natureza individual ou coletiva (Neto, 2001, p. 57).

Apesar de não se tratar de uma conversa despreocupada, a entrevista pode ser elaborada e conduzida de forma séria e leve para que sejam fortalecidas as relações entre o pesquisador e sujeito pesquisado. Somente promovendo esse espaço de confiança entre ambas as partes que é possível aprofundar questões sobre interações e comportamentos dos pesquisados.

Muitos autores consideram a entrevista como a técnica por excelência na investigação social, atribuindo-lhe valor semelhante ao tubo de ensaio na Química e ao microscópio na Microbiologia. Por sua flexibilidade é adotada como técnica fundamental de investigação nos mais diversos campos e pode-se afirmar que parte importante do desenvolvimento das ciências sociais nas últimas décadas foi obtida graças à sua aplicação. (Gil, 2019.)

Embora tenha como recorte uma cidade pequena do Cariri Paraibano, com uma rede de ensino composta por poucas escolas, somente a partir da narrativa dos sujeitos pesquisados é que foi possível elaborar como os docentes percebem seu papel dentro das escolas, como se sentem em relação às suas funções dentro das instituições educacionais e que lugares são ocupados por eles. Portanto, sem o registro das falas dos pesquisados

não seria possível estruturar esta pesquisa pois, a partir dos relatos do que cada um vivencia/vivenciou é que são entendidos situações, comportamentos e atitudes.

Entre as técnicas existentes para que as entrevistas apresentem maior eficácia na sua condução, e na obtenção de dados, esse trabalho se apropriou do modelo de entrevista semiestruturada<sup>4</sup>, modelo esse que dá maior flexibilidade para ambos os lados envolvidos no processo de pesquisa, tanto nos questionamentos, quanto nas respostas e informações obtidas. Através dessa técnica o diálogo se torna mais natural e dinâmico que pode levantar observações secundárias, e conduzir o pesquisador a outras possíveis interpretações da realidade estudada.

Em geral, as entrevistas podem ser estruturadas e não estruturadas, correspondendo ao fato de serem mais ou menos dirigidas. Assim torna-se possível trabalhar com a entrevista aberta ou não estruturada, onde o informante aborda livremente o tema proposto: bem como com as estruturadas que pressupõem perguntas previamente formuladas. Há formas, no entanto, que articulam essas duas modalidades, caracteriza-se como entrevistas semiestruturadas. (Neto, 2001, p. 58).

Apesar de possuir um roteiro prévio, a entrevista semiestruturada abre espaço para que o pesquisador e sujeito pesquisado façam perguntas fora do que havia sido planejado, sem a rigidez do modelo estruturado. Nesta pesquisa, como instrumento de coleta de dados, o modelo estruturado não contribui de modo satisfatório por não abrir espaço e deixar escapar subjetividades importantes dos sujeitos pesquisados tanto nas perguntas aplicadas, quanto na escrita, privando o pesquisador de reflexões importantes sobre relatos e situações.

A entrevista estruturada desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanece invariável para todos os entrevistados, que geralmente são em grande número. Por possibilitar o tratamento quantitativo dos dados, este tipo de entrevista torna-se o mais adequado para o desenvolvimento de levantamentos sociais (GIL, 2019, p. 113).

Outro modelo de entrevista é o informal, e nesse há pouco ou nenhum planejamento de roteiro, o que poderia prejudicar este trabalho de pesquisa por deixar de lado questões ou assuntos de muita importância para a análise de dados. Muitas vezes a liberdade que a entrevista informal proporciona pode desfocar o que realmente importa

---

<sup>4</sup> Estrutura da entrevista em Apendice.

para a pesquisa, deixando os questionamentos e interações no campo superficial, anulando a profundidade necessário ao questionar os sujeitos pesquisados.

Este tipo de entrevista é o menos estruturado possível e só se distingue da simples conversação porque tem como objetivo básico a coleta de dados. O que se pretende com entrevistas deste tipo é a obtenção de uma visão geral do problema pesquisado, bem como a identificação de alguns aspectos da personalidade do entrevistado. (Gil, 2019, p. 111)

Após avaliar os métodos que as formas de entrevistas apresentam para sua condução, a escolha do formato semiestruturado foi a mais acertada para evidenciar características importantes e pertinentes ao escopo deste trabalho.

Incluir a história de vida dos pesquisados foi uma estratégia adotada por esta pesquisa na tentativa de entender melhor a realidade dos sujeitos pesquisados, nos contextos que estes estão inseridos, além de esclarecer dúvidas e assimilar situações ainda não compreendidas pelo pesquisador. Assim, o procedimento metodológico foi consolidado de forma completa e sistemática e possibilitou ao pesquisador que mergulhasse definitivamente nas vivências relatadas.

É através de uma história acerca da sua vida e do acto de a narrar que o indivíduo se produz como sujeito da sua própria acção e readquire permanentemente um sentimento de unidade, continuidade e unicidade. O que está em jogo entre a vida vivida e a vida contada é, então, o Eu e esta possibilidade de dizer “Eu”, porque é através da organização da vida numa história que é possível [...] responder a três questões: Quem sou eu? Como é que eu sou? Por que é que eu sou? (Brandão, 2007, p. 9)

Segundo Neto (2001), estabelecer o foco num determinado setor da vida do pesquisado, a partir de sua história de vida, facilita o entendimento das atitudes e comportamentos em suas experiências profissionais e como suas características nativas de orientação sexual e identidade de gênero atravessam a particularidade da vida privada e de que forma desaguam na sua identidade profissional.

Aqui vale lembrar que mesmo em decorrência dos padrões impostos pelas instituições educacionais, as conformidades de gênero ou de orientação sexual algumas vezes dissimuladas, mas nunca desligadas definitivamente, de uma forma ou de outra irão aparecer ou deixar margens que possam revelar a real identidade dos sujeitos gays. A profundidade que essa metodologia apresenta pode despertar o senso crítico do pesquisado sobre si mesmo e o meio que ele está inserido, possibilitando ao pesquisador perceber variantes que não foram visíveis na entrevista.

Para muitas pesquisas, a história de vida tem tudo para ser um ponto inicial privilegiado porque permite ao informante retornar sua vivência de forma retrospectiva, com uma exaustiva interpretação. Nela geralmente ocorre a liberação de um pensamento crítico oprimido e que muitas vezes chega em tom de confiança. É um olhar cuidadoso sobre a própria vivência ou sobre determinado fato. Esse relato fornece um material extremamente rico para análise do vivido. Nele podemos encontrar o reflexo da dimensão coletiva a partir da visão individual (Neto, 2001, p. 59).

Entender como os sujeitos pesquisados se compreendem e se enxergam dentro do ambiente profissional que estão inseridos é muito importante para esse trabalho de pesquisa. Através dessa avaliação feita pelo sujeito sobre si mesmo, será possível ter a noção sobre seu entendimento em relação as dificuldades na sua rotina por consequência de sua identidade de gênero ou orientação sexual.

É válido salientar que o percurso metodológico apresentado e adotado para realização desse estudo, estava a todo tempo vinculado a narrativa dos fatos que iam sendo encontrados na pesquisa de campo, não obedecendo uma ordem fixa de excursão, podendo também ser alterado dependendo da necessidade de esclarecimento e busca de novas informações, usufruindo assim da flexibilidade que a pesquisa qualitativa nos oferece.

Dentro da metodologia da pesquisa social, Gil (2019), classifica a organização dos dados coletados na pesquisa qualitativa em três fases distintas e necessárias para sua análise e interpretação, sendo elas redução, exibição e conclusão/verificação. A redução frisa a sintetização dos dados colhidos e observados na observação de campo, simplificando as anotações feitas no diário de campo, transformando os dados originais em informações que contribuam para o objetivo da pesquisa, nesse processo é preciso codificar de forma correta as informações coletadas aleatoriamente no processo de pesquisa.

A redução dos dados consiste no processo de seleção e posterior simplificação dos dados que aparecem nas notas redigidas no trabalho de campo. Essa etapa envolve a seleção, a focalização, a simplificação, a simplificação, a abstração, e a transformação dos dados originais em sumários organizados de acordo com os temas ou padrões definidos nos objetivos originais da pesquisa. Essa redução embora responda ao início do processo analítico, continua ocorrendo até a redação do relatório final. Nesta etapa é importante tomar decisões acerca da maneira como codificar as categorias, agrupá-las e organizá-las para que as conclusões se tornem razoavelmente construídas e verificáveis. (Gil, 2019, p. 175)

Já a exibição ou apresentação dos dados, corresponde a seleção das informações de um modo organizado, possibilitando o entendimento claro e a análise das informações coletadas, facilitando sua interpretação e interrelação, identificando semelhanças e discordância entre os dados coletados.

A apresentação consiste na organização dos dados selecionados de forma a possibilitar a análise sistemática das semelhanças e diferenças e seu inter-relacionamento. Esta apresentação pode ser constituída por textos, diagramas, mapas ou matrizes que permitam uma nova maneira de organizar e analisar as informações. Nesta etapa geralmente são definidas outras categorias de análise que vão além daquelas descobertas na etapa de redução dos dados. (Gil, 2019, p. 175)

Por último Gil (2019) apresenta a conclusão/verificação como processo de organização dos dados da pesquisa qualitativa. A conclusão ou verificação tem como função a revisão dos dados coletados durante o processo de pesquisa, que devem ser revisados quantas vezes forem necessários, para que possam ser validados sem nenhuma dúvida ou questionamento. Vale salientar que o conceito de validade usado na organização dos dados da pesquisa qualitativa é diferente da pesquisa quantitativa. Na pesquisa qualitativa o termo validade explica que os dados coletados têm créditos confiáveis sobre o tema, grupo ou comunidade estudado.

A elaboração da conclusão requer uma revisão para considerar o significado dos dados, suas regularidades, padrões e explicações. A verificação, intimamente relacionada à elaboração da conclusão, requer a revisão dos dados tantas vezes quantas forem necessárias para verificar as conclusões emergentes. Os significados derivados dos dados precisam ser testados quanto à sua validade. Cabe considerar, no entanto, que o conceito de validade é diferente do adotado no contexto das pesquisas quantitativas, que se refere à capacidade de um instrumento para medir de fato aquilo que se propõe a medir. Aqui validade significa que as conclusões obtidas dos dados são dignas de crédito, defensáveis, garantidas e capazes de suportar explicações alternativas. (Gil, 2019, p. 176)

O uso desses mecanismos descritos por Gil (2019) na sistematização dos dados nesse trabalho de pesquisa, tem como intuito sanar as dificuldades apontadas Gomes (2001), como a ilusão do pesquisador em achar que a realidade dos dados irá se apresentar de forma clara em sua frente sem nem um esforço de interpretação. Segundo Gil (2019) o pesquisador se envolve de forma profunda com as técnicas e métodos esquecendo o real significado dos dados colhidos, e por último o pesquisador pode encontrar dificuldade em relacionar dados abstratos com realidades subjetivas. Esse fato pode distanciar o pesquisador de sua fundamentação teórica.

Ainda nesta etapa de sistematização dos dados, Gomes (2001) alinha três passos básicos: estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder as questões formuladas, e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando-o ao contexto cultural da qual faz parte. Ele encerra dizendo que essas finalidades são complementares dentro da pesquisa social.

Embora a sistematização dos dados seja pautada nesses conceitos e modalidades, é preciso entender que a conclusão de um processo de pesquisa nem sempre retrata uma cópia fiel da realidade estudada, mas uma aproximação provisória de uma realidade estudada.

Esse trabalho apresentara seu debate em sete capítulos. A introdução apresenta de uma maneira panorâmica a importância de se trazer o debate sobre orientação sexual e identidade de gênero à baila do sistema educacional. O segundo capítulo trata da construção da imagem do professor no imaginário social brasileiro, como a homofobia atinge e fere professores gays dentro das escolas em que atuam, e se a manifestação da homofobia se dá pelo silenciamento ou por outras formas de exclusão.

O terceiro capítulo apresenta a tentativa de padronização exercida pelas escolas sobre os sujeitos que a compõem, em especial os sujeitos gays, através de práticas conservadoras, e reproduções sociais que enrijecem o preconceito dentro desses espaços. O capítulo também analisa alguns documentos que norteiam o sistema educacional, e como eles tratam as questões de identidade de gênero e orientação sexual dentro das instituições. Neste capítulo também serão analisadas algumas tentativas e orientações institucionais para combater o preconceito no sistema educacional, como exemplo, o Caderno Escola sem Homofobia (Kit Gay) e antagonicamente à essas iniciativas, destacamos movimentos e ações que tentam afastar debate em torno da identidade LGBTQIA+ dentro das escolas, como é o caso do Movimento Escola sem Partido.

O quarto capítulo relata as experiências cotidianas dos professores gays nas instituições onde atuam. Nesse capítulo será buscado descrever os processos de interação com os demais profissionais que a compõem a estrutura escolar, o convívio diário com os alunos e as relações com os familiares e responsáveis pelos alunos.

O quinto capítulo apresenta os desafios que os professores gays enfrentam dentro do espaço escolar, e quais armas são usadas na tentativa de resistir as padronizações da rotina profissional. Ele também apresenta relatos de discriminação, e formas de enfrentamento dos professores gays contra a homofobia.

O sexto capítulo trata da trilha metodológica aplicada para o desenvolvimento dessa pesquisa. Apresentando os contextos socioculturais que os colaboradores, e as escolas elencadas para esse trabalho estão inseridas. Igualmente, o capítulo apresenta as estratégias adotadas nas abordagens e observações, e como foram administradas as inquietações e questionamentos identificados no decorrer do processo de pesquisa.

O sétimo e último capítulo destaca alguns resultados da pesquisa, bem como esclarece questões levantadas por esse trabalho sobre a construção da identidade e orientação sexual dos professores gays dentro dos espaços escolares. O propósito desse capítulo é revelar algumas dificuldades enfrentadas por esses profissionais, como também alguns preconceitos e violência sofridas por esses professores em virtude de sua orientação sexual ou identidade de gênero divergente da heteronormatividade.

Antes de apresentar os caminhos que foram seguidos por essa pesquisa, é válido relembrar que ela nasceu de uma inquietação do pesquisador: um professor gay que procura observar outros colegas que partilham da mesma identidade homossexual. A pergunta que norteou esta pesquisa foi: “Como os professores gays enfrentam, se defendem e enxergam a homofobia dentro das escolas que trabalham?” Como mencionado na introdução deste trabalho, essa inquietação vem instigando o pensamento crítico desde o trabalho de conclusão do curso de graduação em ciências sociais.

Não houve dificuldade para acessar as escolas escolhidas para campo de pesquisa nem para estabelecer a contato e formalizar a colaboração dos professores gays. O acesso as escolas selecionadas por esse trabalho, nas quais realizamos o processo de observação participante, foi conseguido sem burocratização por parte da direção ou coordenação pedagógica, deixando o pesquisador a vontade para exercer o trabalho e acessar qualquer espaço ou documentos que pudessem contribuir com esta pesquisa.

A aproximação com os professores gays que atuam dentro dessas escolas, também aconteceu de forma amigável e simples, tendo em vista que a maioria já tinha um contato

além campo de pesquisa, já os demais professores colaboradores desse trabalho, o contato foi estabelecido dentro das escolas. Porém, após iniciarmos as observações no campo de pesquisa, e iniciar as conversas e contato com os professores gays, nos deparamos com duas dificuldades consideradas validas para trazer ao debate.

A primeira dificuldade que percebemos, foi a descredibilização dos estudos sobre sexualidade e igualdade de gênero. Fazer pesquisa na área das ciências sociais tornou-se um desafio para os estudiosos da área, devido a uma parte da sociedade confundir suas opiniões e ideologias fundamentadas no senso comum, com verdades absolutas que desqualificam os estudos científicos sobre determinados assuntos. Essa desqualificação aumenta quando as pesquisas são voltadas ao campo da sexualidade desviante, igualdade de gênero e educação, dando a entender que para um estudo ter visibilidade na área das ciências sociais, tem que abordar ou estar ligado diretamente a temas como, embates de classe sociais, ideologias políticas, ou exploração da força de trabalho.

Foi trazida essa reflexão baseada em um comentário feito pela coordenadora pedagógica de uma das escolas que foi usada como campo de pesquisa, ao questionar sobre o tema principal abordado por nossa pesquisa.

Há, mas me tira uma dúvida, porque a maioria das pessoas que são formadas em ciências sociais só querem pesquisas sobre gênero e sexualidade, é mais fácil é? Tanta coisa interessante para estudar, e um monte de gente só quer esse tema, parece moda. Se fosse eu, estudaria alguma coisa de política, ou de Marx, educação já tem muitos estudos também. (Coordenadora pedagógica da escola pública CP1.)

A fala da coordenadora pedagógica afirma o que foi levantado anteriormente sobre a descredibilização dos estudos sobre sexualidade e gênero no campo das Ciências Sociais, como se os trabalhos sobre o assunto já fossem excessivos no meio científico e acadêmico, e como se não existissem questionamentos sobre o assunto, ou que ele não tenha relevância no debate educacional. Em outras escolas também fomos questionados sobre o tema central da pesquisa, e sempre levantando questionamentos sobre a importância, ou, a falta de importância desse tema no meio social.

Iniciadas as conversas e entrevistas percebeu-se uma segunda dificuldade, a falta de disponibilidade dos professores que se propuseram a participar da pesquisa, dificuldade essa que foi vivenciada no campo de pesquisa até as últimas conversas e observações. Ficou claro também que essa falta de disponibilidade na maior parte dos

casos não era culpa dos profissionais, pois a carga horaria exercida por cada profissional dificultava seu envolvimento integral com a pesquisa, e muitas vezes alguns professores disponibilizavam o horário do intervalo ou de almoço para contribuir como esse estudo.

De certo modo notou-se que essa indisponibilidade foi surgindo com o aprofundamento das conversas e entrevistas, principalmente quando se tocava nas questões dos preconceitos sofridos dentro da escola, ou quando a conversa enveredava sobre as atitudes que a direção e coordenação pedagógica tomavam para combater o preconceito sobre discriminação em relação a orientação sexual dentro das instituições.

Esse comportamento foi percebido principalmente entre os professores contratados, ou da rede privada de ensino, como se estivessem querendo camuflar as falhas das instituições na proteção dos sujeitos gays que atuam profissionalmente nesses espaços. Mesmo fora do ambiente escolar, esses profissionais se restringiam a se aprofundarem em determinados temas ligados ao convívio escolar.

Para Farias e Weber (2008), o pesquisador é aquele que deve perceber a realidade que o cerca e todas as possibilidades, nunca só as objetividades e concretudes que a pesquisa qualitativa revela, deve-se ficar atento aos fenômenos que estão tão claros aos nossos olhos, e não apenas os fatos. Essa dificuldade de debater as questões de orientação sexual dos docentes dentro das escolas, revela o poder disciplinador que as instituições exercem sobre os sujeitos.

Voltando para o percurso metodológico, as hipóteses sobre esse tipo de comportamento dos professores só foram possíveis pela análise das anotações feitas no diário de campo e as observações participantes, que se mostraram instrumentos importantíssimos para construção de um percurso metodológico seguro, e de reflexões assertivas sobre o comportamento dos sujeitos estudados, em conjunto com o aporte teórico apropriado para o tema. Para guiar o processo metodológico desse trabalho foi adotado o método qualitativo, a partir das orientações teóricas da sociologia reflexiva.

As análises que levam em consideração os fundamentos da sociologia reflexiva dão ênfase no sujeito da ação: no ator social. Como sugere a realidade empírica, as peculiaridades dos sujeitos são moduladas e regidas pela estrutura social na qual decorrem as existências individuais. Essa teia de relações sociais, que nasce da soma das ações

individuais, que abraça e coage a atividade de um ator social pode ser descrita sob o conceito de cultura.

Como o próprio Weber (2001) reforça, a mola propulsora das ações individuais que alicerçam a cultura é movida pelos valores que emergem do seio da vida coletiva e nutrem o agir do indivíduo na sua singularidade. Em sintonia com Weber podemos afirmar que

Uma parcela ínfima da realidade individual que observamos em cada caso é matizada pela ação do nosso interesse condicionado por essas ideias de valor, somente ela tem significado para nós precisamente porque revela relações tornadas importantes graças à sua vinculação a ideias de valor. É somente por isso, e na medida em que isso ocorre, que nos interessa conhecer a sua característica individual. (Weber, 2001, p. 92).

Na realização desta pesquisa houve um esforço em observar a dinâmica individual, as vivências de professores no contexto do exercício profissional da docência. Foi necessário colocar em xeque a imaginação sociológica, no ato de compreender as estratégias desses profissionais para exercer seu trabalho no seio de uma instituição pautada em valores tradicionais emanados do pensamento patriarcal.

Tal propósito demanda técnicas, procedimentos e sutileza para realizar com sucesso os levantamentos de dados que fundamentarão as análises do pesquisador. Nesse ponto a metodologia qualitativa nos oferece os instrumentos e estratégias necessárias para a coleta de dados empíricos, de modo que se possa compreender a forma como se dão as interações sociais dos professores gays dentro das escolas que atuam.

### 1.1. Conhecendo o campo de pesquisa

A pesquisa foi realizada usando três escolas como campo de pesquisa, sendo duas escolas da rede pública, e uma da rede privada de ensino, essas escolas serão denominadas como; CP1, CP2, e CP3.<sup>5</sup> O campo de pesquisa 1, é uma instituição educacional pública ligada a SEE-PB<sup>6</sup>, a escola contém uma média de 700 alunos, divididos em turmas do 1º ao 3º ano de ensino médio, atendida por 25 professores, dentre apenas 03 professores são

---

<sup>5</sup> CP, abreviatura de Campo de Pesquisa.

<sup>6</sup> Secretaria Estadual de Educação da Paraíba.

homens gays. Embora não seja o foco dessa pesquisa, mas vale salientar, no CP1, não há professoras lésbicas atuando na escola, isso mostra o esvaziamento desses ambientes pelos sujeitos que apresentam uma sexualidade desviante da heteronormatividade.

O CP1 funciona em dois horários diurno para o ensino médio, e a noite, com educação de jovens e adultos (EJA). O CP1, é uma instituição que funciona há mais de 50 anos e mantém uma estrutura física antiga, porém conservada, apresentando uma ampla área para convivência coletiva dos alunos quando não estão em aula.

O ambiente coletivo dos professores, espaço que foi de suma importância para nossas observações. A sala dos professores localiza-se de frente a o ambiente de convivência dos alunos, é uma sala ampla, com uma mesa grande no centro onde todos se reúnem entre os intervalos das aulas e horário de lanche, o ambiente dos professores não dispõe de climatização, a sala é escura, e com pouca ventilação. Os professores do CP1, carregam um perfil tradicionalista que é tido como marca registrada da escola, grande parte de seus professores tem mais de 20 anos de carreira, podendo essa característica ser umas das justificativas do tradicionalismo encontrado e divulgado orgulhosamente por esse campo de pesquisa. Embora a direção e a coordenação pedagógica em nossa primeira conversa deixou claro, e com orgulho, dessa política tradicionalista adotada pela instituição, não houve dificuldade em acessar seus espaços em nossas observações, ou de estabelecer o contato com os professores gays que atuam dentro dela.

O campo de pesquisa 2 (CP2), faz parte da rede pública de ensino, também ligada a SEE-PB, e apresenta-se como uma instituição com perfil liberal, onde segundo a coordenadora pedagógica, a instituição tem em seus objetivos defender a liberdade de expressão dos sujeitos que fazem parte dela. O CP2 tem uma média de 210 alunos, que se dividem nas séries do ensino médio e cursos técnicos concomitantes, funcionando integralmente durante toda semana. Seu quadro apresenta um número de 19 professores, onde desse quantitativo apenas 02 são homens gays, e duas professoras que se declararam lésbicas. O CP2 apresenta uma estrutura física moderna, com espaços de convivência amplos, laboratórios e salas de aula equipadas e estruturadas para o conforto dos alunos. A liberdade de expressão que a escola coloca com um dos seus objetivos, pôde ser comprovada em nossas observações nos espaços de convivência comum a todos, onde alguns alunos e alunas gays, demonstram afeto com seus namorados e namoradas dentro

da escola. A sala dos professores fica entre a cantina e o espaço de convivência dos alunos, não permitindo que haja uma interação direta entre ambos nos momentos de intervalos entre as aulas e refeições. A estrutura desse ambiente apresenta uma estrutura confortável para eles, uma mesa grande ao fundo, com sofás e climatização. No campo de pesquisa 2, também não tivemos nenhuma restrição de acesso a espaços institucionais, e contato com os profissionais gays que atuam como professores.

O campo de pesquisa 2, realiza campanhas e debates sobre o combate à discriminação e preconceito dentro de seu ambiente. Um fato que deve ser trazido aqui sobre o CP2, é que foi percebido nas entrevistas e conversas com os professores gays, que eles não ficavam confortáveis para falar sobre sexualidade dentro do seu ambiente de trabalho, comportamento que contradiz o objetivo da instituição, no tocante ao respeito as subjetividades dos sujeitos.

Já a terceira instituição, o campo de pesquisa CP3, pertence a rede privada de ensino, e comporta no período da tarde, horário que é ofertado o ensino médio, cerca de 80 alunos, divididos em seis turmas, contando com uma equipe docente de 12 professores, sendo apenas 01 professor que se declara gay.

Se num primeiro momento percebe-se o baixo quantitativo desses sujeitos na atuação dentro do sistema educacional, na rede privada essa situação parece que se agrava. Assim como os demais campos de pesquisa, não houve dificuldades em acessar o CP3, a direção da instituição permitiu o acesso para observações sem restrições para esta pesquisa, porém o contato com o professor com quem se desejava dialogar foi bastante restrito dentro do campo de pesquisa, devido sua carga horaria e as normas da instituição em questão.

O CP3, apresenta uma estrutura moderna, com um ambiente espaçoso para interação dos alunos, ao contrário da sala incomum dos professores que oferece um ambiente fisicamente reduzido para os profissionais, com uma mesa pequena no centro, e rodeada de estantes com livros didáticos não mais usados, a sala não apresenta climatização, e os alunos têm total acesso, mesmo quando os professores estão em horário de intervalo. O modelo educacional adotado pelo CP3, baseia-se no fundamentalismo da religião católica, sendo claramente percebida a regulamentação e enquadramento comportamental dos sujeitos dentro desses padrões, como por exemplo, o modo de vestir-

se, a valorização do calendário de eventos e celebrações católicas, a reunião diária dos alunos e funcionários antes das aulas no espaço de convivência para um momento de oração, entre outros hábitos ligados a religiosidade.

As características distintas que os campos de pesquisa apresentaram foram de grande valia para melhor compreensão da realidade vivenciada pelos professores gays em suas atuações no sistema educacional, conduzindo esta pesquisa a reflexões mais complexas e aprofundadas, como a localização e estruturação das salas de convivência comum dos docentes, e o modelo comportamental que cada campo de pesquisa exige dos sujeitos que atuam como professores.

## 1.2 Perfil dos docentes em questão

Essa pesquisa teve a colaboração de seis professores gays, graduados em áreas diferentes, que atuam no ensino médio, e que expressam sua homossexualidade de uma forma livre e independente. Todos residem no mesmo município que se situa as escolas que serviram como campo de pesquisa, foram selecionados por indicações de outros colegas professores, e por conhecimento pessoal, todos os colaboradores aceitaram participar desse trabalho com a condição de não terem suas identidades reveladas, e nem o nome das escolas onde atuam, com intuito de criar um sentimento de confiança entre colaboradores e o processo de pesquisa.

Assim como as instituições que a pesquisa foi desenvolvida apresentaram suas características individuais os professores que colaboraram com o estudo também trouxeram suas subjetividades como elementos fundamentais de entendimento de sua rotina de trabalho e dificuldades enfrentadas dentro das escolas, a partir de agora apresentaremos cada colaborador pela sua área de atuação. O primeiro professor foi convidado por ter contato com os organizadores dessa pesquisa e se enquadrar no perfil desse estudo. Sendo professor do ensino médio na área das ciências humanas, é homossexual, tem 42 anos e trabalha na rede pública de ensino pelo regime de contrato, esse primeiro colaborador atua na rede pública de ensino há três anos. Segundo o professor, todos na escola onde trabalha, e na cidade que reside sabem da sua orientação sexual, o professor atua no CP1.

O segundo professor colaborador desse trabalho também foi convidado através do conhecimento pessoal dos organizadores da pesquisa atua no CP2, ele tem 43 anos, formação na área das ciências exatas, e é professor da rede pública de ensino, onde leciona há mais de 10 anos, no regime contratual. Durante as conversas o professor revelou que sua sexualidade não é segredo para ninguém, e nem para os familiares dos alunos, nem para as pessoas que atuam dentro da escola que trabalha, o segundo professor atua como professor do ensino médio.

O terceiro colaborador atua na escola pública há mais de vinte anos, como professor concursado na área das ciências humanas, tem 55 anos, e vive sua homossexualidade de forma aberta. Esse colaborador veio por indicação de um colega docente, em nossa primeira conversa o professor acatou nosso convite de prontidão, e se colocou à disposição para esclarecer nossas dúvidas e questionamentos, o professor atua no CP1.

Nosso quarto colaborador foi contactado por intermédio de uma colega docente, e é o único professor da rede privada de ensino, atua no CP3, exerce a profissão há mais de 20 anos, apresenta um maior tempo de docência, tem 58 anos de idade, graduado na área das ciências exatas, é casado com seu companheiro há mais de 10 anos, e embora considere que não esconde sua sexualidade, ele afirmou ser discreto em suas atitudes, e não gosta de expor sua orientação sexual dentro do ambiente escolar, e nem nas turmas de ensino médio que atua.

Outro colaborador desta pesquisa, tem de 47 anos, e atuou na rede pública de ensino por mais de 10 anos por meio de contrato, é formado na área de linguagens, e assim como os demais já citados, vive sua homossexualidade livremente, onde todos de suas interações sociais sabem de sua orientação sexual. O professor deixou de lecionar há alguns anos por ter sofrido violência por conta de sua homossexualidade, hoje dá aula particular em sua residência e exerce outras atividades que não são ligadas a educação. Embora houvesse um planejamento de convívio e outros momentos para conversa, o encontro com esse colaborador aconteceu uma única vez, ele alega não se sentir confortável de falar sobre esse assunto, se mostrou incomodado em falar sobre a violência que sofreu, e de suas experiências no campo educacional. O professor foi convidado para participar dessa pesquisa através do intermédio de uma colega professora em comum, e

só concordou contribuir com esse trabalho de pesquisa na presença da colega que intermediou o encontro.

O último professor atua há mais de 15 anos na rede pública de ensino, é formado na área de linguagens, tem 39 anos, e é concursado há 5 anos. O professor é casado com seu companheiro há 5 anos, e todos da escola onde trabalha sabem de sua orientação sexual, inclusive seus alunos. O professor voluntariou-se para participar desse trabalho de pesquisa após observar uma conversa com um dos colaboradores, ficou curioso, e ao saber do desenvolvimento da pesquisa pediu para participar, e como se enquadra nos critérios elencados pela pesquisa, tornou-se colaborador, ele atua no CP2.

Entre os seis professores que colaboraram com esse trabalho dissertativo, vale salientar e reafirmar que apenas dois são efetivos, os demais trabalham em regime de contrato, esse fato além de destacar a diferença salarial que existe entre esses profissionais, também revela a dependência e o controle que são exercidos sobre esses profissionais pelas instituições de ensino.

Ficou entendido que os profissionais que estão atuando nas instituições de ensino através de concurso público, tenham maior liberdade e autonomia nas tomadas de decisões, e comportamentos em seus espaços de trabalho. Com isso não se pretende afirmar que os professores gays concursados não sofram discriminação, e nem sejam vitimados pela padronização e enquadramento heterossexual promovidos pelas instituições de ensino.

### 1.3. Vivenciando experiências, observações e entrevistas

As observações se iniciaram no começo do ano letivo de 2023 com a ocupação planejada dos três ambientes que serviram como campo de pesquisa. No intuito de acompanhar semanalmente os ambientes educacionais, estruturamos um cronograma baseado nos horários e dias das aulas dos professores colaboradores de cada campo de pesquisa, conforme exposto no quadro 1 a seguir:

Quadro 1 - Cronograma de pesquisa de campo

Unidade Educacional	Segunda-feira		Quarta-feira		Quinta-feira		
	Manhã	Tarde	Manhã	Tarde	Manhã	Tarde	Noite
CP1							
CP2							
CP3							

Fonte: Elaborado pelo autor

Através desse cronograma foi possível organizar as observações nas instituições educacionais, permitindo que as observações fossem feitas em todas as instituições parceiras dessa pesquisa durante a semana. Para garantir a aleatoriedade da aquisição de dados, as semanas dedicadas à observação foram alternadas para probabilisticamente os eventos terem a mesma naturalidade para ocorrer.

Para Gil (2019), observar os participantes colocam o pesquisador/conductor em uma posição de membro do grupo observado fazendo que este tenha uma visão de dentro para fora das situações estudadas, promovendo um real entendimento da rotina do grupo estudado.

Nesta pesquisa se desfrutou de algumas vantagens descritas por Gil (2019) em relação das observações participantes, como o acesso a dados e situações que só os integrantes daquele grupo têm acesso, como também o esclarecimento de comportamentos percebidos no campo de pesquisa.

Embora o observador comungue da mesma orientação sexual dos professores colaboradores, tentar fazer parte de um grupo, e buscar entender as dinâmicas internas desse grupo, pode gerar desconfiança nos membros efetivos desse grupo, podendo essa desconfiança transformar-se em um obstáculo para a observação do campo de pesquisa.

As observações dentro das instituições educacionais proporcionaram um melhor entendimento das vivências dos professores gays em seu trabalho, e como esses espaços exercem sua função reguladora sobre o comportamento desses professores. A chegada do pesquisador para as observações foi bastante tranquila dentro das instituições no início, e dentro da normalidade como esperado. A presença do pesquisador causou estranhamento nos alunos nos primeiros dias, mas com o decorrer dos dias, e avançar das observações, foi se misturando a rotina escolar, tornando quase um elemento integrante dessas instituições.

Nas observações no CP1, foi possível notar o distanciamento que os professores gays mantêm de seus alunos, tanto na sala de aula ou quando estão dividindo os mesmos espaços de socialização dentro da escola. Em momentos que não estão em aula, ou em outras atividades extracurriculares, percebeu-se que os professores colaboradores dessa

pesquisa, se mantiveram irredutíveis em manter um contato amigável além do profissional com seus alunos, sendo raro observar um contato, ou conversa entre professores e alunos nos espaços comum de socialização dessa instituição.

Aos poucos foi possível entrar nas salas de aulas dos professores colaboradores para as observações. As aulas observadas dos professores do CP1, são aulas com pouca interação social entre discentes e docentes, não havendo muita conversa paralela entre os alunos.

Porém alguns comportamentos em relação aos alunos chamaram atenção, principalmente o modo que em alguns momentos na aula, ou para destratar outros colegas do sexo masculino, ou para chamar atenção, os alunos usam palavras de desqualificação ligadas a homossexualidade, como “veado”, fresco, bicha e outras. Sempre que algum aluno queria rebaixar o outro, essas palavras eram usadas como um mantra de desqualificação, colocando a homossexualidade na qualidade de rebaixamento humano, ou condição de vergonha. Nesses momentos os professores colaboradores assumiam um papel neutro, como aquela situação e palavras fossem alheias as suas personalidades, assumindo uma atitude *blasé*, como define Simmel.

A essência do caráter *blasé* é o embotamento frente à distinção das coisas; não no sentido de que elas não sejam percebidas, como no caso dos parvos, mas sim de tal modo que o significado e o valor da distinção das coisas e com isso das próprias coisas são sentidos como nulos (Simmel, 2005, p. 581).

Em uma determinada observação na aula no CP1, aconteceu uma cena que quase fugiu do controle do professor. Nesse jogo de palavras ligadas a sexualidade que os alunos usam em piadas maldosas, ou para diminuir o colega, dois adolescentes quase chegaram a se agredir fisicamente porque um insinuou que o outro fosse gay; o adolescente que foi o alvo da insinuação pediu que o colega o respeitasse, e que “veado” era ele, que vivia de conversinhas com outros colegas.

Daí em diante a confusão se instalou na sala de aula, precisando da intervenção do professor que acalmou os adolescentes e explicou, em um tom de voz alterado, que a sexualidade ou características da orientação sexual de cada ser humano, não deveria ser algo que o outro se envergonhasse, ou servisse para diminuir as pessoas, essa fala levou quase o tempo restante da aula, em seguida, um silêncio e um clima de tensão se instalou na sala de aula entre professor e alunos.

Ao terminar a aula, o professor pediu desculpa pelo acontecido em sua aula, e quando questionado do motivo do pedido de desculpa, ele disse por ter se alterado em sala, que isso nunca havia acontecido, mas ele já vinha aguentando piadinhas demais, além disso, os ânimos dos alunos quase se alteraram para as vias de fato. Naquele momento foi notório que o que incomodou o professor, e o tirou do sério não foi apenas a confusão entre os alunos, mas as palavras de deterioração da imagem dos sujeitos homossexuais que os alunos vinham usando uns com os outros não levando em conta a orientação sexual do professor, desconsiderando sua identidade e características individual como sujeito.

Segundo Louro (1997), o professor é atravessado por diversos símbolos e códigos que a docência lhe impõe, fazendo parecer que sua identidade como sujeito não exista mais, porém essa singularidade e subjetividade continuam ali com o docente. Talvez essa explicação da autora forneça um caminho para entender o motivo dos alunos não enxergarem e respeitarem a orientação do professor dentro da sala de aula.

Na outra semana ao retornar para essa mesma turma, havia um clima bastante amistoso entre os alunos, e quando o professor entrou na sala, um dos adolescentes que havia se envolvido na cena da aula passada pediu desculpa ao professor pelo acontecimento, pelo tumulto provocado em sua aula e pelas palavras que foram usadas outrora. Infelizmente, mesmo após o ocorrido e a conversa que o professor teve com essa turma, em outros momentos ainda foi registrado o uso de palavras ligadas a orientação sexual sendo usadas entre os colegas para invalidação da imagem do outro.

Nas observações das aulas de outro professor no CP1, foi vivenciado um ambiente em que acontecia uma certa aproximação entre os alunos e professor, sempre que acontecia alguma situação, ou uso de palavras entre os alunos ligadas a homossexualidade para difamar os colegas, o professor parava a aula e repreendia os envolvidos com explicações e tentativas de orientações sobre o assunto. Foi comum nas observações perceber pedidos de desculpa dos alunos para o professor após usarem alguma palavra considerada ofensiva, mostrando um certo respeito pela orientação sexual e presença do professor na sala de aula.

Apesar do respeito que os alunos mantem pelo professor, é notável a existência um distanciamento entre ambos os lados. Supostamente esse distanciamento percebido

entre professores e alunos no CP1, provenha do regime tradicional adotado pela instituição, que coloca os professores em uma posição de exemplares disciplinadores, na tentativa da manutenção da ordem e da moral em seu ambiente, buscando, segundo Foucault (2014), adestrar corpos ativos, prevenir a devassidão e a homossexualidade, mantendo a cultura heteronormativa como a correta a ser seguida.

As observações no CP2, aconteceram de uma maneira tranquila, e sem nem uma restrição ou burocratização, tanto por parte dos professores colaboradores, quanto pela direção e orientação pedagógica, nos dando acesso a todos os espaços usados pelos professores. O CP2 dispõe de um amplo espaço para socialização de todos os sujeitos nos momentos de descanso e após o almoço, local esse onde ocorreu uma boa parte das observações e conversa com os professores colaboradores dessa instituição.

O que se percebeu num primeiro momento foi um bom relacionamento entre os professores e alunos, o local externo de socialização comum é ocupado frequentemente por alguns professores que ficam em rodas de conversas com os demais alunos, ou em conversas particulares e em duplas, entre esses professores estão os colaboradores desse trabalho. É clara e aberta a presença de alunos e alunas homossexuais dentro dessa instituição estudada, e as expressões de afeto por aqueles que tem seus namorados e namoradas. É com esse público que um dos nossos colaboradores se socializa quando está em seus momentos de descanso dentro do CP2, é evidente o carinho que os alunos mantem pelo professor, e sempre foi observado que os alunos buscam o professor para uma conversa particular ou em grupo, foi perguntado ao colaborador o motivo de ser tão requisitado pelos alunos, e principalmente aqueles que divergem da heterossexualidade. Ele afirmou que eles o chamam para pedir conselhos, contar coisas que acontecem em casa, ou no relacionamento, muitas vezes eles ou elas não podem conversar certas coisas em casa.

Muitas vezes eu vejo que eles, e as meninas também, não tem ninguém para conversas em casa, digo uma pessoa adulta, quando chega na escola também fica difícil se abrir para qualquer pessoa, como acho que eles percebem que sou gay, e sempre dou algum tipo de abertura para eles, aí eles me chamam, acho que sentem confiança e segurança em mim (Relato transcrito de um dos sujeitos pesquisados/colaboradores desta pesquisa, professor CP2).

Essa colocação revela a importância da representatividade dos professores gays dentro das instituições educacionais, e como sua presença é importante para que outros sujeitos gays possam se reconhecer como sujeitos de direito capacitados para ocuparem

qualquer função ou cargo de trabalho, principalmente dentro sistema educacional, quebrando a padronização heterossexual e promovendo a inclusão valorizando a diversidade humana dentro das escolas.

Assim como ocorreu no CP1, aos poucos as observações chegaram às aulas dos professores colaboradores do CP2 se dando de uma forma tranquila, até a presença no campo de pesquisa já havia de certa forma sido naturalizada pelos alunos, professores e demais funcionários daquela escola. As primeiras aulas que foram observadas no CP2, foram de um segundo colaborador, onde se mostraram bastante tranquilas em seu desenvolvimento, mostrando uma boa relação entre os alunos e o professor, mas de certa maneira havia um distanciamento entre o professor e seus alunos em sala de aula, nada que atrapalhasse o processo de aprendizagem, mas como o professor estivesse constantemente em posição de defesa, na tentativa de não estreitamento de relação com seus alunos. Mesmo em alguns momentos da aula que proporcionasse um maior envolvimento do professor com seus alunos, logo em seguida voltavam a posição de defesa, como se existisse uma linha imaginaria que não pudesse ser cruzada por ambas as partes.

Em contrapartida, nas observações das aulas do outro professor colaborador deste mesmo CP, presenciou-se bastante interação entre o professor e os alunos, mantendo uma relação respeitosa, ficou perceptível que a aula oscilava entre momentos de descontração, e aprendizagem, onde ambos os momentos não interferiam no desenvolver da aula. Algumas vezes os momentos descontraídos das aulas eram preenchidos por dúvidas e curiosidades dos alunos sobre a vida do professor e principalmente sobre sua sexualidade, tema preferido dos alunos para com ele. As dúvidas e questionamentos eram os mais diversos, desde se o professor já sofreu preconceito na rua, como a família dele aceitou sua homossexualidade, e até sobre seu relacionamento. Algumas vezes chegamos a pensar que o professor não iria responder os questionamentos, ou se irritar com as perguntas muitas vezes invasivas dos alunos, mas sempre atendia os questionamentos alunos de maneira cordial. No final de uma aula, após um aluno fazer uma pergunta sobre o tempo de relacionamento do professor, e ele responder de uma forma clara e honesta, questionamos se ele não se incomodava com essas perguntas, e curiosidades.

Teve um tempo que eu não gostava muito, mas fui me acostumando, sou muito apegado a meus alunos, e respondo não par incentivar eles a nada, mas sei que em casa alguns não tem como tirar essas dúvidas, aí respondo, e também vejo

uma forma deles verem que ser gay, é algo normal, não tem nada de errado nisso, e que eu também pago conta, faço feira e passo por todos os problemas que uma pessoa hetero passa (Relato transcrito de um dos sujeitos pesquisados/colaboradores desta pesquisa, professor CP2).

A falta de uma orientação correta em casa, ou até mesmo a ausência de uma disciplina de educação sexual dentro das escolas, levam alguns alunos a recorrerem aos professores para tirarem suas dúvidas sobre questões voltadas a sexualidade. A problemática levantada após essa fala do professor deixa evidente que não é só falta de informação dos alunos pela escola e por seus familiares, mas como essa falta de informação nas instituições sociais sobre sexualidade e orientação sexual, podem contribuir para o aumento ou incentivo da discriminação e preconceito contra os professores gays dentro das escolas. Ancorado nas ideias da professora Louro (1997), entende-se que embora tenha acontecido alguma ruptura com o tradicionalismo no processo educacional, as escolas ainda são espaços heterossexuais, que primam pela formação dos setores dominantes.

As aulas do segundo colaborador do CP2 se mostram bastante atrativas para os alunos, sua desenvoltura na sala de aula prende os espectadores. E embora viva sua sexualidade de uma forma aberta, em nenhum momento esse assunto foi levantado em suas aulas, foram poucas as vezes que temas sobre sexualidade foram abordados nas aulas do professor, desconfia-se que devido o professor lecionar a área das ciências exatas ele prefere conduzir o foco dos alunos para um campo mais racional, não dando abertura para outros tipos de interação na sala de aula.

Porém alguns alunos vez ou outra levantavam dúvidas sobre a sexualidade de colegas de outras turmas, na curiosidade de saber se eles são gays ou não, nesses momentos o professor sempre fazia um comentário voltado para o respeito da sexualidade do outro, que isso só interessa ao outro, embora os alunos mostrassem curiosidade sobre o sexualidade dos demais colegas, em momento algum foi registrado questionamento sobre a sexualidade do professor, e nem alguma fala por parte do professor que deixasse claro sua orientação sexual, embora os alunos desconfiem esbocem certeza da sexualidade do professor.

A chegada no CP3, também ocorreu de maneira tranquila como os demais, porém diferente das outras instituições pesquisadas, essa é a única que atua na rede privada de ensino, então embora tivesse havido uma boa recepção pela instituição, sabia-se que a

observação dentro desse campo de pesquisa iria exigir um pouco mais de sutileza e perspicácia para entender a conjuntura que o professor colaborador desse trabalho está inserido. O CP3 também apresenta uma área ampla e comum para socialização entre professores e alunos, porém pouco foi presenciada a interação entre ambas as partes em durante a pesquisa de campo. O professor colaborador de nossa pesquisa nessa instituição pouco se relaciona com os alunos em seus horários de descanso dentro da instituição, ele não frequenta as áreas comuns para socialização, muitas vezes no horário do intervalo o professor ficava na sala de aula, ou já se dirigia para sala onde lecionaria a próxima aula, a sala de professores também era pouco frequentada por ele – assunto que será mais adiante. As interações do professor são bastantes reduzidas dentro da instituição que trabalha, mantendo poucos contatos extraclasse, tanto com os alunos, quanto com os demais colegas professores.

O professor parece buscar constantemente um local de refúgio dentro da escola, como se estivesse querendo se proteger ou evitar se expor para os demais sujeitos que compõem aquela instituição. Essa tentativa de isolamento dentro da escola pelo professor acabou promovendo rápidas conversas, e momentos de troca de informações mais aprofundada, tanto da vida do professor em questão, quanto da dinâmica escolar que ele está inserido. Foi exatamente nessas conversas que o professor relatou da intervenção direta da direção escolar nas questões voltadas para sexualidade dos profissionais dentro e fora daquele ambiente, onde eles precisam se resguardar, chamar o mínimo de atenção possível sobre suas orientações sexuais e identidade de gênero. O controle fora da instituição se dá através das redes sociais, o professor relata que tudo o que se posta, se comenta ou curte, é rigidamente fiscalizado pela direção escolar, com a desculpa de querer manter a qualidade da escola, e prezar pela boa conduta dos professores da instituição, ele admite que não tem rede social, apenas usa o *WhatsApp* para não ter dor de cabeça com certas questões.

Aqui é assim, desde a época que comecei a trabalhar, temos que ter cuidado com o contato com os alunos e os pais deles, certos assuntos não devemos falar nas aulas, nem ter certos comportamentos aqui dentro. Teve um colega de trabalho que foi demitido do nada, ele era um bom professor, eu desconfio que ele foi demitido porque não ligava para nada, não das aulas, mas digo do comportamento, postava fotos nas redes sociais, e não gostava de seguir as recomendações da escola. (Perguntamos se ele sabia a orientação sexual do colega demitido?) Sim ele gays também, como disse não gostava muito de obedecer às regras de não postar fotos, de se comportar discretamente, então eu acho que foi por isso (Relato transcrito de um dos sujeitos pesquisados/colaboradores desta pesquisa professor CP3).

Foi questionado se essa postura do professor buscar ambientes isolados, e manter pouco contato com os alunos e demais colegas de trabalho não seria um reflexo do que aconteceu com o colega, ou ele tinha receio de ser repreendido pela direção escolar? Ele falou que não, que “era o jeito dele mesmo”. Contudo, pela fala do professor é possível visualizar a força disciplinadora e reguladora do sistema educacional, independente de que os sujeitos gays atuem. Em umas das observações foi ouvido da coordenadora pedagógica elogios ao professor, colocando-o como um dos melhores professores da escola.

Uma das principais características das aulas deste professor era o silêncio que se estabelecia quando ele iniciava o conteúdo, não apenas pelo professor lecionar as ciências exatas, mas também, pela rigidez que o professor conduzia suas turmas, poucas conversas paralelas aconteciam em suas aulas, e a interação professor aluno não rompia o debate do conteúdo, embora o professor não mantivesse um contato além com seus alunos, foi possível notar que eles tinham bastante carinho pelo professor, mesmo nos momentos que o professor buscava seu isolamento, algum aluno ia a sua procura para oferecer lanche, ou puxar nem que fosse uma rápida conversa.

Nas observações nos campos de pesquisa P1, P2 e P3, um ambiente que chamou nossa atenção foi a sala dos professores, local de interação entre os docentes sem a intervenção dos alunos, onde os professores desfrutavam de minutos de descanso no horário de intervalo, ou entre uma atividade e outra, local onde as conversas ultrapassam os assuntos escolares e educacionais. Como já foi citado nesse trabalho, cada sala destinada aos professores apresenta configurações diferentes, e nesses ambientes foram observadas conversas, situações e atitudes que envolvem os professores colaboradores desse trabalho de pesquisa.

O convite para frequentar a sala dos professores foi igual em todas as instituições pesquisadas, partiu da coordenação pedagógica e da direção das instituições, que colocou a sala dos professores como ponto de apoio para este estudo, mas com o decorrer das observações percebeu-se o quanto aquele espaço seria importante para o entendimento de algumas questões relatadas e observadas nas escolas. A sala dos professores sempre estava ocupada de alguma forma, em todas as instituições estudadas, seja na hora do intervalo para o lanche, ou no horário entre as aulas. No CP1 e CP2, no intervalo para o lanche era comum que todos os professores fossem para a sala destinada a eles, inclusive

os professores colaboradores desse trabalho, já no CP3, era uma situação rara o professor colaborador frequentar o espaço no intervalo, apenas entrava rapidamente ao chegar na instituição para pegar seu material, e no final das aulas para devolvê-lo.

Algumas situações chamaram atenção nesses espaços envolvendo os professores colaboradores. Em uma observação no CP1, no horário do intervalo, onde todos os professores estavam lanchando, surgiu uma conversa sobre como a sociedade tinha mudado rapidamente em poucos anos, a professora que iniciou a conversa em certo momento disse que acha legal essas mudanças, mas tem coisas que “ela não aceita”, principalmente esse negócio de tudo ser família, para ela família é o que a igreja diz (Supostamente ela estava se referindo a família tradicional cristã), mas ela não tem nem tipo de preconceito.

Observou-se nesse momento o desconforto de um dos professores colaboradores dessa pesquisa, que ficou claramente incomodado com a fala da professora, porém não interviu na opinião da colega e manteve-se em silêncio, outro professor colaborador, que também estava na sala nesse momento, mudou consideravelmente o rumo da conversa, dizendo que na igreja tem muita coisa errada que deveria ser mudada, naquele momento ficou claro que essa intervenção do professor como um retaliação em favor de sua defesa, e contra a fala da professora, momentos depois ele confirmou sua atitude. Essa situação revela a invisibilidade e violência simbólica que os professores gays são acometidos dentro dos espaços educacionais, mas também, como a rede de professores é despreparada para combater o preconceito vivenciado pelos sujeitos homossexuais dentro das escolas.

Em outro momento na sala de professores do CP1, se planejava um jantar de confraternização entre os professores, e se discutia se poderia levar seus esposos, esposas, ou namorados e namoradas, na finalidade de dividir o valor para cada sujeito. O professor colaborador desta pesquisa de imediato disse que tinha interesse em participar do jantar, após sua fala dirigiu-se a sala de aula, um colega professor heterossexual que permaneceu na sala, comenta que espera que ele vá sozinho, por que só pode levar pessoas da família, outra professora também heterossexual, diz que pode levar namorado, inclusive ela vai levar o dela, então o professor encerra a conversa dizendo: “Há! Mas você é diferente!”. Essa cena nos traz a reflexão sobre como a presença dos professores gays dentro das instituições são vistas aos olhos dos demais colegas que comungam da orientação sexual dominante.

O conceito da heteronormatividade compulsória se personifica na fala do professor, quando afirma que para sua colega heterossexual levar seu parceiro para um evento onde estará presente todos os colegas de trabalho não têm problema, mas para um sujeito gay é inadmissível levar seu parceiro, como se esse fato fosse uma afronta ou ameaça, a um ambiente ou modelos de família e relacionamentos heterossexuais, descortinando também, a fragilidade da heterossexualidade encontrada atualmente.

Em linhas gerais, repetidamente surgiam conversas preconceituosas direcionadas a orientação sexual na sala dos professores, conversas essas que sempre terminava com: “essa é minha opinião.”, ou “mas eu não tenho preconceito”, na maioria dos casos os professores colaboradores desse trabalho presenciaram esses momentos, e foi a partir dessas situações começou a ficar compreensível o comportamento pouco participativo dos professores gays nas conversas coletivas no ambiente dos professores, e sua ausência como educadores em projetos educacionais, e eventos da instituição. Outro fato que chamou atenção foi a ausência da direção na sala dos professores, apenas duas vezes houve visita da direção nesse ambiente.

O ambiente de convivência dos professores no CP2 fica um pouco distante da área comum a todos, sendo um espaço bastante amplo e confortável que proporciona uma sensação de acolhimento para os professores daquela escola. O espaço está sempre ocupado por profissionais o dia inteiro, tendo em vista que essa unidade de ensino oferece um trabalho integral, os profissionais passam o dia inteiro na escola, as conversas são constantes nesse espaço envolvendo todo tipo de assunto, inclusive sobre sexualidade, tema que percebemos se rotineiro entre os professores. Os professores colaboradores desse trabalho ocupam com frequência o espaço, e mantem uma boa interação com os demais colegas e com a direção da instituição, que diferente do CP1, frequenta bastante o ambiente dos professores, tendo sido registradas várias conversas entre a direção e os professores colaboradores. Em uma das conversas sobre um evento contra a homofobia dentro da escola, a direção fazia questão que os professores gays tomassem para si a organização desse evento.

Com o passar os dias, foi possível traçar um perfil de cada professor que esta pesquisa teve contato dentro das instituições, no CP2 e percebemos que apesar dos professores colaboradores manter uma boa relação com os demais, havia uma professora específica que não tinha um contato amistoso com os professores colaboradores, e notou-

se que as conversas entre eles algumas vezes se resumiam a cumprimentos rápidos e formais. Em um certo momento foi testemunhada uma conversa dessa professora com outra colega de trabalho, onde ela relatava seu desconforto em ver a crescente dos sujeitos gays ocupando a escola, onde dizia que aquela escola já tem gay demais, e todos os anos aumenta, e seguiu sua fala dizendo que breve também só vai ter professores gays e lésbicas.

Após presenciar essa fala, foram levantadas informações sobre a professora citada, e uma funcionária da instituição nos relatou que a professora em questão é bastante difícil de se conviver, e muito preconceituosa, os alunos, principalmente os gays e lésbicas não tem um bom relacionamento com ela. De forma bastante rotineira no CP2, os alunos procuravam o professor que era mais aberto com eles na sala dos professores, para que ficasse com os demais alunos no espaço externo da instituição, já o professor mais introspectivo passava a maior parte de seu tempo livre na sala dos professores interagindo com os colegas e adiantando alguma atividade de sua rotina de trabalho.

Apesar do bom relacionamento dos professores colaboradores com os demais colegas, quando o tema das conversas era vida pessoal ou relacionamentos, percebemos o retraimento dos professores colaboradores, ou mesmo uma falta de interesse dos professores heterossexuais pelas intervenções dos professores gays nesses assuntos, como se apenas as relações heteronormativas merecessem o debate, ou apresentasse pontos relevantes a serem compartilhados.

Na instituição CP3 esta pesquisa deparou-se com uma realidade bem diferente das demais instituições pesquisadas, começando pela precariedade do espaço reservado para os professores, o ambiente dispõe de pouco espaço e conforto para os docentes da instituição, é visível a constante presença de alunos dentro da sala dos professores no horário de intervalo, dificultando a interação dos profissionais. O professor colaborador desse trabalho pouco frequenta esse espaço, as vezes que testemunhamos sua presença na sala dos professores, houve pouca ou nenhuma interação com os colegas mostrando pouca afinidade dele com os demais.

Questionado sobre sua forma de se comportar naquele espaço, ele relatou que algumas vezes passou por situações constrangedoras em relação a sua sexualidade criada

por um dos professores, por isso ele não dá muita abertura para uma relação extraprofissional com os colegas.

As observações nos ambientes dos professores nas instituições estudadas foram bastante proveitosas para que pudéssemos ter uma ideia de como acontecem as interações entre os profissionais no ambiente de trabalho. Um dos pontos que chamou nossa atenção no ambiente dos professores na três instituições estudadas, foi a falta de protagonismo desses profissionais dentro das instituições, não importando seu grau de formação ou comprometimento com a escola, muitas vezes os professores gays não foram enxergados como sujeitos de fato, e de direito, e foram tratados como invisíveis desconsiderando sua orientação sexual como válida, sendo obrigados a ouvirem comentários, insultos e insinuações que descredibilizam suas atuações e presença dentro das escolas.

Juntamente com as observações participantes, foi adotada a entrevista como técnica de coleta de dados, com intuito de aumentar a credibilidade empírica deste trabalho, e buscar uma melhor compreensão das cenas, atitudes e falas, percebidas nas observações realizadas nas instituições pesquisadas. Segundo Gil (2019), a entrevista é uma das técnicas mais utilizadas dentro das ciências sociais, usada por vários profissionais que estudam as problemáticas humanas e sociais, não apenas para coleta de dados, mas também como objeto de orientação e diagnósticos.

Muitos autores consideram a entrevista como a técnica por excelência na investigação social, atribuindo-lhe valor semelhante ao tubo de ensaio na Química e ao microscópio na Microbiologia. Por sua flexibilidade é adotada como técnica fundamental de investigação nos mais diversos campos e pode-se afirmar que parte importante do desenvolvimento das ciências sociais nas últimas décadas foi obtida graças à sua aplicação. (GIL, 2019, p. 109.)

Considerando a importância que essa técnica tem para os estudos das ciências sociais, adotou-se para abordagem neste trabalho o modelo de entrevista que mantém seu foco em determinado assunto ou fato da vida do entrevistado, neste caso as dificuldades que os professores gays enfrentam dentro das escolas que atuam devido sua orientação sexual. Assim como o modelo de entrevista informal, a entrevista focalizada acontece com uma maior liberdade, permitindo que o entrevistador possa buscar uma visão geral do problema, e entender certos comportamentos e atitudes dos entrevistados, embora pareça uma técnica fácil e simples ela requer grande habilidade do pesquisador, que deve respeitar o foco de interesse temático sem que isso implique conferir-lhe maior estruturação.

Este tipo de entrevista é bastante empregado em situações experimentais, com o objetivo de explorar a fundo alguma experiência vivida em condições precisas. Também é bastante utilizada com grupos de pessoas que passaram por uma experiência específica, como assistir a um filme, presenciar um acidente etc. Nestes casos, o entrevistador confere ao entrevistado ampla liberdade para expressar-se sobre o assunto. (GIL, 2019, p. 112.)

As entrevistas foram realizadas em dois momentos, uma dentro das instituições que os professores atuam, e em outro momento fora delas. Em primeiro plano, havia sido pensado apenas em realizar as entrevistas dentro das escolas estudadas, com a ideia de que dentro dos ambientes educacionais os colaboradores destravariam memórias e lembrariam com mais facilidade situações que pudessem contribuir com este estudo. Mas, a realidade encontrada foi contrária do planejado, e em todas as instituições encontramos professores sobrecarregados com suas atividades diárias e com situações extracurriculares com seus alunos e direção das escolas, ainda assim nenhum colaborador se mostrou pessoalmente resistente em contribuir com esta pesquisa. Dessa maneira foram ajustados horários e locais fora do ambiente escolar para que as conversas se complementassem.

Percebeu-se também que o ambiente de trabalho deixava os professores colaboradores desconfortáveis para falar de suas sexualidades, dificuldades, e algum tipo de discriminação enfrentadas por eles dentro dos ambientes educacionais. Sobre essa questão duas hipóteses são possíveis, a primeira é que a maioria dos colaboradores trabalha em regime de prestação de serviço, situação que pode moldar as opiniões e comportamentos dentro do ambiente de trabalho, a segunda hipótese é que o ambiente escolar por ser tradicionalmente heteronormativo intimida os sujeitos gays, em suas opiniões, angústias e expressões.

Desse modo, as conversas com os colaboradores fora das instituições escolares os deixaram mais à vontade para entrar em detalhes de suas vidas profissionais, relacionadas e refletidas com suas orientações sexuais. Essa conduta nas respostas já era esperada, pois segundo Gil (2019), é possível encontrar algumas dificuldades ao usar a entrevista como técnica de levantamentos de dados, como por exemplo a motivação do entrevistado para responder as perguntas que lhe são feitas, e o fornecimento de respostas falsas, determinadas por razões conscientes ou inconscientes.

E isto foi percebido a partir de algumas falas nas entrevistas que não condiziam com a realidade atestada nas observações, alguns professores relataram nunca ter sofrido

discriminação ou algum tipo de preconceito dentro dos ambientes escolares que atuam, mas ao contrário de algumas falas dos professores, foram presenciadas cenas de discriminação e preconceito contra esses profissionais, como o silenciamento em conversas sobre o trabalho ou vida pessoal, a inferiorização desses sujeitos por terem uma orientação sexual desviante da padrão adotado pela escola, ou uso de palavras ligadas a orientação sexual para a deterioração da personalidade dos sujeitos gays, mesmo que não seja dirigida diretamente aos profissionais presentes.

Neste ponto percebeu-se uma confusão sobre o entendimento de preconceito, discriminação, e homofobia, nos quais os colaboradores sempre ligavam esses termos a uma violência moral proferida diretamente, ou violência física, descartando quase todo tipo de violência simbólica ligada a orientação sexual divergente.

Observou-se também que para alguns colaboradores é praticamente impossível alguém sofrer qualquer tipo de violência, principalmente sobre orientação sexual dentro do ambiente escolar, normalizando qualquer tipo de preconceito manifestado em aparentes brincadeiras que possam acontecer. Entende-se que esse tipo de comportamento percebido nos professores possa vir de uma estruturação da cultura heteronormativa dominante dentro das escolas que esses sujeitos foram inseridos, tanto em seu período como alunos, e hoje como profissionais, mesmo não compartilhando da heterossexualidade como orientação sexual, incorporaram essa dominação em suas falas, opiniões, e modo de se enxergar dentro desses ambientes, se culpabilizando inconscientemente por não atenderem as normativas impostas pelas escolas, não como sujeitos, mas como profissionais.

## **2. CORPOS (IN)VISÍVEIS: DOCÊNCIA E IDENTIDADE SEXUAL**

Alicerçado no conservadorismo e na reprodução de formas de dominação social sobre as minorias sexuais, os avanços no debate acerca da orientação sexual e identidade de gênero encontram resistência mesmo dentro de espaços dedicados ao saber, como as instituições educacionais. Os indícios dessa resistência, em problematizar as questões de gênero e orientação sexual, são vistos no silenciamento de conteúdos curriculares, na padronização de costumes ou na imposição de normas socioculturais ancoradas em valores tradicionais.

Ainda que conheçam os documentos educacionais que sinalizam, de forma relevante, a importância do debate e da valorização da diversidade sexual dentro das escolas, há um certo desconforto por parte dos docentes e, em alguns casos, omissão diante de questões relativas à diversidade sexual dentro das instituições educacionais. Apesar de ter em mente a relevância do tema, e que este deve ser tratado de forma abrangente, as escolas tendem a reduzir o amplo debate a campanhas eventuais.

A escola deve ser um espaço que contribua com o processo de compreensão das diversas formas de identidade sexual e como os corpos dos alunos devem ser percebidos como detentores do direito à diversidade em todos os espaços sociais. É preciso que a visão das pluralidades existentes no meio escolar se amplie incluindo os demais sujeitos que integram a instituição escolar, como por exemplo, o corpo docente.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais em sua justificativa sobre a inserção do tema sexualidade na escola, remetem a presença da sexualidade dos profissionais dentro desses espaços e a curiosidade que esse assunto desperta nos alunos.

O professor, assim como o aluno, possui expressão própria de sua sexualidade que se traduz em valores, crenças, opiniões e sentimentos particulares. Não se pode exigir do professor uma isenção absoluta no tratamento das questões ligadas à sexualidade, mas a consciência sobre quais são os valores, crenças, opiniões e sentimentos que cultiva em relação à sexualidade é um elemento importante para que desenvolva uma postura ética na sua atuação junto dos alunos (BRASIL, 1997, p. 84).

Apesar de sua importância, o documento aborda a sexualidade de maneira genérica enfatizando o período gestacional das professoras e demais profissionais dentro das escolas.

Há também a presença clara da sexualidade dos adultos que atuam na escola. Pode-se notar, por exemplo, a grande inquietação e curiosidade que a gravidez de uma professora desperta nos alunos (BRASIL, 1997, p. 78).

Faz-se urgente e necessário incluir os professores como sujeitos de direito, dotados de sua subjetividade, orientação sexual e identidade de gênero dentro dos debates nas instituições educacionais. Todo corpo docente é parte integrante e essencial nas discussões e não apenas como intermediários e mediadores em sala de aula, mas como sujeitos ativos e protagonistas, detentores de suas idiossincrasias e diversidade humana.

Segundo Irala (2021), a violência contra os sujeitos gays nesse contexto vai desde a formação docente até o preconceito durante a vivência escolar. Segundo a pesquisadora, a falta de preparo dos professores e ausência da inserção da pauta no material escolar, este predominantemente heterossexual, faz o conteúdo abordado dar continuidade ao tabu já existente em relação às pessoas gays. “Isto, por sua vez, possibilita espaços para situações de LGBTfobia, que provoca a evasão escolar e, logo, menos pessoas LGBTQIA+ no ensino superior”, conclui.

O que se percebe é, que através dos Parâmetros Curriculares Nacionais, de forma sutil e teórica, o sistema educacional até incentiva uma pseudo diversidade dentro de suas escolas, entretanto de uma forma controlada, onde os padrões heteronormativos não deixem de ser exemplo de conduta, e tão pouco de existir.

Traçando o caminho da normalidade e da regulação, os padrões da identidade heteronormativa e binária sempre pautaram a estruturação curricular e educacional, como também a construção dos valores disseminados pelas instituições escolares, subsidiadas pelas religiões cristãs. No meio desses embates, estão os professores gays, que não se reconhecem dentro da cultura heteronormativa. Em entrevista um dos sujeitos pesquisados, colaboradores desta pesquisa, relatou:

Lembro que quando cheguei na escola que hoje trabalho, foi um pouco complicado, difícil assim, para fazer amizade, pois, é só olhar para mim que as pessoas notam que sou gay. Os outros professores e até mesmo a diretora, só dava bom dia, boa tarde, e nem falava comigo. Passei um tempo triste com isso, mas o que eu não podia era desistir do meu trabalho. Depois me acostumei, e hoje se falar eu falo, se não falar eu também não falo. Me acostumei com o jeito deles e eles com o meu. Mas é muito ruim chegar em um ambiente onde as pessoas tratam você como alguém diferente, isso no pior sentido (Relato transcrito de um dos sujeitos pesquisados/colaboradores desta pesquisa professor CP1).

Posto que os professores gays não se desligam dos signos de sua identidade sexual ou de gênero, as escolas exercem uma de suas características mais marcantes: o controle social e a tentativa de padronização sobre os indivíduos e seus corpos.

Em obras como as de Foucault (2014) e Goffman (2019), podemos observar a forma através da qual o processo de coesão social, somado com a reprodução existente dentro das instituições educacionais, coloca os professores LGBTQIA+ em uma situação de aparente retraimento e autodefesa constante, na busca por diminuir seus signos do não pertencimento à padronização heteronormativa.

Talvez a tentativa de validação e busca pela autonomia profissional e social dentro das instituições escolares, sem necessitar da aprovação heteronormativa seja uma das maiores adversidades dos professores LGBTQIA+ em seus campos de atuação. Nesse sentido é pertinente lembrar as observações de Louro (2007) quando afirma:

É intolerável conviver com um sistema de leis, de normas e de preceitos jurídicos, religiosos, morais ou educacionais que discriminam sujeitos porque seu modo de ser homem ou de ser mulher, suas formas de expressar seus desejos e prazeres não correspondem àquelas nomeadas como "normais" Louro (2007, p. 201).

Tanto na esfera pública quanto na privada, os professores gays enfrentam as problemáticas comuns a todos os que trabalham na educação e, paralelamente vivenciam o preconceito e depreciação social destinadas aos sujeitos que divergem da normalidade binária existentes dentro das escolas.

Em alguns casos a padronização institucional que os professores gays encontram dentro das escolas funciona como regulador de comportamento, onde todos os docentes devem esboçar um comportamento aceitável dentro dos padrões heteronormativos adotados pelas instituições. A não incorporação de um comportamento baseado na heteronormatividade pode acarretar a descredibilização do profissional e, na exclusão desses sujeitos dos processos de interação social.

Georg Simmel (2006), um dos autores que mais tem se debruçado sobre os processos de interação social, que se tecem nos contatos cotidianos, na sua reflexão sobre os processos de subjetivação que acontecem na dinâmica das cidades, afirma:

As qualidades pessoais de amabilidade, educação, cordialidade e carisma de todo tipo decidem sobre o caráter do ser em comunidade. Mas, justamente por esse motivo, porque tudo aqui se apoia nas personalidades, elas não devem ser enfatizadas de modo tão individual. Quando os interesses reais, em cooperação ou colisão, determinam a forma social, eles mesmos já cuidam para que o indivíduo não apresente sua especificidade e singularidade de modo tão ilimitado e autônomo. Mas onde essa condição não ocorre, é necessário que o refreamento se dê apenas a partir da comunhão com os outros, outra maneira de redução da primazia e da relevância da personalidade individual (SIMMEL, 2006, p. 66).

O pensamento de Simmel é confirmado com os relatos dos sujeitos pesquisados, que colaboram com esta pesquisa, quando afirmam que em momentos que poderiam ser descontração entre os pares, como nos intervalos das aulas, não há espaço para os professores LGBTQIA+ falarem de suas rotinas diárias, vida familiar, social e afetiva e,

não raras as situações, essa falta de espaço incorre em aborrecimentos e constrangimentos. Como relata um dos professores colaboradores com esta pesquisa, o desconforto experimentado:

Na hora do intervalo e nas aulas vagas, ou quando tem reunião, todos ficam na sala dos professores. Todo mundo fala da família, os casados, né? São três professores homens, eu e mais dois. Um é noivo, o outro é casado. Eles falam das coisas que fazem na folga ou no sábado e domingo, eu fico na minha. Ninguém nunca pergunta nada da minha vida, fico calado só ouvindo. Só uma vez que fiz um comentário sobre meu namorado a uma professora que falava do namoro dela. Ela fez de conta que não tinha ouvido nada, como se eu não tivesse falado nada, fiquei muito constrangido, me senti diminuído, fiquei sem entender nada sobre o comportamento dela. Com o tempo fui presenciando alguns comentários homofóbicos dela sobre alguns alunos, aí ficou tudo claro (Relato transcrito de um dos sujeitos pesquisados/colaboradores desta pesquisa professor CP1).

Manifestado pela forma tradicional de pensar, pela intolerância ou receio diante a diversidade da identidade sexual, uma força de coerção social impõe aos sujeitos gays uma vida no ostracismo. Distante do proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais, dentro das escolas não são apenas reproduzidos, mas exercitados, os mecanismos de exclusão criados pelos sistemas sociais, não importando o sujeito que será atingido, aluno ou professor.

Durante o período de observação, nesta pesquisa, e estruturação do diário de campo, foi constatado que há uma estigmatização dos docentes que demonstram com naturalidade sua orientação sexual ou identidade de gênero manifestada através de piadas homofóbicas, olhares de reprovação, comentários preconceituosos velados, e em alguns casos o afastamento dos colegas de trabalho. E aqui vale ressaltar que a escola reproduz, de uma forma ou de outra, atitudes da localidade em que está inserida, repetindo comportamentos excludentes e violentos como a homofobia.

O tolhimento do direito de expressar sua afetividade, pelo simples fato de não compartilhar dos padrões heteronormativos, torna ainda mais desafiador o caminho para o reconhecimento profissional dos professores gays, principalmente quando trazemos para pauta os embates culturais e de moralidade que permeiam o sistema educacional.

Desde a revolta de Stonewall de 1969, muito já se fez na defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+, mas ainda há uma resistência para que esses debates avancem nos campos educacionais, políticos e de direitos humanos no Brasil. Em uma sociedade conservadora, a identidade dos sujeitos gays ainda não é vista com bons olhos e

pensamentos engessados em uma tradição são validados para desqualificar os sujeitos desviantes da cultura heterossexual moralmente aceitável, desconsiderando esses sujeitos como atores sociais. Essa percepção é revalidada nas palavras de Junqueira, (2019).

De fato, uma das estratégias ideológicas centrais do discurso antigênero é renaturalizar a ordem social, moral e sexual tradicional e apontar como antinaturais crenças, ideias ou atitudes que contrariem essa ordem, bem como rechaçar a contribuição das ciências sociais para compreensão dos processos sociais, históricos e culturais de construção da realidade (Junqueira, 2019, p. 139).

O pensamento engessado num discurso tradicionalista e conservador fomenta e motiva o combate, muitas vezes de forma agressiva, às relações humanas que não seguem os padrões heteronormativos. Afortunadamente são esses os pensamentos que estruturam e dão suporte à construção da cultura nas instituições educacionais, que por sua vez reproduzem sistematicamente a exclusão social dos sujeitos LGBTQIA+. Atuando opostamente à formação cidadã, as escolas somatizam, fortalecem e reproduzem as discriminações trazidas pelos alunos e seus familiares, sobre as culturas que divergem da heteronormatividade, fazendo com que os professores que não têm uma identidade ancorada nos padrões da heterossexualidade busquem métodos de autodefesa contra as hostilidades detectadas no espaço escolar.

Embora em seu âmbito de convivência social, uma parcela de professores não tenha problemas de aceitação com sua orientação sexual ou identidade de gênero, foi observado que as instituições tentam a todo custo colocar essas características novamente “dentro de uma caixa”, ou como dizem: trancá-las dentro de um armário onde não podem ser vistas, nem afrontem os valores heteronormativos adotados pela instituição. Desse modo, e mais uma vez, fica notória a estrutura discriminatória e dominante que se coloca diante dos professores gays, suprimindo as subjetividades desses sujeitos, com a finalidade de manter uma padronização imaginária heteronormativa dentro de seus domínios.

Em alguns casos é negado a esses profissionais o direito de pertencimento ao grupo de colegas de trabalho ou de exercer suas obrigações de maneira plena junto a categoria trabalhadora a qual pertence, não somente no exercício profissional, mas nas relações interpessoais que ali se formam. Registradas no diário de campo diversas observações realizadas auferem essa percepção. Em relação a esse fato, um colaborador de nossa pesquisa comentou:

Teve uma sexta feira na hora do intervalo quando estávamos lanchando, a diretora começou a organizar uma turma da escola para uma reunião na casa dela. Uma bebedeira! Ela chamou todos um por um que estava na sala, menos a mim. Fiquei envergonhado na hora, e quis sumir da sala naquele momento. Voltei para sala de aula para terminar o horário da tarde. Quando ia saindo as 17:30, já perto do portão da escola a diretora me chamou. Pediu desculpa pelo ocorrido na hora do lanche e já foi se justificando. Que não havia me chamado não por falta de consideração, mas ela sabia que teria festa na cidade e pessoas como eu era animada, com certeza iria para festa, e não ia gostar da farra, só teria casais heteros. Ela disse que foi só por isso que não convidou, não era preconceito, eu a conhecia e sabia que ela jamais era preconceituosa. Então eu disse que entendia e fui para casa. Sai da escola muito envergonhado e chateado, não por não participar do encontro com os colegas, mas pela situação vexatória que passei. Me senti um nada, passei uns dias me culpando por ser quem sou (Relato transcrito de um dos sujeitos pesquisados/colaboradores desta pesquisa, professor CP1).

O isolamento dos professores que apresentam suas identidades de gênero ou orientação sexual de forma espontânea, dentro dos ambientes educacionais, é frequente. Como se uma cultura ou orientação sexual não conseguisse dialogar harmoniosamente com a outra, ou, para uma existir a outra tem que se diminuir ou deixar de existir, transformando os ambientes ocupados em um campo de embate constante entre a hetero e a homossexualidade.

As sanções imputadas aos professores gays variam bastante, mas o objetivo continua o mesmo, disciplinar e enquadrar as subjetividades dentro da cultura heteronormativa. Além de se ajustar às normas e regras que regem as instituições, é exigido deles o enquadramento, mesmo de maneira performática, em uma orientação sexual dominante, que não condiz com a deles.

Quando um indivíduo contribui, cooperativamente, com a atividade exigida por uma organização, e sob as condições exigidas em nossa sociedade com o apoio de padrões institucionalizados de bem-estar, com o impulso dado por incentivos e valores conjuntos e com as ameaças de penalidades indicadas se transforma num colaborador; torna-se um participante “normal”, “programado” ou “internalizado”. (GOFFMAN, 2019, p. 159-160)

A manutenção de padrões dentro da comunidade escolar transforma os sujeitos em produtos qualificados para pertencerem a um contexto social igualmente padronizado, subtraindo-lhes o direito de expressar suas características e identidades, em um espaço que supostamente deveria promover inclusão, respeito e formação cidadã.

Já existentes, as diversidades subjetivas dos professores merecem ser explorada como um importante instrumento político, gerador de debates enriquecedores para o campo educacional e formação cidadã. Somente pela promoção da construção dos saberes

a partir de discussões e debates, é que se fabricam armas eficientes para quebrar tabus, e romper com uma cultura de engessamento de ideias nos campos da orientação sexual e de gênero binária excludente, que estrutura as entidades educacionais.

Diante uma suposta ameaça às hierarquias existentes e aos comportamentos sociais pré-definidos, levando até mesmo à extinção de instrumentos de controles tradicionais, é despertado em uma parcela da população um tipo de transtorno social que pode ser definido como “pânico moral”. Esse sentimento demoniza grupos específicos, observados neste pesquisa como os sujeitos desviantes da heteronormatividade e identidade de gênero não binária, transformando-os em artífices de desconforto e escândalo.

O pânico moral surge quando uma condição, episódio, pessoa ou grupo de pessoas emerge como uma ameaça a valores e interesses de grupos societários, e sua natureza é apresentada de uma forma estilizada e estereotipada (Cohen, 1972 apud Garland, 2019). Ainda citado por Garland (2019), na introdução da terceira edição de seu livro “*Folk Devils and Moral Panics*” (2004), Cohen diz que os pânicos morais precisam de instrumentos que fortaleçam a defesa de suas ideias como pontos de ressonância ampliando as ansiedades. Para tanto, a “*mass media*”<sup>7</sup> é o principal segmento a criar uma efervescência social sobre o assunto, ou situação em questão, para isso a popularização e o aumento ao acesso das mídias pelo público nas últimas décadas criaram vários meios de amplificação dos supostos desvios sociais.

Envolvido nesse contexto, o sistema educacional segue sua insistência da manutenção de ideias dominantes ancoradas na orientação sexual e na identidade de gênero binária, tratando com urgência e desproporcionalidade qualquer percepção ligada a uma visão que destoe ou se coloque como ameaça moral e risco a manutenção de seus padrões tradicionalistas.

Dentre os modelos educacionais, as instituições que melhor seguem esse pensamento são as escolas militares, pela tentativa de enquadramento e disciplinamento de comportamentos e expressões que os corpos dos sujeitos possam manifestar fora de

---

<sup>7</sup> Em tradução literal: “mídia de massa”.

uma padronização heteronormativa. Criando um ambiente de segurança moral, o ideal de conduta e integridade acolhido pela sociedade converge com a prática dessas escolas, que controla, vigia e em alguns casos pune os sujeitos que não seguem ou se enquadram nesse padrão de normas e condutas. Invisibilizados, os sujeitos gays não se reconhecem dentro dessas instituições e se julgam desviantes, indesejados ou ridículos (Louro, 2007), já que seus corpos se expressam de maneira divergente do modelo de referência ensinado e aceito.

Dessa forma, percebe-se que a padronização imposta pelas escolas militares, interfere de forma direta na construção das identidades de gênero e orientação sexual dos sujeitos, a imposição de modelos a serem seguidos interrompe de forma violenta a construção do diferente e da pluralidade dentro dessas escolas.

Para as instituições educacionais que abraçam a heteronormatividade como norteadora e padronizadora de seus princípios e objetivos, não é esperado que abram tão facilmente mão de seu espaço político e pedagógico para o debate livre e democrático sobre outras formas de orientação sexual e identidade de gênero, que não estejam no padrão binário. Tampouco para atuação de professores gays de forma autônoma, que coloquem em pauta violências, discriminações e qualquer questionamento que impacte as vivências dos sujeitos gays dentro das escolas.

É preciso trazer para o debate a importância dos sujeitos gays, sobretudo os profissionais dentro das escolas, buscando através da diversidade e inclusão a democratização desses espaços, pautada por debates e ações que visibilizem os sujeitos como diversos e priorize o protagonismo dos professores gays.

A presença e atuação dos professores gays dentro das escolas sem camuflar ou esconder suas verdadeiras identidades, sejam elas de gênero ou de orientação sexual, vão além de representatividade. A ocupação de território por corpos e culturas que são enxergados de forma estereotipada pelo sistema educacional dever ser lido como um ato de resistência política.

Na escola, pela afirmação ou pelo silenciamento, nos espaços reconhecidos e públicos ou nos cantos escondidos e privados, é exercida uma pedagogia da sexualidade, legitimando determinadas identidades e práticas sexuais, reprimindo e marginalizando outras. (Louro, 2018, p. 32)

Além do exercício profissional, para o docente é desafiador conciliar uma orientação sexual ou identidade de gênero que não condiz com as impostas pelo padrão social. Mesmo fazendo parte do sistema educacional, lugar que deveria abrigar a pluralidade, não é garantido aos profissionais gays a segurança e o privilégio de não serem vitimados pelo preconceito, ou violências sociais.

## 2.1 Pluralidade na Docência: Aceitando Identidades e Desconstruindo Rótulos

Transitando pelas instalações educacionais, é frequente ter a impressão de que essas instituições tentam imprimir seus atributos de padronização heteronormativa em seus profissionais, na tentativa de fazer desses sujeitos uma extensão das ideias que alicerçaram e ainda sustentam suas estruturas sexistas, binárias, e em muitos casos excludentes.

E para perpetuar e fortalecer essas ideias, nada melhor do que ter profissionais que atuem dentro das escolas vestindo a camisa das concepções defendidas por essas instituições, sem nem um tipo de questionamento, ou resistência, mesmo sendo apenas de caráter performativo, como lembra a professora Guacira Louro (1997).

O processo educativo escolar, que se instala no início dos tempos modernos, se assenta, pois, na figura de um mestre exemplar. Diferentemente dos antigos mestres medievais, ele se tornará responsável pela conduta de cada um de seus alunos, cuidando para que esse carregue, para além da escola, os comportamentos e as virtudes que ali aprendeu. Para que isso aconteça, não basta que o mestre seja conhecedor dos saberes que deve transmitir, mas é preciso que seja, ele próprio, um modelo a ser seguido. Por isso o corpo e a alma dos mestres, seu comportamento e seus desejos, sua linguagem e seu pensamento também precisam ser disciplinados. (Louro, 1997, p. 92)

No entanto, apesar do pensamento engessado nas instituições educacionais, a partir da imersão de campo nesta pesquisa ficou evidente que a tentativa de padronização ordenada na heteronormatividade não acontece de forma efetiva. As subjetividades de orientação sexual ou de identidade de gênero dos professores gays, aparecem de alguma forma em seus corpos ou em suas atitudes, contrariando as referências heteronormativas pregadas pela escola.

Desse rompimento de expectativas entre instituição e profissionais nascem outros embates e desafios travados pelos professores gays, um deles é a busca de mecanismos que proporcionem a permanência de seus corpos e expressões dentro das instituições,

como forma de resistência e representatividade de uma cultura que não segue a padronização social dominante.

O rompimento com os valores e a cultura heteronormativa, em alguns casos, leva os professores gays a serem vistos como profissionais desqualificados, tanto por uma parcela da sociedade, quando pelas próprias instituições, como atesta o relato de um dos colaboradores desta pesquisa.

Certo dia aconteceu um evento na escola, a diretora pediu para que fizesse uma fala para os responsáveis sobre o tema do evento, que era a abertura de uma semana que mistura esporte com atividades culturais na escola. Enquanto eu falava notei que um pai que estava sentado na terceira fila, perto de uma colega de trabalho, algumas vezes fez alguns comentários no ouvido da minha colega, e esboçou risos que me incomodaram enquanto falava. Quando acabou o momento, procurei minha colega para saber o que aquele pai falava tanto, quando eu estava com o microfone. Ela rindo e em tom de brincadeira, disse: nada não, era só brincadeira. É porque fulano é bem engraçado, ele só estava dizendo que você é bem inteligente, fala bem e sabe o que está dizendo. Então ela deu outra risada e completou como se estivesse contando uma piada. Ele disse também, que quem vê você falando, e com essa inteligência toda, nem desconfia que você é gay. Mas relaxa, ele disse brincando (Relato transcrito de um dos sujeitos pesquisados/colaboradores desta pesquisa professor CP1).

A heterossexualidade sempre esteve ligada a uma suposta moralidade, à prática dos “bons costumes” e a uma imaginaria superioridade intelectual. Desde essa perspectiva, tudo aquilo que destoa da heteronormatividade, é tratado como inferior e indecente. A qualquer outra forma de orientação sexual ou identidade de gênero que se oponha a este padrão, quase sempre é desqualificada/descredibilizada.

Para se estabelecer como orientação sexual adequada, a heterossexualidade cis, tem a necessidade de oprimir a homossexualidade, subjugar-la e inferiorizá-la como orientação sexual secundária, marginalizando de todas as formas todo e qualquer sujeito que seja visto como desviante da heterossexualidade. Em seus estudos Trevisan (2018) traz a seguinte afirmação:

Depositárias dos ideais de tradição patriótica e dos valores patriarcais, as elites brasileiras sempre se apresentaram muito defensivas e, por isso mesmo, vulneráveis ao fantasma do desejo desviante. Tornaram-se permeáveis ao pânico homofóbico na mesma proporção com que zelaram pela estrita observância das normas morais- “que são aspirações legítimas da família e da sociedade”. (Trevisan, 2018, p. 155).

A estigmatização produzida em decorrência do “pânico moral, se manifesta pelas formas distintas que foram construídas as imagens dos sujeitos gays e a imagem dos

professores. Ambas bastante carregadas de simbologias e de atribuições que povoam o imaginário e são alimentadas por ideias abstratas e cristalizadas sobre esses dois sujeitos. Em razão desse fato, o comportamento, valores e ideias de um, passam a ser antagônicos ao outro.

## 2.2 Diversos Olhares Sobre um Fato Antigo: A Homossexualidade

A concepção social da homossexualidade passou por mudanças consideráveis através dos tempos em diferentes lugares do mundo. Nas sociedades grega e romana, por exemplo, na antiguidade valorizavam essa prática dentro de algumas instituições como o exército, e nas práticas pedagógicas.

Nos tempos modernos, a homossexualidade e seus sujeitos foram reconstruídos em cima de um conjunto de ideias, direcionadas ao campo dos preconceitos e da discriminação, criando uma imagem marginalizada dos sujeitos gays. Usamos a palavra “reconstruir”, para lembrar que na antiguidade, a homossexualidade era vista por uma lente social diferente da maioria das sociedades contemporâneas.

Amar os rapazes era uma prática “livre”, no sentido de que era não somente permitida pelas leis (salvo em circunstâncias particulares), como também admitida pela opinião. Ou Melhor, ela encontrava sólidos suportes em diferentes instituições (militares ou pedagógicas). Ela possuía calções religiosos em ritos e festas onde se interpelavam, a seu favor, as potências divinas que deviam protegê-la. Enfim era uma prática culturalmente valorizada por uma literatura que a cantava, e por uma reflexão que fundamentava sua excelência (Foucault, 2022, p. 169).

Desse modo as relações homoafetivas eram enxergadas de uma forma completamente antagônica de como é vista por uma parcela da sociedade atualmente. Enfatizando a troca de emoções e sentimentos, não apenas prazeres sexuais como alguns grupos e segmentos contemporâneos julgam ser as interações homossexuais.

Embora também fossem vistas de uma forma diferente da atualidade, as relações homoafetivas na sociedade romana possuíam um certo código de conduta, como por exemplo, não era enxergado com bons olhos, ou era motivo de reprovação, uma relação em que o passivo fosse o parceiro mais velho; o parceiro mais jovem, era tido como um receptor de conhecimento e experiências, ficando sob a responsabilidade do mais velho, a contribuição do crescimento intelectual e humano dos mais jovens, de certa forma, aproximando-se do que acontecia na sociedade grega.

A visão sobre a homossexualidade começa a mudar quando a cultura judaica começa a popularizar ideia do sexo apenas para procriação, dando as relações homoafetivas um novo modo de concepção nada amigável. A popularização das religiões baseadas no cristianismo, colocou a homossexualidade e seus sujeitos em um lugar de imoralidade, tornando pecado qualquer tipo de interação homossexual entre os sujeitos.

Já na antiguidade e durante a idade média o vocabulário teológico-moral cristão englobava, sob conceito de sodomia, tanto o sexo oral e anal heterossexual (fora e dentro do casamento) quanto a relação sexual exclusivamente entre indivíduos do mesmo sexo. Entre os vários pecados da luxúria visados pela contrarreforma distinguiam-se aqueles “contra a natureza” - sempre que a semente masculina fosse despejada *extra vas*, quer dizer, fora do “vaso natural da mulher” por implicar o máximo de desordem possível na procriação, a sodomia era considerada pecado gravíssimo, que não prescrevia jamais, continuando digno de punição por muito tempo. Como se tratava de um desvio ditado diretamente pelo demônio, a igreja e a inquisição associavam sua prática com a bruxaria e as heresias dos cátaros e templários. (Trevisan, 2018.)

Então, desde a queda do império romano e tendo as religiões cristãs como apoiadoras diretas, vários reis e líderes religiosos buscaram, de diversas formas, silenciar a prática e a cultura dos sujeitos gays no decorrer do processo histórico e social. Embora existam vários relatos e indícios históricos sobre relacionamentos homoafetivos tanto pelos monarcas quanto no clero cristão, no processo histórico o fundamentalismo religioso e outros fenômenos e acontecimentos ocorridos durante o processo de socialização, levaram os grupos sociais contemporâneos a manter em seu imaginário uma alegoria cristalizada, engessada e supostamente imoral dos sujeitos gays, moldada pelas diretrizes do cristianismo.

Os mecanismos de controle moral usados pelas religiões cristãs para regulamentação da sexualidade e combate aos costumes desviantes adaptaram-se com o decorrer do tempo. Enquanto em outras épocas a santa inquisição punia, muitas vezes com a morte, aqueles que desejavam viver sua sexualidade livremente, a ferramenta utilizada hoje recorre a outros artificios, nos quais as instituições religiosas determinam a punição desses sujeitos através da desmoralização de seus afetos e a promessa de um castigo eterno no fogo do inferno.

Dessa forma, a construção social dos sujeitos gays tendo como base o pecado e a imoralidade, foi se fortalecendo no decorrer do tempo e reservando espaços marginalizados para esses sujeitos. Locais institucionalizados através dos discursos

discriminatórios e preconceituosos divulgados e praticados pelas instituições sociais que mantêm seu poder de dominação baseado no controle da sexualidade, e dos corpos dos indivíduos.

Colocando a heteronormatividade como orientação sexual correta e moralmente aceitável, serão influenciados de forma negativa toda e qualquer reflexão e discurso sobre sexualidade e gênero divergentes, tornando inaceitável qualquer forma de pertencimento, representatividade e exercício de qualquer outro tipo de sexualidade que não seja a heterossexual.

Podemos analisar como isso acontece na prática, através dos relatos dos sujeitos gays que estão atuando no chão escolar.

As turmas do oitavo e nono ano eram bastante trabalhosas e rebeldes, davam um trabalho danado, aos outros professores. Respondiam, eram mal-educados, xingavam, eram bem danados. Mas comigo eram de boa, eles gostavam muito de mim eu deles. Só participavam das coisas da escola, digo assim, de eventos e datas comemorativas, se eu estivesse junto com eles, era muito boa nossa relação, notava que tinha até umas professoras que invejavam o modo que aquelas turmas que eram taxadas de piores turmas da escola se relacionavam comigo. Eles sabem da minha orientação sexual e respeitam bastante. No São João do ano passado, a diretora pediu para que eu ficasse a frente da organização de uma quadrilha junina para ver se eles se interessavam em participar. Assim eu fiz, e a maioria na hora topou participar. No primeiro ensaio quando estávamos formando os pares, natural que os alunos criem tumulto, querendo dançar com esse, ou com aquele, enfim tudo dentro da normalidade. Antes de começar o ensaio fui explicar que era uma atividade da escola, e que não tinha nada a ver com quem eles iam ou não dançar. Foi aí quando uma professora que estava assistindo o ensaio resolveu intervir com o seguinte comentário. “Que besteira é essa? É para dançar com quem o professor colocar, não é mico dançar com os colegas, e nem faz vergonha. Ruim e feio seria se ele estivesse colocando para dançar, homem com homem, ou mulher com mulher. Se fosse assim, seria sim uma vergonha, e todo mundo que vai assistir vai achar horrroso essa cena de ver dois homens juntos. Então deixem de coisa e não reclamem de seus pares.” Depois desse comentário todos os alunos olharam para mim, e a professora se tocou da besteira que falou e saiu do local que estávamos preparando o ensaio. Nos outros ensaios, quando faltava os pares, as meninas e os meninos, pegavam seus semelhantes para dançar, não sei se era uma forma de me apoiar, ou uma forma de revolta, contra o comentário preconceituoso da professora (Relato transcrito de um dos sujeitos pesquisados/colaboradores desta pesquisa professor CP3).

Esse padrão de julgamento dos sujeitos gays, baseado na moralidade cristã, foi transferido de forma eficiente para as instituições educacionais, que continuaram de forma eficaz a padronização discriminatória contra os que divergem da orientação sexual padrão. Diferente dos sujeitos gays, o processo de formação social dos professores segue

um caminho pavimentado pela moralidade alicerçada e esperada dos que se orientam pela heteronormatividade cis.

Todavia a construção de ambos se assemelha, quando analisamos as metáforas que povoam o imaginário social sobre a figura dos profissionais da educação e dos sujeitos gays. Assim como as religiões cristãs têm sua parcela na deterioração da figura dos sujeitos LGBTQIA+, elas carregam também sua contribuição na construção imaginária da conduta e comportamento dos professores. Atualmente, é comum ainda em alguns casos, associar a figura dos professores a uma figura sacra, quase religiosa, onde suas virtudes estão ligadas a moral e a os bons costumes, supostamente como eram os jesuítas, que desembarcaram no Brasil com intuito de catequisar os povos indígenas, e fundar as primeiras escolas de cunho familiar e religioso em nosso solo.

Dessa forma a figura do professor permanece diretamente ligada e conectada as religiões cristãs e seus fundamentos, produzindo a figura de um profissional acima do bem e do mal, disciplinador, alheio a vida social, a vontades e desejos que são comuns a todos.

Quando somos levados a refletir sobre a imagem social dos professores, automaticamente somos emergidos por uma cosmologia de signos, valores, atitudes e comportamentos éticos que em nosso imaginário são virtudes condizentes e pertencentes a persona dos sujeitos que atuam a frente das salas de aula, retirando quase todas as características pessoais adquiridas ou natas, que esses profissionais carregam consigo, seja elas de classe social, credo, religiosidade, orientação sexual, identidade de gênero e tantas outras pertencentes a todos os sujeitos.

A professora Louro (1997) comenta que a figura do professor orientador, bondoso e disciplinador que surge no início do século é pautada em uma conduta exemplar, na qual o professor não deve ser apenas detentor do conhecimento e das técnicas de ensino, mas deve ser exemplo dentro e fora da escola, incentivando os alunos a desenvolverem e praticarem virtudes aperfeiçoadas ou aprendidas na escola. Logicamente essas virtudes e exemplos devem ter como subsídio o comportamento e a conduta heteronormativa e cristã, valores estes que são mantidos como aceitáveis, tanto pelas instituições educacionais, como a grande maioria da sociedade.

Essa validação das virtudes e exemplos baseados na heteronormatividade cristã, descredibiliza os corpos e o trabalho dos professores gays, por não condizerem com os padrões aceitáveis para exercerem a docência. Forçando-os em alguns ou em muitos casos, a educarem seus corpos a expressarem um comportamento aceitável e padronizado, dentro das instituições escolares, delimitando seus gestos, modo de andar, de falar e até mesmo suas opiniões sobre determinados temas e assuntos.

Portanto as representações de professoras e professores dizem algo sobre esses sujeitos, delineiam seus modos e traços, definem seus contornos, caracterizam suas práticas, permitem-nos, enfim, afirmar-se um indivíduo pode ou não ser identificado como pertencente ao grupo. (Louro, 1997, p. 98.)

O não comportamento desses professores dentro de um padrão heteronormativo, rompe com a ideia masculina da figura paternal, bondosa, autoritária e de pulso firme, entre outras qualidades. Já para as mulheres, a padronização vem através da figura materna, zeladora, cuidadora e modelo de virtude, sendo vista como uma segunda mãe, e a sala de aula ou a escola, passa a ser uma extensão da casa para o aluno, não como lugar de acolhimento, mas de reprodução de ideias, costumes e cultura vivenciadas pela família.

Essa persona criada e idealizada de um professor carregado de virtudes só encontradas na heterossexualidade exclui de forma direta os profissionais gays, embora seja sabido, tanto pelas instituições escolares como pelas famílias, da atuação desses sujeitos no meio educacional, como profissionais ativos, capacitados e comprometidos com a formação de seus alunos. Para validar essa informação, um dos professores colaboradores com esta pesquisa descreveu um diálogo no mínimo inusitado com um pai de um ex-aluno.

Sempre gostei de usar camisetas coloridas, com frases de resistência de vários grupos, independente da minha orientação sexual, sempre usei, e gosto de ir para aula com elas, porque acho que é uma forma de levar os alunos a pensarem, e criar um senso crítico, nem que seja por um minuto. Certa tarde, indo para escola a pé, um pai de um ex-aluno que mora perto da escola, me acompanhou e fomos conversando. A conversa era sobre como hoje em dia era difícil trabalhar com crianças e adolescentes, e como eles eram desobedientes. Então ele me perguntou como era meu relacionamento com os alunos? eu disse que era razoável, tinha alguns alunos que eram bem difíceis. Então ele soltou a seguinte perla: deve ser difícil querer que os alunos te respeitem, você com esse jeito e usando essas camisas. Eu perguntei, que jeito? Ele disse: diferente assim, que não é jeito de homem, nem de mulher. Respirei fundo dei boa tarde e segui em frente (Relato transcrito de um dos sujeitos pesquisados/colaboradores desta pesquisa professor CP1).

Embora essa ideia fantasiosa do modo de agir, ser e se comportar dos professores seja considerada um tanto ultrapassada e arcaica, ela permanece ainda como um dos tabus a serem quebrados, e lacunas a serem preenchidas, na atuação dos profissionais gays dentro das escolas.

Hooks (2013) lembra que o mundo da aprendizagem é um lugar onde o corpo tem que ser anulado, tem que passar despercebido, principalmente os corpos que não estão em sintonia com a padronização existente dentro das escolas. Dentre esse grupo de corpos despercebidos estão os corpos dos professores gays, que enxergam na anulação de seus corpos um escudo contra as violências simbólicas sofridas.

Os sujeitos gays que atuam nas salas de aula, em sua maioria, tentam se desligar de seus corpos, como se apenas a mente fosse levada para o trabalho, na tentativa falha de apagar pelo menos momentaneamente suas marcas e signos de identidade de gênero ou orientação sexual, e se aproximar o máximo possível de uma performance heterossexual, e dessa forma pelos menos figurativamente se aceito pelos alunos e colegas de trabalho.

Crendo nisso, as pessoas entram na sala para ensinar como apenas a mente estivesse presente, e não o corpo. Chamar atenção para o corpo é traír o legado da repressão e negação que foi nos transmitido pelos professores que nos antecederam, em geral brancos e do sexo masculino. (Hooks, 2013, p. 253)

A discrepância na formação social, e o modo ditado, ou imaginado do comportamento dos docentes e dos sujeitos homossexuais em suas rotinas e funções cria um distanciamento gigantesco, do fazer do docente e da cultura ou vivência homossexual, como se um não devesse coexistir em paralelo com o outro; como se a homossexualidade fosse contrária as funções da docência, ou os sujeitos que têm essa orientação sexual, não se mostrem capazes, ou moralmente confiáveis, de desenvolver o papel de professor à frente das salas de aula, e seu protagonismo juntamente com seus alunos dentro das instituições escolares.

Esse distanciamento entre o fazer docente e o ser homossexual coloca em mais um momento a heterossexualidade como a forma correta e única de comportamento sexualmente aceitável, fortalecendo os padrões religiosos e conservadores, desprezando tantas outras existências dentro do vasto leque das orientações sexuais.

A quebra de padrões convencionais, entre o sistema educacional e a docência é um dos dilemas dos professores gays na atualidade. Os padrões que separam a homossexualidade do exercício da docência não são uma característica natural, mas construídos através de um discurso que sempre propagou e estabeleceu diferenças alimentadas em uma suposta moralidade cristã conservadora.

A presença dos sujeitos gays de uma maneira naturalizada e sem as camadas pejorativas, que foram atribuídas a eles pela orientação sexual socialmente dominante, coloca em risco os valores que alicerçaram e mantiveram a padronização e a dominação heteronormativa dentro das escolas.

Os grupos e instituições sociais que circundam o sistema educacional e dão sustentação às ideias defendidas por elas, desde suas institucionalizações, sentem-se ameaçadas pela presença dos profissionais dissidentes da heterossexualidade, como se esses profissionais pudessem interferir na orientação sexual dos alunos, ou que detivessem o poder de anular e reverter a dominação e a cultura heteronormativa de maneira que a sexualidade ou identidade de gênero pudesse ser transferida entre os sujeitos e sociedades distintas, como qualquer outro valor cultural transferível.

Todavia, essa ideia fantasiosa não condiz com os estudos científicos, sociais e literários, sobre identidade de gênero e orientação sexual. Conseqüentemente, e diferente do que pensam os grupos tradicionais e conservadores, a atuação dos profissionais gays dentro das escolas, ou em qualquer hierarquia do sistema educacional, não apresenta o temido poder de dominação absoluta para mudar os padrões de orientação sexual consolidados.

Mesmo tendo o entendimento que as supostas ameaças oferecidas pelos profissionais gays dentro do sistema escolar sejam fantasiosas, é importante para os grupos dominantes manterem vivas as ideias singulares e antagônicas da formação social dos professores e dos sujeitos homossexuais, mantendo e reforçando a ideia construída a partir de um pânico moral, sobre o quanto é ofensivo ter como referência o protagonismo desses docentes no chão escolar.

Nessa perspectiva, não devemos mais nos fixar apenas na simples reflexão se essas alegorias criadas sobre os sujeitos são verdadeiras ou fantasiosas, mas, nas

consequências que elas acarretam à vida desses indivíduos. Cultivar as alegorias criadas em cima das personas tanto homossexuais, quanto dos docentes é conservar a dominação existente dentro das ideologias, mantendo os grupos socialmente majoritários ligados a heteronormatividade, e exercendo a função de dominadores, já as minorias ou divergentes, no caso os sujeitos homossexuais, em constante submissão, fortalecendo as relações de poder presentes nas interações educacionais conservadoras.

A vigilância sobre os indivíduos gays dentro das escolas é constante, seja ele aluno ou professor. Segundo Foucault (2014), a vigilância é, e sempre será constantemente exercida. Pode variar, ser renovada ou transformada, mas ninguém escapa dela. Todavia, essa vigilância se intensifica quando falamos dos docentes gays, sobre os quais é colocada a responsabilidade de ensinar e ser exemplo de uma conduta moral e comportamental socialmente aceitável. Moralidade e comportamento que vai ao contrário dos construtos sociais atribuídos a homossexualidade. Como é teorizado na obra “Vigiar e Punir”.

O poder disciplinador é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. (Foucault, 2014, p. 143).

A vigilância entra nesse jogo como uma validação comportamental, tentando conduzir os sujeitos gays para o mais próximo possível dos valores de conduta moral elencados a partir dos princípios da heterossexualidade, em uma tentativa de desligar esses docentes das concepções sociais atribuídas à homossexualidade, reafirmando a incompatibilidade de como deve ser o comportamento do docente.

Embora tenha acontecido algumas modificações sociais sobre o papel dos professores e sua representatividade, alguns valores ainda estão solidificados sobre os fazeres docentes, principalmente os que ligam o papel de educador a paternidade, com atributos de autoridade, bom senso, firmeza, bondade e outras qualidades. Louro (1997) coloca esses atributos do magistério quase como um apostolado, uma luta que tem como objetivo perpetuar e conservar convicções dos mestres religiosos que inauguraram as instituições escolares modernas.

Desse modo, todas essas ideias sobre os docentes e seus fazeres, obrigações dentro das escolas e orientação de seus alunos estão amarradas às qualidades atribuídas a

heterossexualidade, reafirmando sua hegemonia e domínio dentro das escolas e no sistema educacional atual.

### **3. DEMARCADORES SOCIAIS E AS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS**

A seguridade de direitos e a igualdade social de uma forma permanente tem sido buscada através de leis e políticas públicas de uma maneira relativamente eficiente, contra todos os tipos de violências enfrentadas nas diversas esferas do meio social. As conquistas e direitos dessas pessoas sempre foram alcançados através de lutas e reivindicações, tanto pelos movimentos sociais, quanto pelos sujeitos dessa categoria que ocupam e ocuparam lugares de destaque no cenário político e social, e apesar dos avanços, as leis e políticas públicas direcionadas a esses sujeitos ainda são escassas e resumidas.

Os direitos dos cidadãos homossexuais no Brasil são recentes e foram construídos de uma maneira diferente de todos os outros, geralmente reconhecidos por meio de decisões judiciais. Em alguns casos, fica difícil compreender o que a lei define como direito dos sujeitos gays, por estarem fundidos ou serem complementos de outras leis. Um exemplo é a lei 7.716/89, conhecida como a lei do racismo, para a qual décadas depois, o STF reconhece a omissão parlamentar, e enquadra o crime de homofobia dentro dessa lei, sendo equiparada ao racismo.

Exatamente no Art. 20 a lei traz uma especificação mais clara sobre os crimes semelhantes a homofobia: “praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”, com a pena de reclusão de um a três anos e multa.

O nosso país traz em sua estrutura uma tradição legalista que para manter o ordenamento social, o Brasil necessita de leis para respeitar, enxergar certos grupos minoritários e tratar com respeito determinados assuntos e questões que são sensíveis para esses grupos. Sobre essa tradição legalista, o intelectual Anísio Teixeira já nos alertava sobre esse assunto, ainda em meados do século XX.

A educação se faz no Brasil em obediência às prescrições legais minuciosas, que determinam a organização da escola, os seus currículos e, de certo modo, até os métodos de ensino. Não há uma tradição escolar, no sentido real da palavra, isto é, algo que seja um produto da cultura brasileira e que se imponha

e resista à mudança. A tradição, se tradição há, é a tradição da lei. E como as leis vigentes, em sua grande maioria, foram produtos cerebrais de determinadas pessoas, que detiveram, no período do Estado Novo, o poder legislativo, a tradição escolar brasileira é a tradição da legislação discricionária desse período (Teixeira, 1957).

A ausência de normas claras e específicas, que promovam os direitos da população homossexual dificultam sua efetividade e execução. Por isso, a falta de leis claras e diretamente direcionadas, transmitem a sensação de que aquele direito não existe. Não se pode negar a existência, ainda de forma embrionária e com algumas falhas, de algumas políticas públicas e leis que tentam proteger e assegurar direitos mínimos, e de acesso aos sujeitos gays.

O preconceito é um dos principais problemas de ordem social vivenciados por essas pessoas no Brasil, embora haja uma falsa sensação de segurança, e uma superficial impressão de que alguns costumes e posturas culturalmente ligados ao machismo tenham sido superados através dos tempos por alguns segmentos da sociedade, algumas ideias machistas ainda se fazem presentes de maneira marcante e enraizada, baseadas na heteronormatividade.

Uma das possíveis formas de enfrentamento dessa problemática seria a implantação de políticas educacionais e pedagógicas dentro das escolas, com orientações que envolvessem todos os setores e sujeitos do sistema educacional.

Tais orientações atuariam como uma tentativa de ofertar conhecimento sobre os sujeitos gays, suas subjetividades e expressão de seus corpos, assim como uma estratégia para desarticular a cultura do preconceito gratuito oferecido a esses sujeitos.

No meu caso, fica difícil, ser plenamente o que sou dentro do meu trabalho como professor. Quando chego na escola, vejo todos os outros professores homens, se comportando de uma forma diferente da minha, ou pode ser que eu esteja me comportando diferente da deles. Mas a maioria sempre ganha, então eu sinto que meu comportamento é errado, por ser a minoria. E ninguém está ali para me dar apoio e dizer que eu estou certo em ser o diferente (Relato transcrito de um dos sujeitos pesquisados/colaboradores desta pesquisa professor CP1).

### 3.1 Programa Brasil sem Homofobia

O Programa Brasil sem Homofobia, criado no ano de 2004 pelo governo federal, teve como principal ferramenta a mobilização dos movimentos sociais com diversas ações e intervenções voltadas a educação. Esse foi o primeiro programa articulado a ser

desenvolvido em combate à discriminação e preconceito, baseado na transversalidade, e dialogando com outros setores, como trabalho e saúde.

Chegando a realizar três Conferências Nacionais com temas voltados para categoria LGBTQIA+, como por exemplo, a Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais no ano de 2008. Nesse mesmo ano, foi dado um grande passo para as políticas públicas voltadas a categoria LGBTQIA+, a Conferência Nacional de Educação, que teve como tema: “Construção do Sistema Nacional Articulado de Educação”. As discussões estiveram estruturadas em cinco eixos temáticos, porém o que tem relação com esta pesquisa é o eixo IV, que trazia como proposta de debate a Inclusão da Diversidade na Educação Básica.

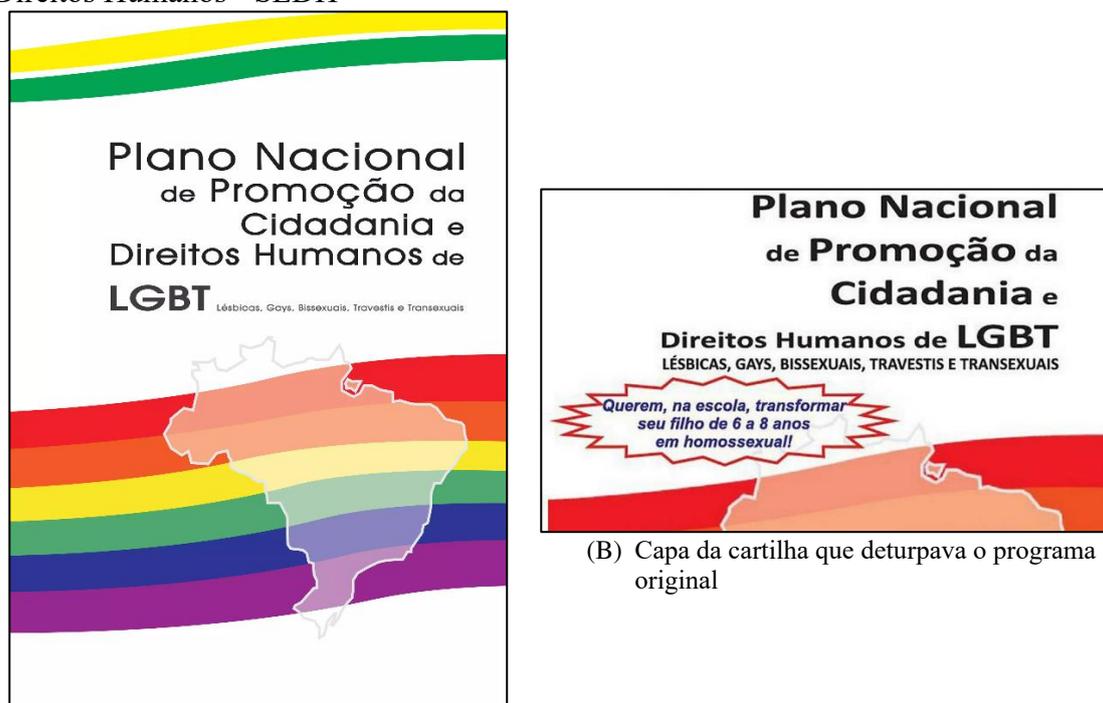
Dentro dessa articulação encontrava-se inserido o Projeto Escola sem Homofobia, que trazia uma proposta de trabalho estritamente voltada para educação, com produção de materiais didáticos e educativos a serem trabalhados por alunos e professores nas escolas do país. Eis um destaque do projeto:

O Plano de Implementação proposto pelo Programa Brasil sem Homofobia recomenda em seu componente V – “Direito à Educação: promovendo valores de respeito à paz e à não discriminação por orientação sexual” – o fomento e apoio a cursos de formação inicial e continuada de professoras/es na área da sexualidade; formação de equipes multidisciplinares para avaliar os livros didáticos, de modo a eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e a superação da homofobia; estímulo à produção de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre orientação sexual e superação da homofobia; apoio e divulgação da produção de materiais específicos para a formação de professores; divulgação de informações científicas sobre sexualidade humana (ABGLT, 2009).

A implantação do projeto tem sido lenta, só no ano de 2010 o projeto educacional que estava inserido no programa, começa a tomar forma e seus idealizadores tentam colocá-lo em prática. Nesse mesmo ano, encabeçado pelo deputado Jair Bolsonaro, formou-se um movimento reacionário em torno da divulgação desse material. O então deputado afirmava que o caderno “Escola sem Homofobia” seria um incentivo para o “homossexualismo” e iria promover a promiscuidade entre as crianças e os jovens. Os apontamentos do deputado Jair Bolsonaro eram de forte apelo aos pais, anunciando que as crianças teriam contato, dentro das escolas, com vídeos e livros que ensinariam a seus filhos beijarem na boca de pessoas do mesmo sexo e manter relações sexuais entre elas.

Assim, o pânico moral instalou-se por todo país, que, mesmo sem conhecer demonizou o Caderno “Escola sem Homofobia”. O deputado em questão chegou a divulgar um panfleto contra o programa, com o intuito de combater o “homossexualismo”, defender a família tradicional, e a manutenção dos bons costumes. A divulgação deturpada do caderno de combate a homofobia nas escolas trazia a seguinte frase: “Querem na escola, transformar seu filho de 6 a 8 anos em homossexual!”, conforme pode ser visto na figura 1 a seguir:

Figura 1 - Apropriação indevida de material elaborado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos - SEDH



(A) Capa original do material elaborado pela SEDH

(B) Capa da cartilha que deturpava o programa original

Nota: Na cartilha distorcida, seguia o texto no rodapé: “Ilustríssimos senhores e senhoras chefes de família, apresento alguns dos 180 itens deste que chamo Plano Nacional da Vergonha, onde meninos e meninas, alunos do 1º grau, serão emboscados por grupos homossexuais fundamentalistas, levando a mensagem de que ser gay ou lésbica é motivo de orgulho para a família brasileira”, diz a apresentação da cartilha”.

Fonte: (GLOBO, 2011)

Na verdade, o material seria destinado aos professores e às escolas de ensino médio que tivessem interesse em trabalhar essa temática. O uso desse material não seria obrigatório e nem destinado a crianças. O enfoque para subsidiar material pedagógico aos professores seria a percepção da identidade homossexual dentro da moldura discursiva dos Direitos Humanos. Contudo, tendo como fundo o pânico moral instalado, as atitudes reacionárias, a pressão dos setores conservadores, religiosos e do congresso nacional, o

material e seu conteúdo foram engavetados e esquecidos sob grandes polêmicas e notícias falsas, não chegando às mãos dos professores.

Em mais de uma década de prática docente, nunca vi o kit gay, só pela mídia. Na escola ninguém tocou no assunto sobre o kit gay. Agora me lembrei, os gestores e coordenadores que trabalham comigo são protestantes, isso cria uma dificuldade de abordar esse assunto. A gente sente um certo medo, um certo receio no discurso, um certo preconceito na fala. Isso dificulta muito abordar esses assuntos dentro da escola. A escola não está preparada para isso (Relato transcrito de um dos sujeitos pesquisados/colaboradores desta pesquisa professor CP3).

Tempos depois alguns sites de informação e formação para professores tiveram acesso ao material em PDF e o disponibilizaram para *download*. Ao contrário do que foi divulgado, o caderno “Escola sem Homofobia”, não apresenta conteúdo nocivo à moral familiar, ou de incentivo a homossexualidade para os alunos e professores, o material é composto apenas sequências didáticas, textos informativos, indicações de atividades e de materiais de audiovisual para os alunos, e formação dos professores.

Ficou claro, desta forma, que toda campanha feita contra o Caderno Escola sem Homofobia foi guiada provavelmente pelo sentimento de pânico moral que circunda o ensino da educação sexual dentro das escolas, fortalecida pelo conservadorismo existente dentro das instituições educacionais. Esse pânico moral colocado no Caderno Escola sem Homofobia e a resistência contra o ensino de educação sexual dentro das escolas prejudicaram e prejudicam a implantação de projetos voltados para o combate a LGBTfobia e outras atividades ligadas à orientação sexual e identidade de gênero nesses ambientes.

Todavia, o kit do Programa Escola sem Homofobia, popularmente e vulgarmente chamado de kit gay, é um material que possivelmente daria apoio aos Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação (PCN), no tocante aos temas transversais, especificamente a “Orientação Sexual” e poderia ter sido um importante elemento na ampliação do campo informativo e teórico de professores e alunos, sem a pretensão de interferir nas vivências, experiências, escolhas, e orientação dos envolvidos. De certa forma, os PCNs, parecem conversar de maneira direta com o kit do Programa Escola sem Homofobia.

A Orientação Sexual aqui proposta não pretende ser diretiva e está circunscrita ao âmbito pedagógico e coletivo, não tendo, portanto, caráter de aconselhamento individual nem psicoterapêutico. Isso quer dizer que as

diferentes temáticas da sexualidade devem ser trabalhadas dentro do limite da ação pedagógica, sem invadir a intimidade e o comportamento de cada aluno ou professor (BRASIL, 1998, p. 299).

Os PCNs também colocam que outros nomes ou denominações podem substituir essa nomenclatura de “Orientação Sexual” dentro das escolas, como :Educação Sexual, Educação em Sexualidade, Educação Afetiva Sexual, entre outros. Porém, independentemente de como é denominado, o estudo de gênero e da sexualidade deve ser oferecido através de informações claras e seguras para os alunos, sem isentar a família de suas responsabilidades na formação dos jovens, nem concorrerem com crenças ou valores que essas instituições familiares adotam para si e seus membros.

De forma diferente, cabe à escola abordar os diversos pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade para auxiliar o aluno a construir um ponto de autorreferência por meio da reflexão. Nesse sentido, o trabalho realizado pela escola, denominado aqui Orientação Sexual, não substitui nem concorre com a função da família, mas a complementa. Constitui um processo formal e sistematizado que acontece dentro da instituição escolar, exige planejamento e propõe uma intervenção por parte dos profissionais da educação. (BRASIL, 1998, p. 299).

Embora algumas questões sobre orientação sexual e identidade de gênero sejam colocadas de forma superficial, é importante entender que os PCNs são documentos curriculares e não um material didático. O papel do documento é apontar direções para algumas questões vivenciadas na escola, como por exemplo a homossexualidade, que em alguns casos é debatida secundariamente, desconsiderando direitos e inviabilizando os sujeitos que fogem da padronização heterossexual, dentro do sistema educacional.

As poucas vezes que o tema transversal de orientação sexual se volta para as questões de diferenças quanto à sexualidade, limita-se a falar em homossexualidade de maneira genérica, tratando do respeito em relação às pessoas que se comportam de forma diferente dos demais, ou seja, os que fogem da normativa heterossexual, esquecendo que tratar respeitosamente as categorias que não seguem esse padrão vai além de uma formalidade interpessoal, é uma questão de direito.

Tome-se como exemplo a discussão do tema da homossexualidade. Muitas vezes se atribui conotação homossexual a um comportamento ou atitude que é expressão menos convencional de uma forma de ser homem ou mulher. Ela escapa aos estereótipos de gênero, tal como um menino mais delicado ou sensível ser chamado de “bicha” ou uma menina mais agressiva ser vista como lésbica, atitudes essas discriminatórias. (BRASIL, 1998, p. 325).

Quanto às questões de gênero, o documento restringe-se à ideia de disparidade de direitos entre os sujeitos masculinos e femininos. Embora os PCNs tragam a definição de gênero como uma construção social, ele não sinaliza e não indica como essa construção é feita, e pode ser trabalhada nas escolas com os alunos apegando-se apenas às condições do feminino em relação ao masculino, como rotinas esportivas, de trabalho e costumes socialmente ditados para meninos e para meninas, tratando as questões de gênero de forma resumida, redundante e de senso comum, minimizando o debate apenas as diferenças sociais entre homens e mulheres, masculino e feminino.

O trabalho sobre relações de gênero tem como propósito combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação. Desde muito cedo são transmitidos padrões de comportamento diferenciados para homens e mulheres. A flexibilização dos padrões visa a permitir a expressão de potencialidades existentes em cada ser humano e que são dificultadas pelos estereótipos de gênero (BRASIL, 1998, p. 322).

Fazendo uma análise comparativa desses materiais, é possível perceber a complementação de ambos e como as informações sobre orientação sexual e identidade de gênero ausentes nos PCNs são trazidas pelo “Caderno Escola sem Homofobia” de uma que proporciona aos professores segurança, conhecimento e autoridade no debate desses temas dentro dos ambientes escolares. Além disso, a aplicação do “Caderno Escola sem Homofobia”, teria sido uma chance para minimizar o preconceito dentro das escolas, e visibilizar os sujeitos gays dentro o processo educacional, seja na ocupação de qualquer espaço dentro das escolas ou no sistema educacional, e principalmente na docência.

As vezes fica difícil falar de certos assuntos nas aulas. Uma vez falei sobre o problema do preconceito que tem nas cidades pequenas, mas de um jeito bem superficial. Falei sobre o preconceito contra as pessoas gay. Acho que a aluna falou em casa. Uma semana depois, um pai me encontrou na rua e perguntou onde aquele assunto estava no livro? Tentei argumentar com ele, dizer da importância do assunto, mas ele disse que o mais importante era os assuntos do ENEM. E se fosse para desviar do assunto, que falasse de Deus. Naquele momento, percebi a falta que um material pedagógico sobre preconceito faz dentro das escolas. E como “EU”, sendo professor gay, não passo apenas de um reprodutor de conteúdo para as famílias dos meus alunos. Tendo que fingir ser o que eu não sou, para não pôr em dúvida meus conhecimentos e minha competência (Relato transcrito de um dos sujeitos pesquisados/colaboradores desta pesquisa professor CP1).

Para melhor entender os prejuízos e lacunas deixados pela não implantação do “Projeto Escola sem Homofobia” no campo educacional, principalmente para os sujeitos gays que fazem parte desse sistema, fez-se necessário um estudo mais detalhado de como o material poderia contribuir no debate e levantamento de certas questões urgentes sobre

orientação sexual e identidade de gênero, dentro do *hall* educacional, na visibilidade dos corpos gays como corpos detentores de direitos, existentes dentro dos ambientes escolares.

O caderno de orientações do Programa Escola sem Homofobia, juntamente com o kit de ferramentas educacionais, é dividido em quatro partes: introdução, três capítulos com temas diferentes e anexos. É impossível não perceber a vasta e renomeada base teórica em que o caderno é construído. Em sua referência bibliográfica, estão presentes nomes como: Adorno, Barrillo, Bourdieu, Guacira Lopes e outros teóricos e estudiosos de gênero e sexualidade.

Além de nomes importantes, o caderno também é construído por documentos de relevância no meio social e educacional, como por exemplo: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o documento final da Conferência Nacional de Educação de 2008. Pela referência bibliográfica, nota-se a seriedade que o caderno trata o tema, e como sua implantação teria contribuído de forma direta e bem-sucedida na formação de professores, alunos e colaboradores da educação na minimização da discriminação dos sujeitos gays dentro das escolas.

Em sua introdução, o caderno se apresenta como material de auxílio educacional, já desmistificando toda falácia sobre seu uso, e acesso dos alunos, como se deu sua construção, e qual intuito de sua aplicação dentro das escolas como suporte teórico.

Este Caderno e o kit de ferramentas educacionais que o acompanha compõem a base teórica e material com que se pretende dar o passo inicial para a promoção e garantia de uma escola livre de homofobia. Podem ser implementados através de um programa de médio ou longo prazo, como também de oficinas temáticas. Orientam-se pelos princípios da igualdade e respeito à diversidade, da equidade, da laicidade do Estado, da universalidade das políticas, da justiça social. Sua principal meta é contribuir para o reconhecimento da diversidade de valores morais, sociais e culturais presentes na sociedade brasileira, heterogênea e comprometida com os direitos humanos e a formação de uma cidadania que inclua de fato os direitos das pessoas LGBT (ABGLT, 2009, p. 9).

Ainda na parte introdutória é apresentada a metodologia e objetivos do caderno e do kit de ferramentas educacionais. O processo metodológico é simples e pautado em dinâmicas de trabalho, que buscam desconstruir e desnaturalizar a heteronormatividade como o único caminho que os sujeitos teriam de seguir na vivência de sua sexualidade.

As dinâmicas propostas incentivam a mudança de costumes e atitudes preconceituosas no campo escolar, favorecendo assim, o combate à discriminação contra os sujeitos gays.

Os objetivos seguem a linha simples e de claro entendimento do processo metodológico, facilitando a compreensão de quem lê ou estuda o material. Um dos objetivos que chamou a atenção, foi “a alteração de práticas, e rotinas do convívio escolar, que mantenha ou alimente dispositivos de discriminação e homofobia”. É bom salientar que em momento algum o material trata como objetivo o extermínio da heteronormatividade cis em suas práticas, mas, a necessidade de respeitar outras orientações sexuais que sejam paralelas a ela, oferecendo a probabilidade de orientações sexuais distintas conviverem lado a lado dentro das instituições educacionais, sem uma se sobrepor sobre a outra, mantendo o respeito e a interação entre ambas.

Nos três capítulos que sustentam o caderno do “Programa Escola sem Homofobia”, é possível encontrar situações do cotidiano, que levam a reflexão e ao debate sobre a invisibilidade e discriminação de orientação sexual e identidade de gênero, colocando a homofobia como chave principal a ser problematizada dentro das escolas. Cada capítulo apresenta uma visão e uma forma diferente de abordar identidade de gênero e orientação sexual no ambiente escolar, subsidiado por estudos e autores conhecidos nessas questões.

O capítulo primeiro tem com título “Desfazendo a confusão”, onde é apresentado e discutido o conceito de gênero e a forma como ele é colocado nas diferentes disciplinas escolares e como esse conceito impõe formas de agir, pensar e sentir, adequado ao masculino e ao feminino. Também nesse capítulo é estabelecida a importância de conhecer alguns conceitos para melhor entendimento da diversidade sexual, elevando o assunto além das polemicas, de questões vulgares que foram colocadas pelos grupos reacionários e conservadores. Para finalizar o primeiro capítulo, a luta do Movimento LGBTQIA+ é colocada com um instrumento de busca pela igualdade de direitos civis, e o acesso de uma cidadania igualitária e plena.

O segundo capítulo, tem como tema “Retratos da homofobia” que além de apresentar dados de pesquisas que revelam a existência de uma cultura homofóbica dentro das escolas, coloca a necessidade de estimular a criação de um *Curriculum* que adote a

transversalidade nos temas sociais, e enfraqueçam e discutam a discriminação e a violência contra os sujeitos gays.

Ainda no que diz respeito às aprendizagens carregadas pelo currículo oculto em ação na escola, vale também destacar a atenção que deve ser dada ao uso de uma linguagem que visa humilhar, ofender, ignorar, isolar, tyrannizar e ameaçar, geralmente aceita e muitas vezes assumida por educadoras/es e estudantes. As palavras carregam juízo de valor. Nesse sentido, podemos compreender como a escola encobre a discriminação e favorece a homofobia, aprendida e presente nas piadas, nos insultos e nas formas de representação caricaturais, habituais na linguagem coloquial e que reduzem pessoas LGBTs a grotescas/os personagens (ABGLT, 2009, p. 65).

Esse capítulo, também mostra preocupação com a forma como os livros didáticos abordam superficialmente esses temas, cristalizando o senso comum e mantendo certas opiniões e preconceitos contra grupos minoritários.

Os livros didáticos são materiais bastante utilizados nas escolas. Com certeza, oferecem apoio à diversificação das atividades curriculares, sendo até mesmo distribuídos gratuitamente nas escolas públicas. Neles, circulam imagens e textos em que se apresenta e se ensina um modelo conceitual de diversos conteúdos na instituição escolar. É preciso notar que muitas vezes eles contribuem para a formação e manutenção de concepções intuitivas e de senso comum que inferiorizam raças/ etnias, culturas, a mulher e as pessoas de orientação sexual diversa da “norma”, e abrem espaço para a perpetuação do preconceito e da discriminação (ABGLT, 2009, p. 65).

Em sua terceira parte, o “Caderno Escola sem Homofobia” traz como tema “A diversidade sexual na escola”. Esse capítulo tende a indicar ações mobilizadoras para comunidade escolar, no enfrentamento à discriminação voltada contra a diversidade sexual, através de uma responsabilidade coletiva, usando, adaptando e criando ferramentas de combate no âmbito educacional.

Os componentes curriculares, e os planos de intervenção pedagógica, são instrumentos importantes que podem levar a construção de um campo educacional livre de qualquer forma de violência discriminatória contra os sujeitos gays. Nesse mesmo capítulo, é possível encontrar sugestões para criação de ações compartilhadas para subsidiar o processo de mobilização coletiva. E por último, o “Caderno Escola sem Homofobia”, apresenta em seus anexos, sugestões de atividades para serem desenvolvidas com os alunos e professores, e dicas de como trabalhar com audiovisual, e outros instrumentos que venham minimizar as questões do preconceito dentro das escolas, e no sistema educacional.

Considerando o estudo feito sobre o caderno ‘Escola sem Homofobia’, é indiscutível a qualidade das informações e as questões levantadas pelo material. Também fica impossível não refletir sobre os impactos positivos que sua implantação teria causado nas experiências diárias dos sujeitos gays que estão inseridos dentro das escolas, minimizando danos na vida profissional dessas pessoas. O caderno “Escola sem Homofobia”, poderia ter funcionado como tentativa de promover um ambiente de qualidade e inclusivo, não apenas para os sujeitos gays, mas também para outras categorias minoritárias existentes no sistema educacional, que indiretamente seriam beneficiadas com o uso do material no tocante a inclusão

Indo na direção contrária de todas as críticas negativas sobre seu conteúdo, sendo atacado por notícias falsas sobre sua implantação, para decepção dos grupos conservadores e reacionários, o caderno “Escola sem Homofobia” alcançou certo reconhecimento pelos profissionais da educação que tiveram acesso a ele. Tal reconhecimento é consequência de o caderno não ter sido construído com o intuito de instruir, incentivar ou despertar uma homossexualidade adormecida, mas como instrumento de combate a homofobia no sistema educacional.

Tendo, seu papel principal de auxiliar no entendimento de questões levantadas sobre as orientações sexuais e identidades de gênero, tão diversas e comuns dentro da escola. Podemos também entendê-lo como uma tentativa de ampliar ou criar espaços democráticos de debates, que poderiam proporcionar o mínimo de poder de fala aos sujeitos gays dentro dos espaços escolares. Revelando gradativamente a importância do protagonismo de outras orientações sexuais que escapam da heterossexualidade cis no processo educacional,

O Projeto Escola sem Homofobia visa contribuir para a implementação e a efetivação de ações que promovam ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos e da respeitabilidade das orientações sexuais e identidade de gênero no âmbito escolar brasileiro. Essa contribuição se traduz em subsídios para a incorporação e a institucionalização de programas de enfrentamento à homofobia na escola, os quais pretendemos que façam parte dos projetos político-pedagógicos das instituições de ensino do Brasil. Dessa maneira, o Projeto Escola sem Homofobia vem somar-se aos legítimos esforços do governo em priorizar, pela primeira vez na história do Brasil, a necessidade do enfrentamento à homofobia no ambiente escolar (ABGLT, 2009, p. 9).

### 3.2 Movimento Escola Sem Partido

Em contraponto a todos os movimentos sociais que buscam a promoção da diversidade, igualdade de gênero e orientação sexual dentro das escolas, surge o movimento social chamado “Escola sem Partido”. No início, um dos principais objetivos desse movimento foi o suposto combate às ideias marxistas defendidas dentro das escolas por alguns professores, mas, com o passar do tempo, seu pensamento reacionário foi se ampliando e atingindo outros segmentos que sempre foram vistos como delicados para o debate social, como: religião, igualdade de gênero (que é colocada pelo movimento como “ideologia de gênero”), e o debate sobre orientação sexual dentro das escolas.

Segundo Moura (2018), o surgimento do movimento Escola Sem Partido (ESP), acontece quando uma das filhas de seu fundador, o procurador de estado de São Paulo, Miguel Nagib, em setembro do ano de 2003 relata ao pai que seu professor de história comparou Che Guevara a São Francisco de Assis, afirmando que ambas as figuras históricas teriam cada um, a seu modo, renunciado tudo por uma ideologia. O primeiro pela ideologia política, e o segundo, pela ideologia religiosa (Rossi e Pátaro, 2020). O entendimento do procurador é que se forem associadas essas duas figuras, as crianças serão levadas a pensar que Che Guevara é um santo. Então, a partir desse episódio o procurador se sentiu motivado a iniciar o movimento ESP (Garcia e Dias, 2024).

Desde sua criação, o movimento ESP se alimentou de ideais conservadores pautados na cultura tradicionalista cristã dominante e determinou, como inimigos, toda e qualquer forma de pensar e se expressar que fuja dos padrões morais e religiosos, elegidos pelo movimento. Para sustentar essa ideia, o movimento argumenta que certos temas e ideias, como a suposta “ideologia de gênero”, ameaçam a manutenção de entidades como a família tradicional (heteronormativa cis).

Esse reflexo imediato recai sobre a população LGBTQIA+ e questiona de todas as formas de direitos civis dessas pessoas, tendo como base o viés religioso, e colocando suas orientações sexuais como anormais, imorais e prejudiciais a família tradicional cristã.

Aos poucos, o mal estar social criado pelo ESP vai alcançando mais camadas da população utilizando como ferramenta as mídias de massa, dando mais força ao movimento que muitas vezes divulga informações sem fundamento científico.

Com o lançamento do programa “Brasil sem Homofobia” e a estruturação do caderno “Escola sem Homofobia, o debate sobre igualdade de gênero e orientação sexual começou a ganhar um importante espaço nas escolas e o movimento ESP, por sua vez, iniciou um discurso com nuances antagônicas trazendo à superfície a tratativa do tema a partir de pontos de vista distintos e muitas vezes distorcidos.

Os direcionamentos do movimento ESP apresentam ideias confusas inclusive sobre questões ligadas ao sistema educacional, como por exemplo sua postura sobre combater uma suposta doutrinação não apresentando concretamente uma definição sobre o entendimento em relação a essa questão.

A partir de 2010 o movimento ESP passa a ter uma maior expressão no campo educacional, fazendo do combate a ideologia de gênero e do discurso sobre sexualidade dentro das escolas sua principal bandeira, parecendo ter deixado de lado, mesmo momentaneamente, o combate as ideias marxistas, seu principal objetivo inicial.

Desse modo, o movimento ESP começa a expandir seu discurso conservador, tendo como base falas moralistas baseadas no fundamentalismo das religiões cristãs, criando para si uma agenda e plataforma política sólida, atuando em diferentes segmentos da sociedade. Com a solidez de seu discurso o movimento ESP, começa a migrar de um movimento social, para um movimento político, projetando-se em todo cenário nacional, e sendo base para PL 867/2015.

Inspirado em propostas como o” *No Indoctrination*” norte-americano, o ESP nasce como um movimento difuso em 2004, mas logo se organiza e cria uma página na internet para coletar e divulgar suas informações, tornando-se associação em 2015. A partir de então, uma onda de propostas da mesma natureza começou a surgir por todo território nacional, logrando êxito em casos, como por exemplo, o do estado de Alagoas, onde o projeto foi aprovado por unanimidade pela Assembleia Legislativa, com o nome de “Escola Livre” (Lira, 2018, p. 12).

Para melhor entender o movimento ESP é necessário conhecer sua página na internet<sup>8</sup>, onde boa parte das informações, ideias e discursos se, como também a base ideológica do PL 867/2015 apresentada pelo deputado Izalci Lucas (PSDB-DF).

Entre as ideias presentes no site, se destacam a fixação de cartazes nas salas de aula do ensino fundamental e médio, apontando como deverá ser o comportamento dos professores em sua função no interior das salas de aula. Dentro desses deveres estão:

1. O professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias.
2. O professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.
3. O professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.
4. Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade – as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito.
5. O professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.
6. O professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula.

Vale observar que as recomendações de conduta estão intimamente ligadas a manutenção de uma suposta moralidade, silenciando as subjetividades dos professores através da desqualificação de suas opiniões e manifestações pessoais.

O termo “preferência ideológica”, usado na norma de conduta colocada pelo movimento ESP, mesmo subentendido ou camuflado, se remete às orientações sexuais, e identidades de gênero dos professores, como se estas fossem escolhas de cada sujeito, e essas supostas “preferências ideológicas” pudessem ser absorvidas pelos alunos como conteúdos curriculares.

Atuar no campo educacional, lecionando sob a vigilância do movimento ESP, já seria desafiador para os professores heteronormativos que teriam que se policiar e suprimir suas opiniões e senso crítico sobre determinados assuntos, fica difícil imaginar a atuação dentro das escolas de professores que compõem a sigla LGBTQIA+, uma vez

---

<sup>8</sup> <http://escolasempartido.org/programa-escola-sem-partido/>

que esses sujeitos não precisam verbalizar, pois carregam suas críticas, opiniões e posicionamentos em suas interações sociais, corpos e atitudes.

Analisando pela ótica de Hooks (2013), no mundo da aprendizagem institucionalizada os corpos têm que ser anulados e passar despercebidos, os professores que não conseguem se adequar aos moldes da heteronormatividade e dos valores religiosos cristãos, sofrerão um processo de exclusão e silenciamento no meio docente, caso as ideias do movimento ESP sejam postas em prática, efetivando não apenas a retirada do debate sobre orientação sexual, e identidade de gênero de dentro das escolas, mas extinguindo do sistema educacional profissionais que divergem do sistema binário adotado pelas instituições.

O intuito de livrar as escolas e o sistema educacional da doutrinação política e ideológica proporcionada pelos professores é fortemente reforçada pelo movimento ESP em sua página na internet. Embora seja óbvia a tentativa de manutenção das relações de poder, e uma cultura absolutista heteronormativa cis cristã, já estabelecidas pelo sistema educacional desde sua institucionalização.

E para cristalizar e dar forma a essas ideias, o site aloja supostos depoimentos de alunos e pais, que se dizem agredidos ou violados por professores em exercício de suas funções, que eles chamam de “doutrinadores disfarçados”. Os professores mais atacados pelo movimento ESP, são aqueles que trazem as questões de orientação sexual e de identidade de gênero para sala de aula, o movimento ESP reforça mais uma vez sua intolerância com os profissionais ligados aos temas que abordam questões ligadas aos sujeitos desviantes da heterossexualidade, fazendo de uma suposta ideologia de gênero, principal contribuição na desvirtuação dos alunos em seu processo educacional, ligando diretamente essas questões a debates políticos evidenciados por partidos da esquerda.

---

<sup>9</sup>Se o leitor já passou pela desagradável experiência de se dirigir à escola de um filho para reclamar do professor de Geografia que usa suas aulas para demonizar o agronegócio e glamourizar o MST; ou do professor de História que não perde uma oportunidade de falar do “golpe de 2016”; ou da professora de Português que obriga os alunos a lerem artigos tendenciosos sobre gênero e

<sup>9</sup><http://escolasempartido.org/blog/o-pesadelo-de-paulo-freire/>

feminismo, é muito provável que tenha recebido a seguinte resposta: “Ô, pai/mãe, não existe neutralidade!”

O movimento ESP tem a intenção de cercear a atuação dos professores dentro da sala de aula e em projetos pedagógicos da escola, criando uma rede de vigilância constante sobre esses profissionais, limitando e moldando as ideias, conteúdos e temas abordados e debatidos na sala de aula, interferindo na escolarização dos alunos e empobrecendo o senso crítico deles.

Para os defensores do movimento ESP, a interferência dos pais no balizamento dos conteúdos tratados nas salas de aula fortalece ideias e conteúdos morais vigentes, alicerçados na heteronormatividade. Dessa forma, além de subtrair o protagonismo dos professores, o propósito é também tornar todo e qualquer sujeito que não se identifique no padrão heteronormativo, visto como impróprio e importuno e com pouco a contribuir no processo de escolarização dos alunos, criando uma imagem de transgressores que necessitam de correção, moral e social.

O movimento se fortalece com a presença de simpatizantes e atores dentro do sistema educacional e político brasileiro com amplo alcance às massas, buscando consolidar a impossibilidade da existência simultânea com qualquer outra expressão divergente de suas ideias, sobretudo no cenário escolar. Nesse ponto, o caráter de neutralidade e imparcialidade cai por terra, e expõe suas ideias excludentes e padronizadoras, disseminadas através do silenciamento de certos temas, e pela tentativa de extermínio dos corpos que fogem de sua padronização.

Em 2022 Gomes descreveu, em seu livro, que o padrão aceitável para gênero e sexualidade se remete ao homem branco, heterossexual, classe média urbana e cristão, aos demais que não se encaixam nesse padrão são considerados como “os outros”, ou seja, a mulher é representada socialmente como segundo sexo, os gays e as lésbicas encerrados(as) como desviantes, à margem da sociedade, não estando em consonância com tal padrão. Subsidiados por esse padrão, cria-se uma celeuma com o único propósito de adiar ou desviar o foco sobre temas importantes que precisam ser levantados pela escola, no caso aqui, as questões de orientação sexual e gênero.

#### **4. ARCO-IRIS PRETO E BRANCO: A ESCOLA COMO ESPAÇO DE REPRODUÇÃO DA HOMOFOBIA**

É possível, de uma maneira geral, categorizar de uma forma universal as lutas e desafios dos professores sejam da rede pública ou privada, todavia o que não podemos desconsiderar, é que a orientação sexual ou identidade de gênero como marcadores importantes dentro dessas lutas e desafios.

Para os professores gays, preconceito e discriminação são muitas vezes empecilhos para sua permanência e desenvolvimento de seu trabalho dentro das escolas. Embora haja leis e normativas que assegurem e protejam as identidades de gênero e orientações sexuais dos professores no exercício de sua docência, o comportamento e ideias baseadas na moralidade cristã e conservadora aplicada e adotada pelas escolas, repelem naturalmente os sujeitos gays que se encontram nesses ambientes.

Além de ser o mais poderoso instrumento para socialização dos indivíduos, e construção de conhecimentos próprios e técnicos, e de uma aprendizagem formal, a escola é um campo de vários embates políticos e culturais. É dentro dela também, que as principais tensões sobre identidades de gênero, e orientação sexual acontecem, e uma das manifestações disso é o pouco reconhecimento das subjetividades dos professores gays pelos colegas de trabalho dentro das escolas. Visto dessa forma, essa omissão por parte da comunidade escolar acaba por validar as violências e não cumprimento das normativas que regem a educação do país.

Os professores gays sofrem de forma silenciosa humilhações, depreciações e desqualificação, colocado em xeque a todo momento a importância de sua presença, interações sociais, e atuação como profissional dentro das escolas.

Para esses profissionais uma forma de fortalecimento e autodefesa, é a criação de uma fachada, ou seja, segundo Goffman (1981), uma imagem elaborada de si mesmo, para apresentar ao público. Alguns professores criam uma personalidade que não condiz com sua orientação sexual ou identidade de gênero, para atender o mínimo de expectativas das instituições educacionais, de algumas famílias, responsáveis, e dos próprios alunos.

Não gosto de falar sobre minha sexualidade na escola, e nem fico a vontade perto dos alunos para expor minhas particularidades. As vezes sou até um pouco mais duro com os alunos para passar firmeza. Quando tenho que falar com algum pai fico ensaiando mentalmente para transparecer o mínimo da minha sexualidade. Embora sei que quase todos sabem. Mesmo assim eu mantenho a postura, não sei o que eles acham e nem o que eles pensam em seus filhos estarem estudando com um professor gay (Relato transcrito de um dos sujeitos pesquisados/colaboradores desta pesquisa professor CP1).

A fachada criada pelos professores para atender as expectativas, e tenta invisibilizar suas características de orientação sexual e identidade de gênero, fortalece as atitudes preconceituosas, e distancia a naturalização da ocupação dos espaços educacionais pelos corpos gays com todos seus signos e cultura. O mecanismo criado para autodefesa, é ressignificado pela padronização heteronormativa, que pune esses mesmos professores quando eles não seguem seu roteiro performativo.

Concordando com o exposto por Sedgwick (2007), que relata que as instituições agem como marcadores reguladores de ambientes para os sujeitos LGBTQIA+, ditando como e quando esses sujeitos devem usar ou não, suas características de gênero e de orientação sexual, mesmo que todos saibam das características natas dessas pessoas. É o que Sedgwick chama de “o segredo aberto”, situação que mais uma vez invisibiliza esses profissionais dentro das instituições por sua orientação sexual ou identidade de gênero, a pesquisadora norte americana coloca em forma de metáfora esses marcos reguladores como armários que se encontram na vida pública ou privada dos sujeitos, obrigando-os por algum motivo esconder suas características diante de determinadas situações.

No nível mais básico, tão pouco é inexplicável que alguém não queira um emprego, a guarda dos filhos ou direitos de visitas, proteção contra violência, contra “terapia”, contra estereótipos distorcidos, contra o escrutínio insulto, contra a interpretação forçada de seu produto corporal, possa escolher deliberadamente entre ficar ou voltar para o armário em algum ou em todos os segmentos de sua vida (Sedgwick, 2007, p. 22).

Instituições socialmente organizadas, como as educacionais, não deveriam se portar de maneira despreparada com as questões de gênero, mas a falta de mecanismos inclusivos leva os professores gays a recorrerem a recursos de invisibilização, seja ao assumir uma turma nova de alunos, em reunião de pais e responsáveis, em eventos da escola, em suas aulas diárias, ou em qualquer momento das atividades educacionais onde a heteronormatividade é mantida como padrão comportamental. O despreparo é tamanho que casos como este acontecem:

Há dois anos atrás, eu acho, mais ou menos isso. Na escola que trabalho havia uma aluna, que não sei o que ela faz hoje em dia, mas acho que ela não chegou a terminar o ensino médio. Ela era abertamente lésbica, e os outros alunos mexiam demais com ela. Pela forma de se portar, se vestir, enfim pelo jeito dela. Um dia presenciei uma cena de uns alunos (meninos) mexendo com ela, e me chateou muito, na hora eu reclamei, e tomei as medidas junto a direção. Sabia que não bastava apenas aquilo, outro dia eles iriam mexer com ela novamente. Eu ia implantar um projeto pedagógico na escola, já estava tudo pronto. Foi aí que resolvi falar com a direção. Expliquei que diante o que eu havia presenciado com a aluna, estava pensando em mudar o tema do meu projeto, que era sobre violência contra a mulher, para homofobia, já que aquilo estava acontecendo dentro da escola. A diretora na hora questionou que era preciso profissionais qualificados para um projeto com esse tema. Então argumentei: quem melhor que eu, formado na área de humanas e gay, para conduzir o projeto. Então ela me deu uma resposta surpreendente. “Justamente por isso que não dá certo. Você é professor da escola, e isso é um projeto muito polêmico, é melhor deixar quieto. Fique com seu tema mesmo.” A partir desse dia o tema homofobia foi enterrado dentro da escola (Relato transcrito de um dos sujeitos pesquisados/colaboradores desta pesquisa professor CP1).

Ao contrário do que acontece dentro das escolas, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica reservam logo no início de seu documento um parágrafo sobre a necessidade das escolas buscarem soluções para que os sujeitos que fazem parte das categorias minoritárias sintam-se pertencentes e protagonistas no processo educacional o qual estão inseridos, seja como docente ou na condição de discente, mas que principalmente sintam-se seguros dentro de suas dependências para viverem suas sexualidades, identidades de gênero e qualquer forma de cultura, singularidade e subjetividade, carregada pelos sujeitos em seus corpos ou em seu modo de existir.

Exige-se, pois, problematizar o desenho organizacional da instituição escolar, que não tem conseguido responder às singularidades dos sujeitos que a compõem. Torna-se inadiável trazer para o debate os princípios e as práticas de um processo de inclusão social, que garanta o acesso e considere a diversidade humana, social, cultural, econômica dos grupos historicamente excluídos. Trata-se das questões de classe, gênero, raça, etnia, geração, constituídas por categorias que se entrelaçam na vida social – pobres, mulheres, afrodescendentes, indígenas, pessoas com deficiência, as populações do campo, os de diferentes orientações sexuais, os sujeitos albergados, aqueles em situação de rua, em privação de liberdade – todos que compõem a diversidade que é a sociedade brasileira e que começam a ser contemplados pelas políticas públicas. (BRASIL, 2013, p. 16)

O não cumprimento das prerrogativas presentes neste documento pode, possivelmente, se tratar de uma forma silenciosa de fugir do debate, ou supostos questionamentos e “saídas justas” que podem ser levantados quando surgem as questões de identidade de gênero, orientação sexual dentro das escolas. No entanto, vale lembrar que a negação da existência desses temas acaba promovendo um déficit crítico, analítico e interpretativo sobre esses assuntos, tendo, pois, que a insuficiência dessa análise é

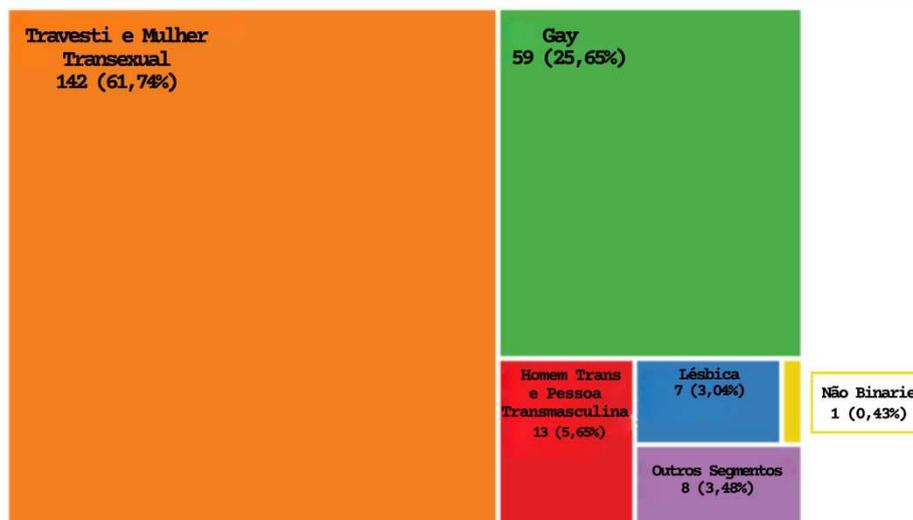
personificada em forma de atitudes preconceituosas que serão reproduzidas dentro e fora das escolas com os sujeitos gays.

A ausência de entendimento e sensibilização e debate com as questões dos sujeitos gays, podem levar a situações extremas de violência física e moral contra os professores dessa categoria, durante a pesquisa de campo, nos deparamos com um relato que personifica os desafios e violências sofridas por essas pessoas no seu cotidiano, e, como um processo de escolarização, e um sistema educacional estruturado dentro de padrões heterossexuais rígidos, pode ser nocivo para aqueles que não se enquadram nesses padrões. Em seu depoimento, o colaborador relatou sua experiência em relação a homofobia:

Sou professor, na verdade era, depois do acontecido me afastei da escola. Conheci um rapaz de outra cidade e ficamos, depois já tarde da madrugada fomos para praça tomar a saideira, era uma e pouco da manhã, só sei que demos um beijo na praça, alguém gravou um vídeo e espalhou para todo mundo, desses beijos. Até aí tudo bem, não me incomodei muito, todos já sabia da minha sexualidade. Durante a semana eu não tinha aula, fui pagar umas contas na rua, parou um carro com dois rapazes conhecidos, ofereceram uma carona eu aceitei. Eles me levaram para um caminho esquisito, e me bateram muito, disseram que a praça era lugar de respeito, não de “veado” fazer safadeza. (Relato transcrito de um dos sujeitos pesquisados/colaboradores desta pesquisa, professor que sofreu homofobia).

Esse depoimento relata a realidade de tantos outros sujeitos gays que já foram vítimas da homofobia através de agressões físicas e morais. Segundo o Observatório de Mortes e Violências contra LGBTQIA+ no Brasil, durante o ano de 2023 ocorreram 230 mortes LGBT de forma violenta no país. Dessas mortes 184 foram assassinatos, 18 suicídios e 28 outras causas (BRASIL, 2024). De maneira ilustrativa, a figura 2 a seguir mostra em proporções esses índices de violência.

Figura 2 - Índice de violência letal contra população LGBTQIA+ no Brasil em 2023



Fonte: Adaptado de (BRASIL, 2024)

Apesar de sua extrema importância esses dados não fazem parte do escopo deste trabalho, não sendo objetivo estudar a violência de uma forma generalizada, mas os tipos de violência sofridos pelos professores gays dentro das instituições educacionais. A violência subjetiva, que este trabalho se propõe a comunicar está de acordo com a continuação do relato do professor colaborador:

Meu primeiro dia na escola foi muito constrangedor, estava com vergonha de mim, e de tudo que aconteceu. Tentei continuar na normalidade. Em um certo momento notei que minha presença estava sendo imposta por mim, isso me fez me sentir mal. Como que a violência que sofri tivesse sido culpa minha, isso me doeu bastante, o pior é que me senti sozinho dentro da escola, sem nem um apoio, ou proteção, percebi a falta de preparo, e preconceito existente dos colegas de trabalho com pessoas como eu. Eu era professor, imagina com os alunos. Desde o dia que voltei para escola, fiquei apenas mais seis meses, como eu era contratado, pedi para me afastar, não aguentei trabalhar na aquelas condições (Relato transcrito de um dos sujeitos pesquisados/colaboradores desta pesquisa, professor que sofreu homofobia).

O impacto desse relato nos atravessa dolorosamente, tanto pela violência física sofrida pelo professor fora da escola, quanto pela falta de preparo das instituições educacionais no acolhimento dos sujeitos gays. Infelizmente, este é só mais um relato entre tantos que colocam as vítimas de homofobia como culpadas pela violência sofrida, e que ainda são punidas com retaliação por aqueles com quem convivem.

Apesar da tentativa das instituições de ensino de padronizar os corpos e expressões dentro da heteronormatividade, e embora a orientação sexual deste professor fosse do conhecimento da comunidade escolar, a agressão sofrida por este professor expôs sua

orientação sexual, seu local de trabalho e, de certo modo, os que dividiam o espaço profissional, mostrando que existem pessoas de outras divergente do padrão dito correto e aceito.

Consentida e ensinada na escola, a homofobia expressa-se pelo desprezo, pelo afastamento, pela imposição do ridículo. Como se a homossexualidade fosse “contagiosa”, cria-se uma grande resistência em demonstrar simpatia para com os sujeitos homossexuais: a aproximação pode ser interpretada como uma adesão a tal prática ou identidade (Louro, 2018, p. 35).

As incidências de violência sofridas pelos professores gays dentro das escolas revela-se de uma maneira sutil, quase não notável, muitas vezes silenciosa.

Segundo o Observatório de Mortes e Violências LGBTQIA+ no Brasil, há uma subnotificação dos casos de violência e, conforme esta pesquisa avançava constatou-se certa dificuldade em acessar dados oficiais e atualizados que notificassem as violências sofridas pelos professores gays. A dificuldade de encontrar essas informações não vem do fato que esses sujeitos não sofram violência por sua orientação sexual, ou identidade de gênero dentro das escolas, mas, pela escassez de estudos nessa área, e falta de interesse dos órgãos competentes em acompanhar esses profissionais.

Seguindo uma reprodução dos altos índices de assassinatos de pessoas LGBTQIA+ no nosso país, é necessário lembrar que a violência sofrida pelos sujeitos dentro das escolas em virtude da orientação sexual e identidade de gênero segue um viés de colocar esses indivíduos no sigilo, mantendo a qualquer custo uma ordem social. em suas reflexões sobre as identidades culturais pós modernistas. Hall (2006) chama atenção para a construção de uma sociedade que não tem uma identidade fixa, mas, flutuante, não ancoradas em ideias rígidas de identidades.

No ano de 2016, A Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), com apoio da Universidade Federal do Paraná (UFPR), realizaram uma pesquisa englobando todo território nacional, sobre violências sofridas pelos sujeitos LGBTQIA+ dentro das escolas (ABGLT, 2016).

Os principais resultados do levantamento apontam que 60% dos estudantes se sentiram inseguros na escola no último ano, por serem LGBT; que 73% foram agredidos verbalmente no mesmo período e pelo mesmo motivo; enquanto outros 36% foram agredidos fisicamente. Também 36% dos estudantes relataram que consideram ineficaz a

resposta dada pelos profissionais para impedir as agressões; e 39% dos entrevistados afirmaram que nenhum membro da família foi procurado por alguém da equipe de profissionais da escola quando o estudante sofreu a agressão ou violência no ambiente escolar, tendo em vista que muitas vezes a LGBTfobia é confundida com brincadeiras de mal gosto, ou qualquer outro tipo de agressão.

Receia-se que em alguns casos, a falta de intimação da família das vítimas nesse tipo de violência, pode não apenas ser um descaso das escolas, mas, o reflexo que boa parte dos estudantes vivem suas sexualidades e identidade de gênero clandestinamente em relação a família.

Outras formas de violência e preconceitos são relatadas e vivenciadas pelos professores gays não apenas pelos seus colegas de trabalho, em alguns casos, os alunos são os causadores das discriminações contra esses professores.

Teve um caso que parece mentira. Mas aconteceu mesmo, de verdade. Antes da pandemia, eu tinha um aluno que era horrível, dava trabalho na sala, conversava muito, não deixava ninguém em paz nas aulas. Mas eu nem dava cartaz. Não me atrapalhando não tinha problema. Não tinha nem um contato além da chamada. Isso aconteceu em umas três aulas seguidas, quando eu entrava na sala, ele saía de imediato. E não disfarçava, saía na cara dura. Um dia quando ele se levantou para sair eu perguntei por que ele não estava assistindo minhas aulas. Ele perguntou se era obrigado? Eu disse que não, mas aleguei que ele já estava com muitas faltas, e as notas baixas na disciplina que leciono. Do nada ele olhou para mim e disse: “Não sou obrigado a assistir aula com o senhor me encarando”. Então ele saiu da sala mais uma vez. Na hora do intervalo, uma aluna me procurou e falou que ele era assim mesmo, não gostava de pessoas como eu, “gay”. Procurei a direção para relatar o fato, e a solução encontrada foi apenas mudar ele de sala (Relato transcrito de um dos sujeitos pesquisados/colaboradores desta pesquisa professor CP1).

Durante uma busca por vídeo aulas e curtas metragens que problematizasse o exercício da profissão de professores gays, realizada na plataforma de vídeos Youtube, um vídeo chamou a atenção por se tratar de uma criança de aproximadamente 7-9 anos deveras aborrecida com o comportamento de um professor supostamente gay. De maneira caricata, ela imita de forma debochada e carregada de preconceito desqualificando o professor em questão exclusivamente por sua orientação sexual. O fato da criança assumir esse comportamento não foi o que gerou mais causa estranhamento foi o conjunto de circunstâncias que levaram uma criança nessa faixa etária aprender e internalizar um discurso tão carregado de violência e preconceito contra os sujeitos gays.

Provavelmente a criança está apenas reproduzindo os valores e ideias do ambiente familiar que está inserida, o que é bastante comum em certos casos, quando o preconceito contra os sujeitos gays tem origem no grupo familiar ou responsáveis pelos alunos, que desde cedo internalizam conceitos discriminatórios e preconceituosos contra as minorias sexuais.

Em uma reunião de turma, com os responsáveis pelos alunos. Quando foram perguntados pela direção, sobre o que os responsáveis esperavam da escola e dos professores de suas crianças e adolescentes. Uma avó respondeu que esperava apenas que os professores fossem só uma coisa. Ou homem ou mulher, não os dois, nem homem querendo ser mulher, nem mulher querendo ser homem. Isso ela não aceitava para seu neto (Relato transcrito de um dos sujeitos pesquisados/colaboradores desta pesquisa, professor CP1).

Embora as configurações da palavra “Família”, tenham se modificado com o passar do tempo, principalmente com a divisão sexual do trabalho, e o surgimento de leis, que permitem casais homoafetivos formarem seus próprios núcleos familiares, a partir de união estável e adoção de crianças reconhecidas por lei, ainda resiste no meio social uma ideia de família tradicional, composta por uma formação nuclear familiar cristalizada.

São os sujeitos com essa percepção que de certa forma moldam a comunidade escolar, impedindo que os sujeitos gays que atuam nas escolas como professores, sejam aceitos por esses grupos, e por consequência descredibilizam esses educadores como pessoas e como profissionais, atribuindo a esses sujeitos propriedades pejorativas, desqualificadas e ligadas a devassidão.

#### 4.1.Comportamento Performativo como Prevenção da Homofobia nos Espaços Educacionais

Para que um sujeito seja visto como plenamente pertencente a uma instituição social, é necessário que ele se adeque totalmente a suas condutas e regras, essa adequação se dá em alguns casos pelo modo de vestir, se comportar, falar, agir, e por fim, por signos que façam do sujeito uma extensão da instituição a qual ele faz parte, ou vise e versa, de uma maneira onde ambos se assemelham, na defesa de ideias, projetos e hábitos.

Quando um indivíduo contribui, cooperativamente, com a atividade exigida por uma organização, e sob as condições exigidas – em nossa sociedade com o impulso dado por incentivos e valores conjuntos, e com as ameaças de penalidades, indicadas – se transforma num colaborador; torna-se participante “normal”, “programado” ou “interiorizado”. Ele dá e recebe, com espírito

adequado, o que foi sistematicamente planejado, independente do fato de isto exigir muito ou pouco de si mesmo (Goffman, 2019, p. 159).

Os indivíduos gays atuantes dentro das instituições educacionais, são coagidos a esboçar comportamentos pré-estabelecidos por essas instituições escolares, pautados na heteronormatividade, buscando qualificar a atuação profissional dentro do sistema de ensino, onde a heteronormatividade cis é vista como validação de conhecimento e conduta moral dos sujeitos.

Pouco a pouco, pela formação de hábitos, nosso comportamento assume uma forma que então se impõe à nossa vontade com força de uma obrigação. Sentimo-nos compelidos a executar todas as nossas ações segundo o mesmo padrão que se dão as relações sociais e como as manifestações do nosso comportamento privado (Durkheim, 2016, p. 27).

De certo modo, os sujeitos gays que atuam dentro das instituições escolares procuram se adequar à essa padronização heteronormativa em busca de uma aceitação no meio que atuam, e essa busca dos sujeitos gays quase compulsórias, pode ser mais uma tentativa de defesa contra a homofobia existente nas instituições escolares.

Eu procuro não falar nada, ou pouquíssimo sobre minha vida sexualidade no trabalho. Aliás da minha vida íntima. Tento ser o mais discreto possível. Não por medo. Mas para me preservar e não dá brechas para ouvir comentários, nem dos alunos, nem de outros professores. Procuro até segurar minhas expressões um pouco quando estou na escola, ou conversando com os alunos (Relato transcrito de um dos sujeitos pesquisados/colaboradores desta pesquisa, professor CP2).

Mesmo sem perceber os professores gays são levados por uma coerção social existente no ambiente escolar, e então começam a interiorizar comportamentos que condizem com a padronização existente nesses ambientes, todavia acreditando que essa imitação comportamental seja consciente e de sua vontade própria estando, no entanto, apenas sendo guiados por uma heterossexualidade compulsória presente dentro das instituições escolares que atuam.

Não ter o reconhecimento social como heterossexual efetivo é perder uma identidade social possível em troca de uma que é radicalmente menos sancionada. O “impensável” está assim plenamente dentro da cultura, mas é plenamente excluído da cultura dominante (Butler, 2018, p. 108).

A busca desse reconhecimento social, faz com o que os sujeitos de algum modo simulem seus comportamentos, para que se enquadrem dentro de uma padronização cultural, mesmo que seja de forma parcial. É importante salientar, e reforçar, que o enquadramento dos professores gays, dentro da cultura dominante se dá de forma

inconsciente, ou em alguns casos, exigidos, ou conduzidos pelas instituições educacionais os quais eles fazem parte.

Sobre esse enquadramento Simmel (1983) afirma que: “Os requisitos da existência social forçam ou legitimam certos tipos de comportamentos individuais que assim são validados e seguidos, precisamente porque satisfazem tais requisitos práticos”.

Muitas vezes fazer parte da cultura dominante, mesmo de uma forma caricata e parcial, ou de modo performativo, se faz necessário para que os sujeitos gays possam ser vistos e ouvidos dentro do processo educacional, sendo também uma maneira de minimizar a discriminação e o preconceito encontrados nessas instituições. Fazer parte da cultura dominante, mesmo de uma forma destorcida e parcial (usamos o termo parcial, porque acreditamos que, jamais o sujeito gay irá efetivar sua participação em uma cultural a qual o exclui), é de certa forma buscar uma validação moral, diante a heterossexualidade dominante.

Um dia conversando com alguns colegas da escola. Uma professora disse que eu nem parecia ser gay. Que eu era muito sério dentro da escola, por isso que os alunos me respeitavam. Fiquei pensando nisso que ela disse. Mas entendi o que realmente ela quis dizer. É a visão que ela tem dos gays estereotipados. Se ela já me achava sério demais na escola, depois desse dia eu fiquei mais ainda (Relato transcrito de um dos sujeitos pesquisados/colaboradores desta pesquisa, professor CP2).

Quanto mais os sujeitos gays buscam o desligamento de suas expressões de gênero, ou de algum signo que possa revelar sua identidade sexual, ou busquem se aproximar da performance heteronormativa, mais validação moral eles encontram dentro das instituições educacionais.

A moralidade encontrada dentro das escolas é intimamente ligada a heterossexualidade, então fugir dessa padronização é estar do lado oposto do sentido de moral exigida pelo sistema educacional. Não se reconhecer dentro da padronização imposta pelas instituições educacionais, é de certa forma, assumir o risco do distanciamento dos demais colegas de trabalho, quanto mais os docentes gays se aproximem ou esbocem suas expressões de gênero e revelem sua orientação sexual desviante, aumenta o distanciamento entre esses sujeitos.

O distanciamento criado pelas características de orientação sexual desviante dos professores gays, revela o domínio hierárquico da sexualidade nas interações sociais,

colocando a heteronormatividade como superior às demais orientações sexuais, nessa hierarquização nas relações os sujeitos gays reduzem seus círculos de amizades e contatos dentro das escolas, gerando conflitos entre as orientações sexuais divergentes e a dominante.

Sobre a natureza dos conflitos Simmel (1983) afirma que: o conflito está assim destinado a resolver dualismos divergentes; é um modo de conseguir algum tipo de unidade ainda que através da aniquilação de uma das partes do conflitantes.

A tentativa de aniquilação das sexualidades divergentes adotada pelo sistema educacional, em alguns casos se revela através das violências físicas e simbólicas, e esse detalhe se torna mais um estímulo para que os sujeitos que não comungam da heterossexualidade busquem maneiras de simular comportamentos que imitem essa padronização.

Essa simulação, acertadamente chamada de performatividade, segundo Butler, diz respeito ao modo agir dos sujeitos, como eles se expressam, e se apresentam no meio social. Afirmar algo como performativo, é apontar o modo de falar, portar-se, e agir das pessoas, como também, identificar como essas pessoas se reconhecem no meio social em suas interações. É justamente essas expressões divergentes da heterossexualidade padrão que alguns sujeitos gays tentam dissimular dentro das escolas

Dizer que a realidade de gênero é performativa significa, de maneira muito simples, que ela só é real na medida em que é performada. É justo dizer que certos tipos de atos são geralmente interpretados como expressão de um núcleo ou identidade de gênero, e que esses atos ou estão em conformidade com uma identidade de gênero esperada ou questionam, de alguma forma, essa expectativa – expectativa que, por sua vez, é baseada na percepção do sexo, sendo o sexo entendido como dado factual e distinto das características sexuais primárias. Essa teoria implícita e popular sobre os atos e gestos como expressivos do gênero sugere que o gênero em si existe anteriormente aos diversos atos, posturas e gestos pelos quais ele é dramatizado e conhecido (BUTLER, 2018, p. 14).

Os docentes fazem dentro das instituições escolares um caminho contrário em relação as suas afirmações de identidade de gênero e orientação sexual, ao invés de serem incentivados a assumirem suas identidades dentro das escolas de maneira segura e efetiva, esses sujeitos minimizam suas expressões, como mecanismo de proteção contra a homofobia dentro das instituições educacionais. Para alguns profissionais gays que estão

atuando no sistema educacional, é essencial minimizar suas expressões naturais como maneira de manutenção do respeito em seu ambiente de trabalho.

Nunca gostei de revelar minha sexualidade aqui na escola. Em outra escola eu já passei por situações que me levaram a agir assim hoje. As pessoas confundiam muito as coisas comigo. Eu era muito expressivo. E por isso eu ouvi muitas coisas que me magoaram no meu trabalho. Também fui muito excluído de eventos, reuniões (silêncio demorado). Então hoje, quanto menos eu puder me segurar dentro da escola é melhor para mim. Fora dela tem problema não. o meu negócio é na escola (Relato transcrito de um dos sujeitos pesquisados/colaboradores desta pesquisa, professor CP3).

A fala deste professor reafirma a problemática vivenciada pelos sujeitos gays nos espaços educacionais. Por um lado, buscando se autoafirmar através de suas identidades desviantes, e por outro lado, sendo rebaixados e excluídos por assumirem ou revelarem suas identidades dentro dessas instituições. É através de uma performance que não condiz com sua orientação sexual, e de gênero, que os docentes gays tentam manter-se dentro do sistema educacional, de uma maneira que, nem sua moral, nem sua integridade física e psicológica sejam comprometidas pelas discriminações, e preconceitos enfrentados.

Quando os dominados nas relações de forças simbólicas entram na luta de estado isolado, como é o caso nas interações da vida cotidiana, que não têm outra escolha a não ser a da aceitação (resignada, ou provocante, submissa ou revoltada) da definição dominante da sua identidade ou da busca de assimilação a qual supõe um trabalho a qual se faça desaparecer todos os sinais destinados a lembrar o estigma (no estilo de vida, no vestuário, na pronúncia etc.) e que tenha em vista propor por meio de estratégias de dissimulação ou de embuste, a imagem de si o menos afastada possível da identidade legítima (Bourdieu, 2021, p. 124).

Como já foi citado neste trabalho, as instituições usando de coerção dentro delas, levam os sujeitos desviantes da padronização heterossexual, mesmo de uma forma caricata, e ilegítima, a se enquadrarem de certa forma dentro dessa padronização.

#### 4.2. Documentos da Educação, Instrumentos de Resistência e Inclusão dentro das Escolas

Não é necessário fazer uma análise muito aprofundada para detectar a diversidade humana dentro das escolas, basta uma simples observação para que fique evidente essa multiculturalidade social pulsante dentro dos muros escolares, embora o sistema educacional em alguns casos hesite na valorização dessa diversidade.

Sobre a tentativa de padronização dentro das escolas, Bourdieu (2021) em sua análise sobre o sistema de ensino da França afirma que: “A igualdade formal que pauta a prática pedagógica serve como máscara e justificção para a indiferença no que diz respeito às desigualdades reais diante do ensino e da cultura transmitida ou melhor dizendo, exigida”. A cultura exigida ou transmitida pelas escolas, e colocada por Bourdieu, pode ser ligada ao comportamento heteronormativo adotado pelo sistema de ensino do nosso país, exigindo que os sujeitos se comportem e tenham sua formação educacional dentro desses padrões, desarticulando de forma violenta as identidades mistas encontradas dentro da escola, em especial as de orientação sexual e de gênero.

Essa tentativa de desarticulação da diversidade e da multiculturalidade dentro dos estabelecimentos de ensino, vai contra com o que se prega e defende os documentos que regem nosso sistema educacional, nos quais a diversidade deveria ser o maior ganho das instituições, e a base para estruturação do sistema socioeducacional e de um currículo escolar multicultural e diverso.

Embora em alguns pontos, no tocante a diversidade dentro dos ambientes educacionais, esses documentos, diretrizes e normativas sejam desrespeitados em seu cumprimento, eles se mantêm como mecanismos de resistência para os sujeitos divergentes dentro do sistema educacional, em tempos de conservadorismo reacionário.

Antes de analisar os principais documentos que norteiam a educação brasileira, é preciso entender que o direito a educação é assegurado pela Constituição Federal nos artigos 205 e 206, a todos os sujeitos com padrão de igualdade e assegurando o acesso e permanência dentro dessas instituições.

O direito da diversidade e da pluralidade dos sujeitos vai além do processo educacional, em seu terceiro artigo, a Constituição Federal já apresenta o combate do preconceito contra aqueles sujeitos que divergem da padronização imposta pela sociedade. No art. 3<sup>a</sup> a Constituição Federal coloca como obrigação do estado promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988). Desse modo, os documentos que regem a educação atuam como elementos complementares, e de efetivação na garantia da diversidade e pluralidade dos sujeitos, nos espaços educacionais públicos e privados.

Seguindo o esteio da constituição cidadã no ano de 1996, oito anos após a homologação da constituição, surge a lei 9.394 de diretrizes de bases da educação (LDB). A LDB é a mais importante lei brasileira que se refere à educação, criada para garantir o direito de acesso a todos os sujeitos à educação gratuita e de qualidade de uma forma igualitária e efetiva, a LDB também apresenta no seu texto, meios de valorização dos profissionais da educação, estabelecendo o dever do estado com a educação pública.

A LDB é um marco da educação no país que permitiu avanços significativos no campo educacional, inclusive em relação a diversidade dentro das escolas. Essa lei segue as ideias de garantia da pluralidade no sistema educacional, seja ela ancorada na raça, gênero, sexo, etnias ou ideias. No seu título II, sobre os princípios e fins da educação, a LDB coloca a liberdade e a solidariedade humana como peças fundamentais no processo educacional, dessa forma, a LDB traz a liberdade de pensamentos, expressões, e o respeito em relação e essa liberdade como princípios a serem seguidos rigidamente dentro das escolas e pelo sistema educacional.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

Não existe na palavra liberdade meio termo, sendo assim, os sujeitos envolvidos no processo e no sistema educacional, gozam do direito de vivenciarem sua identidade de gênero e orientação sexual dentro das escolas, sem precisarem esconder essas características dos demais. Ainda sobre o art. 2º, a LDB apresenta também com princípio a solidariedade humana, desse modo, ao menos teoricamente exclui qualquer preconceito de dentro das escolas, uma vez que se compreende e concorda que onde existe solidariedade humana não há espaço para discriminação e preconceito, seja ela de que tipo for.

Dando continuidade a essa breve análise sobre a seguridade da diversidade e pluralidade sociocultural dentro das escolas e do sistema educacional pela LDB, o artigo 3º chama a atenção dos princípios para ministrar o ensino. Dentre os 12 princípios retratados pela LDB, destacaremos 3, que consideramos ter uma ligação direta com a defesa e garantia da pluralidade sociocultural dentro das instituições educacionais, como: I- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; III- Pluralismo de ideias

e de concepções pedagógicas; e IV, - Respeito à liberdade e apreço à tolerância (BRASIL, 1996).

Para que o acesso e permanência dos sujeitos dentro das escolas aconteça de uma forma igualitária, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero, é preciso que as instituições escolares, e o sistema educacional rompam com a padronização comportamental ligada a heteronormatividade, seja com seus alunos e principalmente com os docentes. Essa aproximação desqualifica a moralidade social desses sujeitos, tendo em vista, que a conduta moral exigida pelo sistema educacional tem seus alicerces na heterossexualidade.

Como caminho para alcançar a tolerância e o respeito, a LDB aponta para o uso de outras perspectivas de visões pedagógicas, abrindo caminho para que os professores tenham a liberdade de abordar temas e assuntos que possam minimizar e esclarecer, dúvidas e preconceitos, sobre a pluralidade sociocultural que habitam o percurso educacional.

Ainda falando da garantia da pluralidade sociocultural dentro do sistema educacional, a lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE), que tem vigência decenal (entre 2014-2024) traz entre as suas diretrizes elementos que assegurem essa pluralidade, como no art. 2º nos itens III e X que apontam para a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação, como também, a promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2014).

Dessa forma, mesmo que as instituições escolares adotem uma cultura de padronização comportamental, e tenhamos passado por tempos de conservadorismo e ideias tradicionalistas, os documentos educacionais se mantêm firmes na defesa da pluralidade sociocultural dentro de seu sistema, sendo um alento para os sujeitos divergentes da padronização heteronormativa.

A Base Nacional Comum Curricular da educação brasileira (BNCC), também apresenta o reconhecimento da importância da valorização da diversidade, e da pluralidade dentro das escolas, através de uma grade curricular sólida que levante debates

e questionamentos que fortalecem a permanência e reconhecimento das diversas pluralidades dentro das escolas, em uma tentativa de combater os preconceitos e as desigualdades encontradas do meio social, e no sistema educacional, com o intuito de despertar nos alunos um sentimento de responsabilidade mútua e de respeito com aqueles que estão fora do ajustamento social.

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza (BRASIL, 2018, p. 10).

A BNCC, além de propor o combate à discriminação dentro das escolas, fala em potencializar saberes e identidades através do currículo escolar, e valorização das diversas identidades presentes no sistema escolar, é uma validação legal, para que os sujeitos possam vivenciar suas identidades de uma maneira plena, sem precisarem se esconder, ou simular sua orientação sexual ou identidade de gênero nesses espaços.

Para a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), qualquer outra individualidade divergente da heteronormatividade, ou da identidade de gênero, tem a mesma importância e significação na construção de uma educação pautada na coletividade. Essa valorização das diferenças por meio do currículo, busca fomentar e estruturar nos sujeitos envolvidos no sistema educacional, o desejo de erradicação do preconceito, e a instalação de uma cultura do respeito no sistema educacional. A BNCC, potencializa as Ciências Humanas como principais responsáveis pelo exercício do respeito e da tolerância dentro das escolas, são elas que personificam e despertam nos sujeitos atitudes antipreconceituosas, e de combate às desigualdades contra os sujeitos que fogem das padronizações sociais.

As Ciências Humanas devem, assim, estimular uma formação ética, elemento fundamental para a formação das novas gerações, auxiliando os alunos a construir um sentido de responsabilidade para valorizar: os direitos humanos; o respeito ao ambiente e à própria coletividade; o fortalecimento de valores sociais, tais como a solidariedade, a participação e o protagonismo voltados para o bem comum; e, sobretudo, a preocupação com as desigualdades sociais (BRASIL, 2018, p. 354).

Nesse ponto a BNCC, nos apresenta dois mecanismos importantes no combate da discriminação dentro dos ambientes educacionais, a valorização dos direitos humanos dentro do currículo escolar, e as Ciências Humanas como veículo de mobilização dessa temática, em todas as fases do ensino fundamental. Desde os primeiros anos até os anos finais, as Ciências Humanas devem impulsionar os sujeitos na compreensão do mundo

social que está em sua volta, como também a compreensão das diversas formas de expressão da diversidade humana, buscando também uma mudança comportamental na atuação dos sujeitos, de uma maneira ética em relação as pluralidades presentes na escola.

Em suma, a área de Ciências Humanas deve propiciar aos alunos a capacidade de interpretar o mundo, de compreender processos e fenômenos sociais, políticos e culturais e de atuar de forma ética, responsável e autônoma diante de fenômenos sociais e naturais (BRASIL, 2018, p. 356).

É importante ressaltar que a BNCC no ensino fundamental concentra sua metodologia nas diferentes formas que os sujeitos entendem a organização familiar e social, tentando entender como ele e os demais se colocam nesse processo, explorando o conhecimento próprio de cada um. Entretanto no ensino médio, a Base Comum Curricular adota uma perspectiva mais complexa, e faz uma tentativa de ampliação da capacidade cognitiva dos jovens, e seu senso crítico, sem perder de vista o combate ao preconceito, e a valorização da pluralidade sociocultural dentro das escolas.

O entrelaçamento entre questões sociais, culturais e individuais permite aprofundar, no Ensino Médio, a discussão sobre a ética. Para tanto, os estudantes devem dialogar sobre noções básicas como o respeito, a convivência e o bem comum em situações concretas. A ética pressupõe a compreensão da importância dos direitos humanos e de se aderir a eles de forma ativa no cotidiano, a identificação do bem comum e o estímulo ao respeito e ao acolhimento às diferenças entre pessoas e povos, tendo em vista a promoção do convívio social e o respeito universal às pessoas, ao bem público e à coletividade (BRASIL, 2018, p. 567).

Para que os sujeitos possam respeitar as diversas formas de pluralidades existentes no sistema educacional, é preciso que eles tenham a oportunidade de conhecer e fazer indagações baseadas nas teorias empírico-experimentais, as quais estão previstas nos mecanismos da BNCC, que permite a construção de ambientes em que os sujeitos se tornem protagonistas, tanto na construção de seus conhecimentos, quanto na perspectiva de um comportamento e ações éticas diante do sistema educacional, que é marcado por uma multiplicidade sociocultural.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) são documentos educacionais que tem por finalidade apontar metas que ajudem os sujeitos a entender as interações sociais que estão a sua volta, de uma forma reflexiva e autônoma, incentivando a participação cidadã, através do reconhecimento de seus direitos e deveres, também asseguram a valorização, incentivo e permanência da pluralidade cultural dentro das escolas e no

sistema educacional. Em seu volume 10, onde trata exclusivamente sobre pluralidade cultural e orientação sexual dentro das escolas, os PCNs colocam que:

A temática da Pluralidade Cultural diz respeito ao conhecimento e a valorização das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, as desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil com um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal (BRASIL, 1997, p. 121).

É importante salientar a percepção dos PCNs sobre a heterogeneidade sociocultural presente no sistema educacional, e a relevante importância desse tema dentro de um processo de escolarização pautado na igualdade entre os sujeitos. Os Parâmetros Curriculares Nacionais trazem a preocupação com o papel de reprodutora social e mecanismo de dominação que a escola assumiu historicamente, e vem sendo reforçado durante os anos e, nessa perspectiva, se propõem a atuar como ferramenta de erradicação dessa conduta na escola. Os PCNs se apresentam como mecanismos de resistência das pluralidades socioculturais e diversidade dentro das escolas, e para isso, e em consonância com a BNCC, eles apresentam as Ciências Humanas e Sociais como instrumentos importantes na manutenção de debates e entendimentos dessas diversidades e pluralidades no contexto educacional.

A discussão sociológica colabora para a escola e o professor enfrentarem o desafio que lhes está colocado, qual seja, o de ser parte de certa realidade social injusta, dela sofrer influências, e, ainda assim, garantir a possibilidade de educar o aluno como cidadão em formação, de forma que atue como sujeito sociocultural, voltado para mudanças, para busca de caminhos de transformação social (BRASIL, 1997, p. 33).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, buscam formas diversas de garantir e manter a pluralidade cultural e social dentro das escolas. Através do respeito e da valorização das diversas formas de expressões encontradas no interior das escolas, independentemente de ser docente ou discente. Os PCNs, exigem também, que os sujeitos compreendam que o pleno exercício da cidadania envolve direitos e deveres, para consigo, e com os demais que nos relacionamos.

Então, após caminhar pelos principais documentos da educação, é notória a presença de termos como: direitos humanos, pluralidade, respeito e preconceito (porém como forma de extingui-lo), na defesa da diversidade humana e pluralidade sociocultural. Os documentos que balizam e norteiam a educação brasileira se colocam como proteção

legal de acesso e permanência escolar, para todos os sujeitos que não se encaixam nos padrões exigidos pelo meio social, e reproduzidos dentro das escolas. Sendo, dessa forma, os documentos educacionais entendidos como elementos essenciais na defesa e proteção da população LGBTQIA+ contra quaisquer formas de exclusão e silenciamento desses corpos.

#### 4.3. Pedagogia da resistência: ambiente escolar e os desafios para os professores gays

O ambiente escolar e as práticas educativas historicamente foram ocupados e assumidos por profissionais mulheres<sup>10</sup> e, portanto, as atividades ligadas a esse processo sempre tiveram o viés feminino como característica norteadora, tornando o ato de ensinar uma laboração quase que exclusivamente das mulheres devido às características de cuidar, orientar e educar comumente associadas à figura materna.

Dessa maneira o sexo masculino, principalmente os sujeitos que têm a heterossexualidade como orientação sexual, afastaram-se dessa profissão por muitos anos para de certa maneira não ter sua sexualidade colocada em dúvida, evitando comparações ou mesmo insinuações a homossexualidade. Todavia, já se observa que a presença masculina se tornou uma crescente no campo educacional, com cada vez mais professores homens dentro das escolas de ensino fundamental e médio, movimentando-se para um local que se distancie do estigma da homossexualidade, e das características femininas que foram atribuídas nas escolas,

Os professores heterossexuais adotam uma postura de maior rigorosidade, e rigidez no ambiente profissional, e no tratamento com os alunos. Segundo Rabelo (2013) a homofobia pode se manifestar não apenas contra os sujeitos gays, mas contra qualquer pessoa que carregue características do sexo oposto.

Na tentativa de se enquadrar como profissional no ambiente escolar alguns professores gays adotam também essa mesma postura, não como tentativa de apagar as características de cuidador, educador e orientação atribuída ao feminino, mas, como uma

---

<sup>10</sup> [Dados revelam perfil dos professores brasileiros — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep \(www.gov.br\)](http://www.inep.gov.br)

tentativa de aproximar-se das características dos professores heterossexuais, buscando assumir uma conduta que minimamente os proteja de situações homofóbicas.

Ao assumir esse comportamento, os professores gays procuram minimizar a discriminação e a invisibilização enfrentada por eles dentro das escolas, também buscando se enquadrar na padronização imposta pelas instituições educacionais, e nas características exigidas pela sociedade na construção de uma identidade aceitável para exercer a docência. De acordo com Miranda (2014), o ambiente escolar exige uma conduta adequada dos professores, baseada na heteronormatividade.

Compreender o ambiente escolar como espaço de disseminação e formação das condutas ‘adequadas’, considerando-o como reprodutor do status quo sexista, heteronormativo e segregador, é percebê-lo como território de distinção dos sujeitos que não correspondem à ‘normalidade’. Em consequência desta imposição social de modelação de condutas, os sujeitos que são considerados desviados/marginais, por não corresponderem às expectativas de gênero que lhes são atribuídas/impostas, acabam direcionando seu comportamento aos padrões correspondentes ao sexo que possuem, compatibilizando-o, externamente, com o gênero correspondente (Miranda, 2014, p. 17-18).

Como já foi dito neste trabalho, a escola deveria ser um espaço da valorização e acolhimento da multiculturalidade social em seus diversos aspectos e subjetividades, no entanto, alguns professores gays não se sentem pertencentes ao sistema educacional, nem ao ambiente onde atuam, como relata um dos professores colaboradores com esta pesquisa. Em sua fala, ele verbaliza que sente uma certa aversão dos membros que compõem a escola em relação a homossexualidade, embora essa aversão não seja exposta abertamente.

Embora nunca tenha passado por nenhuma situação de homofobia na escola, eu sinto que as outras pessoas não têm uma boa aceitação em relação as pessoas gays, quando estamos reunidos, os professores, todo mundo se trata normal, mas já percebi que quando estou sozinho com alguns colegas eles não me tratam igual, como se fossem outra pessoa quando não estão na turma. Isso me levou a pensar que isso é um tipo de aversão, tratam bem só para dá uma de não preconceituosos, digo alguns, não todos (Relato transcrito de um dos sujeitos pesquisados/colaboradores desta pesquisa, professor CP3).

Essa fala evidencia o pensamento de que os sujeitos gays, nesse caso os profissionais da educação, são enxergados como *persona non grata* dentro dos ambientes escolares, como se a convivência entres os professores gays e os demais fosse apenas suportável, seguindo uma mera formalidade que a convivência profissional exige.

Este relato dá uma noção das dificuldades que os professores gays enfrentam dentro das escolas seja para provar sua capacidade intelectual e profissionalismo, ou para que seus corpos resistam e ocupem um ambiente ainda tão hostil à sua presença.

Todavia, embora o professor coloque em sua fala que nunca foi vitimado pela homofobia explícita dentro das escolas, o tratamento diferenciado percebido por ele quando se encontra a sós com alguns colegas, colocado pelo mesmo como aversão, pode ser entendido como invisibilidade dos profissionais gays em seu ambiente de trabalho. Mesmo que seja manifestado de uma maneira sutil e velada, embora o professor não entenda, essa invisibilidade é uma forma da manifestação da homofobia no espaço escolar, desprezando todos e tudo que não se enquadram dentro dos padrões da heterossexualidade.

#### 4.4. Experiências de si, preconceito, discriminação e enfrentamentos dentro das escolas pelos professores gays

Assim como os demais sujeitos que se colocam como assumidamente gays dentro das instituições educacionais, os professores homossexuais também enfrentam dificuldades e desafios dentro desses ambientes, de uma forma diferenciada, mas não menos danosa a sua vida social e profissional. A homofobia contra os professores gays apresenta-se como uma maneira de sufocar e reprimir os que divergem da heteronormatividade, revelando o incomodo que a homossexualidade desperta dentro das escolas, seja no debate do assunto, ou pela ocupação desses espaços por sujeitos gays. sobre essa questão nos apropriamos de Borrillo (2010) quando afirma.

A semelhança do racismo, do antissemitismo ou da misoginia, a hostilidade contra os gays e as lésbicas é, antes de mais nada, o resultado da impossibilidade vivenciada por alguém para se representar a diferença, sobretudo, quando esta é percebida como ameaçadora, ou simplesmente, incomoda (Borrillo, 2010, p. 13).

Neste capítulo serão trazidas experiências e histórias que envolvem a orientação sexual dos professores gays dentro das escolas que atuam, preconceitos sofridos, silenciamentos ou imposição de um enquadramento baseado na heterossexualidade. Esse comportamento hegemônico balizado pela heterossexualidade, em alguns casos é exigido pelas instituições como uma forma de etiqueta ou maneira educada de comportamento.

Um dia teve uma reunião de pais na escola, as reuniões são feitas por turma, em um círculo de cadeiras, nesse dia eu fiquei para reunião porque tinha uns assuntos para resolver com alguns pais, e sempre me senti de pernas cruzadas, eu gosto, mas não cruzada como se diz, com “jeito de homem”, meia aberta, tipo posse de mulher, acho que passei a reunião quase toda assim, nessa posição. Quando acabou uma colega professora me chamou para dizer que estava morrendo de vergonha de mim por ter passado a reunião de pernas cruzadas, não porque estava parecendo uma mulher, mas porque aquela posição era falta de educação, e eu sabia como os pais da escola gostam de comentar, e quando eu comecei falar gesticulei demais sem necessidade. Eu fiquei procurando onde fui mal-educado, e como eu podia estar incomodando as pessoas apenas por estar de pernas cruzada, e me expressei como faço sempre na sala de aula. Juro, não entendi o comentário da colega (Relato transcrito de um dos sujeitos pesquisados/colaboradores desta pesquisa, professor CP1).

A fala da colega do professor colaborador reforça a vigilância constante sobre os sujeitos gays, seja no controle de seus corpos dentro das salas de aula, ou nas interações sociais dentro do ambiente educacional. Perceber-se na fala do professor que sua colega associou a leitura que fez do seu corpo com uma falta de respeito, pois de acordo com a visão dela o comportamento corporal do professor, biologicamente macho, esboçava traços e marcadores sociais que em sua concepção são atribuídos ao sexo oposto. Essa conduta não acontece de forma isolada e exalta a heteronormatividade padrão promovendo discursos homofóbicos velado e tantas vezes repetido pela escola.

Para Borrillo (2010) a homofobia é o medo de que a valorização dessa identidade, no caso a homossexualidade, seja reconhecida; ela se manifesta, entre outros aspectos, pela angústia de ver desaparecer a fronteira e a hierarquia da ordem heterossexual. O protagonismo dos professores que carregam suas subjetividades distantes da padronização do comportamento binário, ainda caminha em passos lentos no tocante ao seu reconhecimento dentro das escolas.

Outro colaborador desta pesquisa relata a dificuldade de falar sobre a homossexualidade dentro do espaço escolar, e como as pessoas tem uma visão errada do que é ser gay, seja pelo tipo de educação que se tem em casa, ou por outros valores que atravessam essas pessoas e as levam a faltar com o respeito com a população LGBTQIA+, muitas vezes colocando os sujeitos gays em posições delicadas, como se a orientação sexual fosse uma escolha e dessa forma optassem por toda forma de discriminação e preconceito existente no meio social.

Um dia estava conversando de boa com alguns colegas de trabalho, com o pessoal de apoio da escola, uma senhora estava me dizendo que tinha um neto gay, e ela queria entender melhor como era para poder ajudar seu neto, já que

os pais eram bastante rígidos com o menino. Comecei dizer a ela que levasse tudo na naturalidade, mas acompanhasse orientando, já que o menino era um adolescente, e continuei falando da minha realidade como gay. O vigilante que ouvia nossa conversa se meteu dizendo que ele achava que muitas vezes as pessoas gays procuravam serem vítimas do preconceito, pelo jeito que falava, que andava, e por ficarem se insinuando para os outros homens, e deu exemplo de alguns alunos e professores da escola que ele achava que tinha esse comportamento, mas, me admirava porque eu não era assim, e que as vezes isso era castigo de Deus, para que as pessoas seguissem seu caminho (Relato transcrito de um dos sujeitos pesquisados/colaboradores desta pesquisa, professor CP1).

Muitas vezes para justificar suas atitudes e falas preconceituosa, as pessoas se valem de seus credos e dogmas religiosos, ou de comportamentos tidos como aceitáveis pela maioria das instituições sociais. A intervenção do vigilante sobre a fala do professor, demonstra uma conduta preconceituosa, baseada no fundamentalismo cristão onde as escolas foram alicerçadas, e mais uma vez no comportamento heteronormativo como comportamento padrão e aceitável no meio socioeducacional. Além disso evidencia a falta de informação e formação que os sujeitos que compõem o corpo de colaboradores das escolas carregam em relação os sujeitos gays.

Como em alguns casos as atitudes homofóbicas são valorizadas no meio educacional como punição para aqueles dissidentes da heterossexualidade, seguimos concordando com Borrillo (2010), quando ele afirma que ideologia homofóbica está contida no conjunto das ideias que se articulam em uma unidade relativamente sistemática (doutrina) e com finalidade normativa (promover o ideal heterossexual).

Já sobre a questão da falta de formação dos demais funcionários que compõe a escola, a ausência de uma formação continuada agrava a carência de informações sobre todos aqueles que compõe a população LGBTQIA+, fomentando atitudes preconceituosas. Mas é preciso deixar claro que as atitudes e falas preconceituosas não provêm apenas de uma falta de formação, mas são construídas em uma formação social e educacional pautada na defesa da padronização heterossexual, e em uma masculinidade compulsiva. Como prova que atitudes e comportamentos homofóbicos não provêm apenas da falta de formação dos indivíduos, trazemos a fala de outro colaborador, que relata uma experiencia vivenciada dentro de seu ambiente de trabalho, envolvendo outro colega de trabalho professor.

A escola que trabalho tem dois andares, quando toca para o intervalo todos os professores descem para sala dos professores, na parte de cima fica as salas de aula, e na parte de baixo as salas de apoio. Os alunos também descem para

lanchar, eu prefiro ficar na parte de cima e ir logo para sala da próxima aula, não gosto de descer, os alunos perguntam muito da vida pessoal da pessoa, e eu não gosto de responder, também na sala de professores é muita conversa paralela, todos querem saber da vida um do outro só por curiosidade. Deixei de ir para lá no intervalo porque um dia um professor da escola fez um comentário chato que não gostei, ele estava conversando com outro professor, e eu não sei o que era a brincadeira, mas ele disse que se o outro colega não se cuidasse, ia terminar do mesmo jeito do professor X (se referindo a mim), quando ouvi o comentário perguntei o que se tratava, ele disse que era nada, estavam brincando. Depois procurei o outro colega que ele fez a brincadeira e perguntei, ele disse que a conversa era sobre namoro, e se ele não arrumasse um casamento ele iria pensar que ele era igual a mim, que não gostava da fruta, no caso mulher. Então evito ir para a sala dos professores para não me estressar (Relato transcrito de um dos sujeitos pesquisados/colaboradores desta pesquisa, professor CP3).

Dessa maneira a escola demarca de forma clara seus espaços, impondo os modelos comportamentais a serem seguidos, desrespeitando os sujeitos que não se enquadram nessa padronização, e falhando como instituição de acolhimento às diferenças e inclusão da diversidade, reforçando comportamentos discriminatórios e excludentes através de falas preconceituosas, reforçando uma estrutura binária, onde os desviantes dessa estrutura são tratados como piada nesses espaços. Sobre essa imposição da heterossexualidade como única alternativa aceitável para viver a sexualidade Borrillo (2010) discorre que:

A simples suposição da heterossexualidade constitui, por si só, uma violência simbólica cotidiana contra aqueles que não partilham desse sentimento presumidamente comum: o médico que se dirige a um paciente do sexo masculino falando de sua companheira como se a heterossexualidade fosse óbvia e a única alternativa possível; a enfermeira escolar que constantemente aconselha meninas a utilizarem contraceptivos sem imaginar que pode haver lésbicas no grupo; ou, ainda, os manuais de sexualidade masculina ou feminina que só fazem referência a práticas heterossexuais. Esses são alguns exemplos de tal tipo de violência (BORRILLO, 2010, p. 112).

Embora não tenha colocado em sua fala, ficou evidente na conversa com este colaborador do seu desconforto e vergonha com a situação vivenciada dentro de seu ambiente de trabalho, situação essa que mostra como a não concordância com a heterossexualidade leva os professores gays a serem desqualificados socialmente nos espaços educacionais, em alguns casos abertamente e em outros na sutileza das brincadeiras carregadas de homofobia.

Segundo Junqueira (2009), a escola reproduz padrões sociais iníquos, perpetua concepções e valores hegemônicos, naturaliza relações autoritárias, reitera hierarquias opressivas, sanciona clivagens sociais e legitima a acumulação desigual de recursos, poder e prestígio. O poder e prestígio que é citado pelas autoras em seus estudos não se

remete aos professores gays que se encontram na ativa dentro das escolas, para esses sujeitos, a escola impõe valores hegemônicos ligados a sexualidade, através de relações autoritárias e opressoras.

Nunca pensei que a homofobia pudesse estar presente em todos os setores, incluindo as escolas. Não Pensava que direta ou indiretamente poderia ser atingido por esse tipo de violência, principalmente através de comentários sobre minha orientação sexual, seja por alunos ou por familiares destes mesmos alunos, ou mesmo por alguns colegas de profissão (Relato transcrito de um dos sujeitos pesquisados/colaboradores desta pesquisa, professor CP2).

Alguns sujeitos gays que ingressaram no campo educacional jamais imaginavam que seriam vitimados pelo preconceito, ou qualquer outro tipo de violência contra sua orientação sexual dentro das escolas, fosse por seus alunos, familiares ou responsáveis dos mesmos, e principalmente por seus colegas de profissão. Acreditavam que os espaços educacionais eram isentos da homofobia, por representarem a personificação do processo educativo de crianças, jovens e adultos. Para alguns professores gays, a escola seria um lugar improvável para que a homofobia se manifestasse, e que em alguns casos a discriminação surgisse de colegas professores, pois no entendimento desses profissionais, a escola deveria ser um espaço de acolhimento, proteção e seguridade da pluralidade e diversidade de orientação sexual em seus domínios, práticas e teorias.

Para alguns professores gays ainda é desconfortável falar sobre algum tipo de preconceito sofrido dentro da escola que esteja ligado a sua sexualidade, ou por falta de conhecimento da violência que sofreu ou está sendo acometido, ou por vergonha, desconforto, incredibilidade que a escola possa fazer algo para punir os agressores ou receio de sofrer outros tipos de discriminação, quem sabe até aumentar o isolamento dentro do ambiente de trabalho, uma das principais formas de preconceito percebida nesse trabalho de pesquisa contra os professores gays.

Eu acho uma besteira falar sobre esse assunto, por que sei que isso sempre existiu na sociedade, e dentro das escolas também. Todo mundo sabe, mas ninguém nunca resolveu nada, isso já é uma coisa natural, é cada um se prevenir para que não aconteça né, e respeitar os outros. A melhor coisa é a pessoa ficar no seu canto e se dar o respeito para não perder as amizades. Eu mesmo deixo passar muitas coisas que me incomoda aqui, com o tempo a gente se acostuma (Relato transcrito de um dos sujeitos pesquisados/colaboradores desta pesquisa, professor CP1).

O relato do professor, além de revelar seu incomodo em falar das discriminações sofridas dentro da escola, traz alguns elementos preocupantes que devem ser trazidas para o debate em nossa pesquisa. O mais preocupante é a naturalização da homofobia, tanto

no meio social quanto dentro das instituições educacionais, como se esse tipo de violência já fosse aceito e interiorizado pelos sujeitos gays como uma punição mais do que justa para aqueles que desviam dos padrões aceitáveis para um profissional da educação, tornando o professor gay culpado e causador da violência contra si próprio, não uma vítima da homofobia.

Sobre esse fenômeno, Borrillo (2010) coloca que a homofobia internalizada que muitos carregam por terem crescido em ambientes homofóbicos e intolerantes as diferenças sociais, também atingem os sujeitos gays, transformando esse sentimento em ódio contra a si mesmo.

Em uma sociedade em que os ideais de natureza sexual e afetiva são construídos com base na superioridade psicológica e cultural da heterossexualidade, parece difícil esquivar os conflitos interiores resultantes de uma não adequação a tais valores. Além disso, os gays e as lésbicas crescem em um ambiente que desenvolve abertamente sua hostilidade anti-homossexual. A interiorização dessa violência, sob a forma de insultos, injúrias, afirmações desdenhosas, condenações morais ou atitudes compassivas, impele um grande número de homossexuais a lutar contra seus desejos, provocando, às vezes, graves distúrbios psicológicos, tais como sentimento de culpa, ansiedade, vergonha e depressão. (Borrillo, 2010, p. 101)

Seguindo o raciocínio do autor, é possível compreender o elemento colocado na fala do professor, se imaginarmos que ele tenha tido sua construção social em um ambiente hostil às diferenças e subjetividades individuais de cada sujeito. Porém outro elemento que o professor coloca em sua fala, e a ideia de “dar-se o respeito para não perder as amizades”, sugere que se impor como sujeito gay, revidar, não aceitar a discriminação, ou combater a homofobia nos espaços educacionais pode afastar, ou reduzir seus círculos de amizade ou interações dentro das escolas, dando a entender que para manter os vínculos sociais no ambiente de trabalho, os professores gays precisam se submeter e aceitar todas formas de discriminação existentes nesses ambientes, naturalizando a homofobia como algo comum e culturalmente aceitável em suas relações.

Nas conversas e observações que esse trabalho proporcionou, foi possível verificar que embora boa parte dos professores gays diga entender o que é homofobia, na prática a percepção desse tipo de violência é confusa na rotina desses profissionais, tendo em vista que muitas vezes o termo é diretamente correlacionado apenas a violência física, hostilidade e ódio, descartando outras formas sutis que ela se manifesta.

Por exemplo, quando questionado sobre o que é homofobia, um dos colaboradores deste trabalho relatou que; “Homofobia para ele é toda forma de agressão física contra os gays e lésbicas, é o ódio e hostilidade contra os gays, é o ato de agredir”. Essas características citadas pelo professor também fazem parte do conjunto de maneiras que a homofobia se manifesta, porém as violências físicas e agressões diretas não são as únicas formas de manifestação da homofobia. O que alguns professores não entendem, é que a homofobia dentro dos ambientes escolares, e principalmente contra os professores, se manifesta de uma forma mais sutil e silenciosa, diferente de como se apresenta para os alunos. E esse não é um entendimento isolado, outro professor colaborador desta pesquisa menciona que:

Se eu disser que já sofri homofobia dentro da escola eu estou mentindo, nunca sofri essa violência. Já vi alguns alunos xingando outros por serem gays, até mesmo uma vez um aluno levou uns empurrões por isso, acho que isso é homofobia né, mas comigo nunca aconteceu. Eu já ouvi algumas indiretas, tipo umas piadinhas, por eu ser gay, “veado” como chamam, mas homofobia mesmo, de verdade, eu nunca sofri, só essas indiretas mesmo que a gente escuta direto, de alguns alunos e até mesmos dos próprios funcionários da escola (Relato transcrito de um dos sujeitos pesquisados/colaboradores desta pesquisa, professor CP1).

Para esse professor, a homofobia só se personifica quando existe violência física, ou algum tipo de violência moral grave, que seja cometida em público, para ele piadinhas, indiretas como ele mesmo cita, são apenas situações corriqueiras que acontecem no cotidiano, e não devem ser tomadas por violência, nem discriminação.

A homofobia é um fenômeno complexo e variado que pode ser percebido nas piadas vulgares que ridicularizam o indivíduo gay, mas pode também assumir formas mais brutais, como violência física, chegando até a vontade de matar os sujeitos homossexuais (Borrillo, 2010). Ou seja, diferente de como pensa o professor, a homofobia no ambiente escolar apenas se manifesta de uma forma diferente da idealizada por ele.

No decurso desta pesquisa ficou claro que os professores gays entrevistados, não encontram apoio dentro dos ambientes educacionais que atuam, para combater ou enfrentar as formas de manifestação da homofobia que vivenciam, e muitas vezes aceitam esse tipo de violência na passividade por ser a forma mais fácil de manter um convívio com os demais sujeitos que se enquadram nos padrões da heterossexualidade, tornando esse comportamento uma tentativa de minimizar as discriminações sofridas dentro desses ambientes.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho dissertativo buscou revelar as condições, desafios e preconceitos enfrentados pelos professores gays no cenário educacional numa pequena cidade da região do cariri paraibano, e compreender as diversas lacunas que as instituições educacionais deixam em aberto quando se trata da presença dos sujeitos LGBTQIA+ em seus espaços, e quais subsídios são utilizados pelos professores homossexuais para resistirem e manterem-se atuantes em seus postos de trabalho sem abrir mão, ou esconder suas identidades de gênero ou orientação.

Além de ser um trabalho estruturado nos padrões metodológicos, rigor e objetividade que a ciência exige, este trabalho de pesquisa também busca dar voz e visibilidade não apenas aos professores gays, mas a qualquer docente que faça parte da população LGBTQIA+ que enfrente preconceitos diversos e discriminações impostas pelo sistema educacional e suas estruturas, seguindo na tentativa de mudar a ideia de passividade no ambiente escolar em relação a conscientização e combate a homofobia, disseminando o respeito em favor das diversas orientações sexuais encontradas nesses ambientes.

A discriminação e o preconceito enfrentados pelos professores gays dentro das escolas que trabalham, tem início quando o estereótipo social da figura do professor heterossexual, protetor, cristão e pai de família, que foi construída durante décadas é quebrado por uma imagem contrária da socialmente idealizada e existente no imaginário social sobre os professores. A quebra desses padrões, em alguns casos, leva a descredibilização do docente diante as instituições que atuam, e pelos responsáveis e familiares dos alunos, como se o estereótipo imaginado e adotado pelo sistema educacional sobre os professores estivessem intimamente ligados a capacidade teórica e pratica desses docentes e seu desempenho profissional, colocando os professores homossexuais em uma posição de desqualificação, em relação aos demais professores que se enquadram na heteronormatividade padrão.

A heterossexualidade como exemplo de moralidade adotada pelo sistema educacional, posiciona a figura do professor gay em uma situação socialmente desfavorável, apontando a homossexualidade como orientação sexual desprovida de qualquer adjetivo positivo, e anulando qualquer possibilidade de construção de um sujeito

que seja aceito no meio social, e nos espaços onde trabalham, como detentores de direitos, escolhas, atitudes, e qualquer forma de relacionamentos. Desse modo, algumas escolas apontam os corpos dos sujeitos gays, e sua atuação docente, como indesejados no meio educacional, por não seguirem os padrões pré-estabelecidos de sexualidade pelo sistema educacional.

Essa imagem cristalizada do professor heterossexual, carregada de qualidades paternais e cristãs, aumenta a probabilidade dos docentes gays serem acometidos pela homofobia dentro das escolas, seja pelos alunos, quando usam características da orientação sexual desviante da padrão para depreciar, ou rebaixar as atitudes e a conduta moral dos demais sujeitos, ou pelos demais professores e equipe de apoio escolar através de piadas que ridicularizam as pessoas homossexuais, também na busca de estratégias que excluam esses professores de eventos educacionais, ou tente minimizar o protagonismos dos professores homossexuais dentro do ambiente escolar, tornando os professores gays, na maior parte do tempo sujeitos invisíveis, e irrelevantes em suas diversidades para o processo de aprendizagem dos alunos, e na construção do processo de amadurecimento educacional das instituições.

Diante das situações de padronização impostas pelo sistema educacional, em alguns casos os professores gays tendem a adotar uma imagem caricata da padronização heterossexual, utilizando artifícios que disfarçam, ou minimizem algumas características que possam distanciar, pelo menos momentaneamente, de atribuições ligadas à sua orientação sexual desviante. Sendo esta, uma tentativa muitas vezes falha de diminuir o preconceito e discriminações sofridas no ambiente escolar que atuam, e serem aceitos totalmente pelos colegas de trabalho, se encaixando dentro da cultura dominante imposta pelo sistema educacional.

Quando os professores gays buscam de alguma forma disfarçar sua orientação sexual dentro das escolas que atuam, mesmo sendo para se protegerem de algum tipo de violência, ou sanção em relação as suas atividades profissionais, ao contrário do que pensa, eles fortalecem a violências contra as pessoas LGBTQIA+, enfraquecendo o dever do respeito dos demais sujeitos inseridos nas escolas em relação aos professores homossexuais, reafirmando a ideia de senso comum, que para atuar no ambiente escolar as pessoas devem pertencer, apresentar-se, ou obedecer a cultura heteronormativa existente nesses espaços, descredibilizando a homossexualidade como orientação sexual,

e os sujeitos gays, como pessoas que existem no meio social, e são detentoras de direitos, assim como os que seguem a orientação sexual padrão.

Esse desrespeito, e falta de aceitação dos sujeitos homossexuais dentro dos ambientes educacionais, principalmente como docentes a frente das salas de aula, é fortalecido por ideias e projetos políticos conservadores, pautados em dogmas religiosos cristãos, defendendo pautas preconceituosas, na tentativa de limitar a atuação dos professores nas salas de aulas, e reduzir as informações e o debate sobre assuntos como orientação sexual, identidade e violência de gênero, ou qualquer outra orientação que seja ligada a sexualidade, com o pretexto de estarem defendendo o sistema educacional, e os sujeitos que os usam, de valores não condizentes a formação social baseada na moralidade.

Encabeçando esses projetos, o Movimento Escola sem Partido (ESP) se fortalece através da inserção de políticos conservadores na defesa de suas ideias, e o endurecimento do combate contra políticas educacionais e públicas, que defendam os direitos das pessoas homossexuais, e da inclusão de temas nas escolas que tratem de qualquer ponto que possa ser associado a orientação sexual, identidade de gênero ou educação sexual, destinada a crianças e adolescentes, julgando que a escola, e os professores podem alterar a orientação sexual e identidade de gênero dos sujeitos que a frequentam.

Sendo assim, os sujeitos gays, e demais pertencentes à população LGBTQIA+ mais uma vez são colocados em situação de periculação social, e sua orientação sexual é vista pelos defensores do ESP como uma escolha individual, conseqüentemente aumentando a invisibilização dos professores homossexuais dentro das escolas, nos debates, nos projetos pedagógicos, e nos conteúdos, e argumentos apresentados em suas aulas. O Movimento Escola sem Partido reacendeu o conservadorismo e o preconceito existente não só nos espaços escolares, mas em todo sistema educacional e político brasileiro, desconsiderando as orientações e normas existentes nos documentos que regem, dão base, e parâmetros a educação pública.

É importante ressaltar que os documentos que validam e conduzem o sistema educacional do Brasil têm seus fundamentos nos artigos 205, e 206 da constituição cidadã de 1988, que assegura uma educação pública de qualidade, e igualitária para todos os sujeitos. Os documentos que conduzem a educação brasileira funcionam como

amplificadores desses direitos, defendendo a importância da valorização da diversidade, e pluralidade não só no chão escolar, mas em todo sistema educacional, não apenas como usuários da política educacional, mas como protagonistas, inseridos nesse sistema, no comando das salas de aula, e nos diferentes segmentos educacionais e escolares.

Então, quando o sistema educacional, através de sua padronização, e valorização da heteronormatividade como orientação sexual vigente e correta a ser seguida, coloca qualquer tipo de empecilho para que os professores gays exerçam seu protagonismo dentro das escolas, ou sejam barrados de vivenciarem sua orientação sexual nos ambientes educacionais, ele está indo contra as normativas que os conduzem. A Lei de Diretrizes de Base (LDB), assegura a liberdade do professor, e conseqüentemente a escola de abordar e debater questões que possam minimizar preconceitos, e discriminações nos diferentes segmentos das minorias sociais, incluindo as questões de gênero e orientação sexual.

Seguindo nessa direção, o Plano Nacional de Educação (PNE), também exalta a importância da diversidade dentro das escolas para superação das desigualdades educacionais, e erradicação de qualquer tipo de discriminação dentro e fora das escolas, através do respeito e conteúdo informacional. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), também vai contra a padronização colocada pelo sistema educacional no tocante a orientação sexual, reconhecendo a valorização da diversidade, através de um currículo que reconheça a pluralidade social existente dentro das escolas, e que leve os alunos e demais sujeitos envolvidos no processo educacional a questionar a realidade existente à sua volta, reconhecendo a diversidade como um instrumento de colaboração no processo de aprendizagem e socialização.

Entre os documentos educacionais, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), apontam de uma maneira mais objetiva para a importância, manutenção e valorização da heterogeneidade cultural e social dentro dos espaços educacionais, preocupando-se com questões de padronização e dominação exercida pelo sistema educacional, e apontando alternativas de inserção de temas e atividades que possam mudar a maneira que a escola pensa e trabalha certos temas, como também o desenvolvimento de senso crítico e poder de debate dos sujeitos que compõe as instituições educacionais.

Pode-se dizer que na teoria o sistema educacional apresenta documentos e normativas que garantem a presença da diversidade e pluralidade social dentro das

instituições educacionais, todavia na prática esses documentos são desconsiderados pelos órgãos responsáveis pelo processo de formação dos sujeitos, mantendo seus instrumentos de regularização e enquadramento social contra aqueles que divergem dessa padronização, no caso aqui, os professores homossexuais. Embora a cultura existente dentro do sistema educacional se negue a se fazer cumprir o que determinam as normativas regentes da educação no tocante a diversidade de gênero e orientação sexual dentro das escolas, os documentos exercem um papel importante, mesmo parcialmente, na manutenção dos professores gays dentro das escolas, e do levantamento de debates de alguns temas que vão contra a heteronormatividade dentro das instituições escolares, mesmo que na maioria das vezes, seja de forma superficial.

Quando a pluralidade e a diversidade não têm espaço dentro dos ambientes educacionais, esses espaços são ligeiramente ocupados por atitudes e sentimentos de ódio e discriminação contra os sujeitos que divergem do enquadramento social tido como aceitável, levando esses sujeitos a sofrerem exclusão. Para os professores gays, a homofobia, é muitas vezes oferecida em pequenas doses diárias através da invisibilização, comentários depreciativos, piadas ofensivas, e outros tipos de violências dissimuladas através de brincadeiras, que enfraquecem normativas educacionais que tentam valorizar, e manter a pluralidade dentro das escolas.

Indo na esteira da professora Louro (1997), quando ela diz que: de homofobia a escola entende, e analisando as situações presenciadas, vivenciadas, e relatadas pelos professores, pôde-se perceber que toda estrutura existente no sistema educacional é pensada para manutenção da padronização social baseada na heteronormatividade, criando situações constantes de sentimento de não pertencimento para os sujeitos gays, transformando a docência em um fazer heterossexual, pavimentado sobre os valores cristãos.

Os professores gays em algumas situações não se reconhecem no ambiente que trabalham, não ficam confortáveis em espaços dentro da escola que deveriam servir como apoio e suporte no exercício de sua profissão, não se sentindo seguros em conversas com outros colegas de trabalho, sentindo-se excluídos na participação de eventos profissionais, ou sociais promovidos pelas demais pessoas que trabalham no mesmo ambiente.

Na tentativa de manutenção da heteronormatividade como cultura e orientação sexual a ser seguida, é retirada de dentro das escolas alguns debates, e pautas importantes ligadas a orientação sexual, que podem enriquecer, como já foi dito nesse trabalho, o poder argumentativo dos discentes. A tentativa de apagar o protagonismo dos professores gays nos espaços escolares, a frente de projetos pedagógicos voltados a discriminação por orientação sexual, ou na condução de eventos como sujeitos detentores de conhecimentos e teorias, também funcionam como aparelhos de invisibilização dessas pessoas como sujeitos ativos, e muitas vezes como atores principais dentro das escolas que atuam.

Todas essas questões apresentadas, e discutidas até aqui, levam a enxergar a escola como um espaço favorável para manifestação de preconceitos e discriminações, tendo a homofobia como violência frequente contra os professores e demais sujeitos gays, embora utopicamente o sistema educacional seja pautado para construção de um ambiente diferente através dos documentos educacionais. As práticas homofóbicas enraizadas e cristalizadas no meio social, refletem diretamente no comportamento e atitudes encontradas dentro dos espaços educacionais, revelando, e de certa forma discordando do que diz a professora Louro (1997), sobre a escola produzir a homofobia.

Nas observações e visitas nas instituições escolares, foi percebido que a escola por ser uma instituição que forma cidadãos, tornou-se um instrumento de fortalecimento das práticas homofóbicas, e de uma cultura conservadora, no intuito de perpetuar a dominação de costumes, cultura, e orientação sexual dominante sobre as que se apresentam como minorias no meio social. Para isso, a escola e o sistema educacional se colocam contra as diretrizes e normas, por aqueles que estão à frente de suas conduções, ficando a escola a serviço da padronização e exclusão social, exercendo o papel que Bourdieu apresenta em suas pesquisas.

Estar dentro das instituições escolares e assumir uma orientação sexual diferente da heteronormativa é o primeiro desafio enfrentado pelos professores gays, exigindo de cada sujeito, maneiras singulares para resistirem e permanecerem dentro das escolas. Nas conversas e entrevistas com os docentes percebeu-se que o afastamento do grupo de colegas que tem a heterossexualidade como orientação sexual é uma prática rotineira dos professores gays, com o intuito de evitarem constrangimentos e julgamentos voltados a sua sexualidade. Afastar-se da maioria é uma maneira de não entrar em embates

desgastantes, evitando comentários preconceituosos, ou investidas sobre sua vida pessoal, com o único intuito de sanar curiosidades vagas.

A sala dos professores é o ambiente mais evitado em determinados horários pelos docentes homossexuais dentro das escolas, em nossas conversas e entrevistas com os docentes gays, uma parcela significativa revelou que, por ter sofrido algum tipo de preconceito nesse ambiente, passaram a evitar idas ou permanência nesses locais, principalmente na hora do intervalo, onde a maioria dos colegas de trabalho está lá.

Buscando maneiras de driblar a sutileza homofóbica existente nos espaços educacionais, uma parte dos professores gays quando tem a oportunidade de encabeçar projetos, ou eventos educativos que tratem de questões voltadas para o combate da homofobia, ou temas voltados para proteção da população LGBTQIA+, optam por não ficar à frente dessas atividades, alguns chegam a não aceitar nem participarem dessas atividades. Percebe-se que o afastamento espontâneo dessas atividades, ocorre não apenas como mais uma maneira de proteção contra atitudes preconceituosas, e preservação de suas vidas pessoais, mas a manifestação da tentativa de enquadramento que os ambientes escolares exercem sobre os sujeitos que divergem da heteronormatividade, em suas falas, os professores homossexuais entendem da urgência de projetos, e de eventos que tratem do combate da homofobia e valorização da pluralidade de orientações sexuais dentro das escolas, mas não estariam a vontade encabeçando, ou a frente da organização dessas atividades, validado o comportamento de adestrado dócil que o sistema educacional espera e impõe aos professores gays.

Nas observações, chamaram a atenção os comportamentos agressivos que alguns colaboradores desse trabalho esboçavam com frequência dentro dos ambientes estudados, adotando uma postura dura e ríspida, e muitas vezes amarga, com alunos, colegas de trabalho e demais funcionários das instituições, dando a entender que naquele momento, ou dentro daquele determinado espaço, o melhor a se fazer é afastar os demais sujeitos, evitando interações sociais, ou qualquer outro vínculo que possa ser criado.

A agressividade expressa por alguns dos professores gays observados no campo de pesquisa serve como uma blindagem a favor de sua defesa, usando o ataque como defesa, ferindo antes de ser ferido. Criando uma redoma de ataque em sua volta contra os demais, impedindo as interações sociais que possam questionar, ou julgar sua orientação

sexual, e demais escolhas de sua vida social. Mas também de certo modo, incorporando as características atribuídas aos professores do sexo masculino, como sujeitos ditadores, corretores e disciplinadores, uma figura quase paternal, seguindo os padrões de uma forma caricata da heterossexualidade.

A invisibilidade sofrida pelos professores gays, tantas vezes citadas nesse trabalho, torna-se para alguns profissionais mecanismo de defesa, dentro dos espaços escolares. Quanto menos notada ou comentada a orientação sexual dos professores, melhor é sua interação com os demais colegas de trabalho, e sua mobilidade pelos espaços de socialização da escola, no caso dos sujeitos que usam esse mecanismo como forma de proteção, também foi percebido a aceitação de opiniões, e situações nas quais as orientações sexuais que desviam da heterossexual são rejeitadas, ou atacadas, sem alguma reação defensiva por parte desses professores gays.

Nessa situação, é preciso entender que a manutenção dos conceitos e opiniões baseadas nas ideias binárias sobre gênero e orientação sexual pelos profissionais homossexuais, mesmo que seja de uma forma dissimulada, têm intuito de fazê-los sentir-se pertencente ao grupo dominante.

Dessa maneira para entender esse comportamento, invocamos, e adaptamos o conceito da “Passabilidade”, tão debatido na comunidade trans, e pelos profissionais que estudam esses sujeitos. Segundo o Instituto Brasileiro de Neurodesenvolvimento (IBND), a palavra “passabilidade” é sinônimo de “passar por” e é amplamente discutida na comunidade transgênero. Esse termo é utilizado para se referir ao quanto um homem ou uma mulher trans “passam por” um homem ou mulher cisgênero (heteronormatividade). De modo geral, o termo é utilizado para se referir quando uma pessoa aparenta ser pertencente a determinado grupo, de acordo com os estereótipos socialmente impostos. No caso da passabilidade, a identidade visual e comportamental dos sujeitos dita a percepção dos outros indivíduos sobre essa pessoa, ou seja, a sociedade enxerga os sujeitos homossexuais como pessoas que se enquadram na heteronormatividade. Para alguns professores gays, quanto menos apresentarem indicadores de sua orientação sexual, mais experimentarão a sensação de aceitação e pertencimento ao grupo de docentes das instituições que atuam.

Analisando de uma maneira mais ampla, percebe-se que mesmo na tentativa de ressignificar os padrões heteronormativos, patriarcais, e de docilidade dos corpos, os professores gays inconscientemente, ou, na busca de uma situação confortável em seu ambiente de trabalho, são envolvidos por essas normativas de enquadramento, ora parcialmente, ora totalmente, mesmo que em algumas situações os professores gays não percebam que estão sendo influenciados pelos experimentos de ajustamento heteronormativo exercido pelas instituições de ensino.

Foi possível constatar que o preconceito e a discriminação sempre estiveram presentes nas interações sociais dos professores homossexuais, mesmo antes de iniciarem na docência, de uma forma naturalizada por esses sujeitos, justificando de certo modo, atitudes e comportamentos *blasé* em relação a atitudes preconceituosas direcionadas aos próprios. Esse preconceito naturalizado perpassa a dedicação profissional, grau de formação e todos outros atributos positivos que possam ser adjetivados aos professores gays, o estigma de não pertencimento a heteronormatividade persegue esses profissionais como instrumentos de deterioração, e depreciação de sua moral e conduta. Podendo ser esse um dos motivos que levam os professores homossexuais a buscarem formas de proteção, muitas vezes adversas, e de não fácil compreensão.

Em uma análise conclusiva, os espaços escolares foram entendidos no sistema educacional como agentes passivos no combate e desmantelamento de práticas discriminatórias e preconceituosas contra os sujeitos homossexuais, principalmente contra os professores gays dentro desses espaços. O que foi encontrado dentro de algumas escolas, e no comportamento de alguns professores, foram atitudes retrógradas, pautadas no conservadorismo e na manutenção de cultura preconceituosa, que fere os pressupostos defendidos pelos direitos humanos. Reforçando em alguns casos, atos e atitudes antidemocráticas tão frequentes na atualidade brasileira.

É necessário lembrar que os desafios enfrentados pelos professores gays são diversos dentro do sistema e nos espaços educacionais, porém a presença desses sujeitos ocupando salas de aula, e outros postos de trabalho ligados diretamente ao campo educacional e a formação escolar dos cidadãos ecoa como um grito de resistência e existência desses profissionais como agentes transformadores dentro de uma cultura cristalizada no binarismo, e em uma conduta construída dentro das regras da heteronormatividade. Apesar da complexidade e profundidade que as questões levantadas

neste trabalho apresentam, é preciso lembrar que se não forem colocados esses temas e questões à baila, o sistema educacional e conseqüentemente nossas escolas, não sairão do ciclo vicioso da intolerância e discriminação contra os professores gays, impedindo que nossas escolas exerçam o papel de fomentar uma sociedade justa e igualitária para todos, independentemente de sua orientação sexual, ou identidade de gênero.

## 6. BIBLIOGRAFIA

ABGLT. **Caderno Escola sem Homofobia**. ABGLT, Pathfinder Brasil, ECOS-Comunicação em Sexualidade, Reprolatina - Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva. [S.l.]. 2009.

ABGLT. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais**. Secretaria de Educação. Curitiba. 2016.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia - História e crítica de um preconceito**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. ISBN 978-85-7526-456-0.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. [S.l.]: Edições 70, 2021. ISBN 978-9724423081.

BRANDÃO, Ana M. Entre a vida vivida e a vida contada : a história de vida como material primário de investigação sociológica. **Configurações**, n. 3, 2007. 83-106. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/9630>.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Brasília, DF, out 1988.

BRASIL. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**., Brasília, DF, dez 1996.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais : pluralidade cultural, orientação sexual**. Ministério da Educação. Brasília, p. 65. 1997.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais - orientação sexual**. Ministério da Educação. Brasília. 1998.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica : diversidade e inclusão**. Ministério da Educação. Brasília. 2013. (978-85-7994-080-4).

BRASIL. Lei nº13005 de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**., Brasília, DF, ju 2014.

BRASIL. BNCC. **Ministério da Educação**, Brasília, DF, 2018.

BRASIL, Observatório D. M. E. V. L. N. Dossiê denuncia 230 mortes e violências de pessoas LGBT em 2023. **Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil**, 13 maio 2024. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2023/>. Acesso em: 14 julho 2024.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 16ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. ISBN 978-85-200-1371-7.

CNJ. **Relatório de Pesquisa: Discriminação e violência contra a população LGBTQIA+**. Conselho Nacional de Justiça. Brasília, p. 208p. 2022. (978-65-5972-071-2).

DURKHEIM, Émile. **Ética e Sociologia da Moral**. Tradução de Paulo César Castanheira. [S.l.]: Martin Claret<sup>1ª</sup>, 2016. ISBN 978-8544001301.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 42<sup>o</sup>. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. ISBN 9788532605085.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 42<sup>a</sup>. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. ISBN 978-8532605085.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: O uso dos prazeres**. Tradução de Maria Thereza Costa Albuquerque. 11<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, v. 2, 2022. ISBN 978-8577532957.

FREITAS, Letícia D. S. Minorias sexuais e de gênero, o estigma social e a sociedade de risco. **Saúde & Transformação Social / Health & Social Change**, Florianópolis, 10, n. 1,2,3, 17 agosto 2020. 1-10. Disponível em: <https://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeetransformacao/article/view/5914>. Acesso em: 15 maio 2024.

GARCIA, Miliandre; DIAS, Jennifer C. O movimento Escola sem Partido: entre o controle político da atividade docente e as tentativas inconstitucionais de retomada da censura. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, 29, 2024. 1-20. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/HvNcNRfZrJwHgC8nnwjJyZK/#>. Acesso em: 05 Maio 2024.

GARLAND, David. Sobre o conceito de pânico moral. **Delictae**, 4, Jan-Jun 2019. 36-78. Disponível em: <https://www.delictae.com.br/index.php/revista/about>. Acesso em: 14 maio 2024.

GIL, Antonio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Atlas, 2019. ISBN 978-8597020571.

GLOBO, O. Jair Bolsonaro lança cartilha contra homossexuais. **Jornal O Globo**, 03 novembro 2011. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/jair-bolsonaro-lanca-cartilha-contr-homossexuais-2771513>. Acesso em: 13 março 2024.

GODOY, Arilda S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, 35, n. 3, junho 1995. 20-29. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?lang=pt#>. Acesso em: 3 Dezembro 2023.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. 4<sup>o</sup>. ed. [S.l.]: LTC, 2015. ISBN 9788521612551.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 9<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019. ISBN 978-8527302029.

GOMES, Marcos M. G. **Professores Gays, quem se Importa com Eles? Um Estudo Autoetnográfico da Homofobia contra Professores Gays nas Escolas**. 1ª. ed. [S.l.]: Apris, 2022. ISBN 9786525020549.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria C. D. **S. Pesquisa social - Teoria, método e criatividade**. 18º. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Cap. IV. ISBN 978-85-326-1145-1.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11ª. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. ISBN 85-74190-402-3.

HINING, Ana P. S.; TONELI, Maria J. F. Cisgeneridade: um operador analítico no transfeminismo brasileiro. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, 31, n. 1, 2023. 1-15. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/BtLpSzcvY7BJx7t4nz6vSvC/#>. Acesso em: 16 Abril 2024.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2ª. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. ISBN 978-8546901401.

IRALA, Bruna. Políticas públicas falham no combate à violência LGBTfóbica no Brasil. **Jornal da USP**, 07 julho 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/politicas-publicas-falham-no-combate-a-violencia-lgbtfobica-no-brasil/>. Acesso em: 06 março 2024.

JUNQUEIRA, Rogério D. Políticas de educação para a diversidade sexual: escola como lugar de direitos. In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Débora **Homofobia & Educação - Um desafio ao silêncio**. Brasília, DF: Letras Livres, 2009. Cap. 8, p. 161-162. ISBN 978-85-98070-23-0.

JUNQUEIRA, Rogério D. A “ideologia de gênero” existe, mas não é aquilo que você pensa que é. In: MARIANO, Alessandro, *et al.* **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2019. Cap. 8 Parte II, p. 218. ISBN 978-85-7559-708-8.

LIRA, Luciano P. D. **Os atravessamentos ideológicos do movimento escola sem partido**. Dissertação (Dissertação em Linguística Aplicada) Universidade de Taubaté. Taubaté. 2018.

LOURO, Guacira L. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 6ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. ISBN 85.326.1862-6.

LOURO, Guacira L. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista. Belo Horizonte.**, 46, dez 2007. 201-218. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/5mdHWDNFqgDFQyh5hj5RbPD/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 02 abril 2024.

LOURO, Guacira L. **O corpo educado - Pedagogias da sexualidade**. 4ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. ISBN 978-8551303757.

MINAYO, Maria C. D. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria C. D. S. **Pesquisa social - Teoria, método e criatividade**. 18ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Cap. I. ISBN 978-85-326-1145-1.

MIRANDA, Amanaiara C. D. S. **Gênero/Sexo/Sexualidade: representações e práticas elaboradas por professoras/es da educação infantil na rede municipal de ensino em Salvador**. Dissertação (Dissertação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo). Salvador. 2014.

NETO, Otávio C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria C. D. S. **Pesquisa social - Teoria, método e criatividade**. 18ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Cap. III. ISBN 978-85-326-1145-1.

RABELO, Amanda O. Professores discriminados: um estudo sobre os docentes do sexo masculino nas séries do ensino fundamental. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, out/dez 2013. 907-925. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/Dtq3VcvnZTKnkLvSjkbwQ6r/#>. Acesso em: 20 junho 2024.

ROSSI, Jean P. G.; PÁTARO, Ricardo F. A "lei da mordaza" na literatura científica: um estado da arte sobre o movimento escola sem partido. **Educação em revista**, Belo Horizonte, 36, 2020. 1-20. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/y4PSDRBfgKdVYsRG7TRm3Gc/#>. Acesso em: 05 Maio 2024.

SEDGWICK, Eve K. A epistemologia do armário. **Dossiê: sexualidades disparatadas - Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, 2007. 19-54. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644794>. Acesso em: 22 Fevereiro 2024.

SIMMEL, Georg. **Sociologia 1858-1918**. São Paulo: Ática, 1983.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia: Indivíduo e sociedade**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. ISBN 978-8571109636.

TEIXEIRA, Anísio. **Lei e Tradição**. Boletim Informativo CAPES. Rio de Janeiro, p. 1-3. 1957.

TREVISAN, João S. **Devassos no Paraíso - A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018. 552 p. ISBN 978-8547000653.

## **7. APÊNDICE A-MODELO SEGUIDO PELO PESQUISADOR PARA CONDUZIR AS ENTREVISTAS.**

- 1- Qual seu nome, você se incomoda de falar sua idade, orientação sexual, e a quanto tempo leciona?
- 2- Qual rede de ensino leciona?
- 3- Como você define violência?
- 4- O que é homofobia para você?
- 5- Já presenciou algum caso de violência dentro de alguma escola que trabalha ou trabalhou?
- 6- Existe mais professores com a mesma orientação sexual que a sua dentro da escola que você trabalha?
- 7- Já sofreu, ou presenciou algum colega ser acometido por homofobia? c
- 8- Como você reagiu nesse momento?
- 9- Tem algum acontecimento que você possa relatar?
- 10- Você acha que só as pessoas gays sofrem homofobia?
- 11- Como você se defende ou combate a homofobia?
- 12- Você se sente a vontade quando esta com seus colegas de trabalho?
- 13- A escola protege você da homofobia?
- 14- De quem é a culpa pela homofobia existir dentro das escolas?